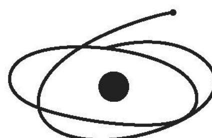
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano V nº 20 1962



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano V nº 20 Dezembro 1962

ARTIGOS
Problemas de educação na América Latina
Galo Plaza
O comércio entre países pobres e ricos como causa de tensões
José Figueres
Nacionalismo e desenvolvimento
Daniel Cosio Villegas
Problemas econômicos do desenvolvimento
Arthur Lewis
A integração européia e o retrocesso dos nacionalismos
Max Kohnstamm e François Fontaine
O movimento trabalhista e os problemas de desenvolvimento econômico
Luis Alberto Monge
Diário dos acontecimentos mundiais

DOCUMENTOS: Relatório do Seminário A. Relatório do Seminário B. Relatório do Seminário C.

RESUMO DE CONFERÊNCIAS: Os Problemas de Desenvolvimento vistos da Europa, *Dr. A. De Smaele,* Presidente do Conselho Econômico Belga. Desenvolvimento Econômico: Uma Lição e um Desafio, *David Rockfeller,* Presidente do Chase Manhattan Bank. Uma Educação para a América Latina: *Luis Beltrán Prieto,* Presidente da Câmara do Senado da Venezuela. Tensões nos Países Subdesenvolvidos, *Mário Heurique Simonsen,* Economista brasileiro. Livros recentes.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos Poderes Públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 23 — SALA 1219

RIO DE JANEIRO, GB. — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação do seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organização ou movimento partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Diretor:
HENRIQUE VALLE

Secretário:
PLAUTO M. DE ANDRADE

Direção e Administração:

Avenida Treze de Maio, 23 — Sala 1219 — Tel. 42-4553
RIO DE JANEIRO

Assinatura anual: Cr$ 400,00. Número avulso: Cr$ 100,00. Para o exterior: Cr$ 450,00 ou US$ 4,00 (Dois anos: US$ 7,00)

Escrevem neste número: GALO PLAZA, ex-Presidente do Equador; JOSÉ FIGUERES, ex-Presidente da Costa Rica; DANIEL COSIO VILLEGAS, Professor da Universidade do México; ARTHUR LEWIS, Professor da Universidade das Índias Ocidentais; MAX KOHNSTAMM e FRANÇOIS FONTAINE, respectivamente, Diretor do Instituto de Estudos Universitários da Comunidade Européia e Diretor do Escritório de Informação Européia das Comunidades Européias; LUIS ALBERTO MONGE, Membro da Assembléia Legislativa da Costa Rica.

EDIÇÃO ESPECIAL

Reconhecendo a contribuição para o estudo das relações internacionais da Conferência Latino-Americana sôbre Tensões, no Hemisfério Ocidental, que se reuniu, em Salvador, Bahia, de 5 a 12 de agôsto do corrente ano, a Direção desta Revista deliberou dedicar a presente edição à divulgação dos seus resultados.

Dêste modo, excetuada a seção "Diários dos Acontecimentos Mundiais", tôdas as demais divulgam teses ou resumos de trabalhos apresentados, no decurso dêsse importante conclave, em alguns casos traduzidos do inglês ou espanhol pelo nosso corpo redacional.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano V | Dezembro | Págs. 631 a 808

SUMÁRIO

Galo Plaza

PROBLEMAS DE EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA ... 637

José Figueres

O COMÉRCIO ENTRE PAÍSES POBRES E RICOS COMO CAUSA DE TENSÕES 651

Daniel Cosio Villegas

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO 673

Arthur Lewis

PROBLEMAS ECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO .. 691

Max Kohnstamm e François Fontaine

A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E O RETROCESSO DOS NACIONALISMOS 722

Luis Alberto Monge

O MOVIMENTO TRABALHISTA E OS PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 741

DIÁRIO DOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS 764

DOCUMENTOS:

Relatório do Seminário A 770

Relatório do Seminário B 775

Relatório do Seminário C 781

RESUMO DE CONFERÊNCIAS:

Os Problemas de Desenvolvimento vistos da Europa — *Dr. A. De Smaele,* Presidente do Conselho Econômico Belga; **Desenvolvimento Econômico: Uma Lição e um Desafio** — *David Rockfeller,* Presidente do "Chase Manhattan Bank"; **Uma Educação para a América Latina** — *Luis Beltrán Prieto,* Presidente da Câmara do Senado da Venezuela; **Tensões nos Países Subdesenvolvidos** — *Mário Henrique Simonsen,* Economista brasileiro; **Livros recentes** 790

PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Galo Plaza

Quer se considere como um direito universal ou que se aspire, de maneira concreta, a que sirva as necessidades do desenvolvimento econômico, na evolução das nações, a educação poderá contribuir de modo considerável, para o aumento das receitas nacionais e do bem-estar humano dos povos.

Se se deseja que a educação sirva ao desenvolvimento social, requisito primordial será o da planificação; e, dado que o progresso gera exigências por uma troca de coisas, a planificação educacional requer espírito inovador e, em alguns casos, o abandono de atitudes tradicionais.

Em nosso próprio hemisfério, a educação desempenhou papel da maior transcendência no crescimento de uma sociedade próspera e livre na América do Norte; que rumos devemos dar à educação na América se ambicionamos que exerça um papel semelhante em nosso destino?... Se comparamos os fatôres e os rumos mais relevantes da educação na América Latina, com os que teve nos Estados Unidos, encontraremos diferenças que resultam de nosso ambiente histórico, tudo o que nos há de servir para uma melhor compreensão dos problemas pertinentes.

II

Ainda que seja verdade que nossa cultura, tanto no Norte como no Sul, tem suas raízes na Europa, não é menos verdade que as diferenças de valores, sistemas e filosofia de vida,

existentes entre os povos do Norte e do Sul do Continente Americano, criaram desde suas primeiras etapas, notórias diferenças, tanto quanto à concepção, como quanto aos propósitos da educação.

O sistema de govêrno absolutista, semifeudal existente na Espanha e Portugal, onde marchavam ìntimamente ligados a Igreja e o Estado, foi transplantado para nosso meio por espanhóis e portuguêses, por ocasião da conquista, estabelecendo-se, de igual forma, em suas colônias da América. O catolicismo foi impôsto como uma religião única. Em troca, as colônias inglêsas estabeleceram-se no Norte, fugindo das perseguições religiosas da Europa; estas organizaram-se em novas comunidades baseadas na tolerância e na liberdade. Estas novas comunidades foram administradas sob cartas estatutárias, com constituições democráticas que, resultaram, necessàriamente, em governos democráticos, quando obtiveram a independência.

No Sul, em troca, o despotismo colonialista, gerou as ditaduras militaristas. O Norte beneficiou-se, notàvelmente, do impacto poderoso da Reforma e da Revolução industrial que serviram para levar a educação até às massas, como catalizadores para o melhoramento de suas condições de vida. Na América Latina, o meio ambiente político e social produziu um sistema de educação aristocrática privilegiada e dominada pela Igreja, com o propósito definido de preparar os povos para servir à Coroa e à Igreja. No Norte, a educação estêve notàvelmente influenciada pelas conquistas científicas levadas a efeito, tanto na Alemanha como na Inglaterra, adquirindo um sentido preciso de responsabilidade social; em troca, na América Latina, a cultura francesa, que representa a mais alta expressão cultural latina veio a exercer influência preponderante, com relêvo categórico na cultura pela própria cultura.

Na hora que passa, estas diferenças não se encontram claramente caracterizadas; correntes entrecruzadas de influ-

ência, particularmente dominantes quanto ao que ocorre no presente século, fluem tanto em uma direção como na outra.

Uma distinguida educadora chilena, Irma Salas, assinalou de forma inteligente, algumas das diferenças marcantes entre a educação na América Latina e a educação nos Estados Unidos, expressando-se da maneira seguinte:

a) Nos Estados Unidos, a educação é democrática, o objetivo da educação é democrático, enquanto, na América Latina, a educação foi e é ainda, em um sentido amplo, aristocrática em seu objetivo.

b) Na América Latina, a educação caracteriza-se pelo contrôle centralizado, que contrasta com o contrôle local que é característico da educação nos Estados Unidos. Por outro lado, nos Estados Unidos, a educação é de direção comunitária e subordinada aos interêsses e às necessidades do povo; na América Latina, ao contrário, é uma função de Estado, imposta sôbre o povo.

c) A educação, em geral, na América Latina, segue um padrão uniforme, que contrasta com a variedade que caracteriza a educação na América do Norte.

d) Os Colégios Secundários da América Latina, a exemplo do Liceu Francês, concedem aos alunos uma educação geral preparatória para a Universidade, quando a educação na América do Norte se preocupa muito mais de sua utilidade, preparando o estudante para a vida prática.

e) A administração das Escolas nos Estados Unidos é unificada para todos os ramos e graus. O Superintendente Escolar mantém sob sua administração tôdas as escolas públicas da localidade: sejam elementares, secundárias ou profissionais. A América Latina, ao contrário, mantém, ordinàriamente, sob administrações separadas, o funcionamento das diferentes divisões educacionais: elementares, secundárias, profissionais, etc. Do mesmo modo, o sistema vem em prejuízo da necessária articulação, correlação, continuidade e unidade do sistema educativo escolar.

Os que defendem a filosofia da educação latino-americana, acham defeituoso o sistema educativo predominante nos Estados Unidos, qualificando-o de pragmático, materialista e utilitário em suas características, carente de suficiente interêsse, da devida apreciação dos altos valores do espírito; por outro lado, os críticos nortistas, argumentam que os sistemas educativos entre nós são: humanísticos, meramente culturais, altamente teóricos e remotos no tempo e no espaço.

Em determinados círculos latino-americanos, argumenta-se que a nossa mentalidade, habituada à teoria humanística da vida, não responde prontamente ao pragmatismo; que uma educação que aspira, ùnicamente, a responder a questões práticas, não se coaduna, adequadamente, com a tradição latino-americana.

Êstes argumentos, que representam apenas uma resistência à mudança e que surgem de generalizações perigosas, difìcilmente poderão resistir a uma análise cuidadosa. Porém, o mero fato de que se manifestem êstes critérios, prova as diferenças de concepção, ìntimamente vinculadas às tradições culturais, as mesmas que deveriam ser novamente orientadas para benefício de todos os interessados.

Um exame sumário dos problemas da educação, na América Latina, ajudar-nos-á a pôr em evidência os fatôres principais que encerra.

III

Inicialmente, a Educação Primária. Tôda e qualquer Constituição Política das Nações da América Latina estabelece como princípios: que a educação elementar é de caráter universal; que tôdas as crianças, sem diferença de sexo, côr ou classe social, devem ter acesso à educação primária, etc. Infelizmente, nem sempre êstes princípios sagrados foram válidos na prática com a plenitude de extensão com que foram concebidos.

Nossos países, que dispõem de recursos limitados para êsse objetivo, viram-se obrigados a dar atenção de preferência a outras necessidades vitais dos povos e, como conseqüência inevitável, subestimou-se a educação pública, que sofreu numerosas limitações; neste aspecto, o que se conseguiu, muitas vêzes, nas mais adversas condições, constitui um tributo a todos os que dedicaram os seus esforços em prol da nobre causa, tais como magistrados, professôres, mestres-escolas, etc., muitos dos quais, especialmente os que desenvolvem seu apostolado em áreas rurais, levam a efeito sua sacrificada missão sob condições quase heróicas.

As escolas particulares, mantidas em sua maioria pela Igreja Católica, ajudaram o Estado de forma bastante apreciável a dar cumprimento a esta grave responsabilidade. Infelizmente, não se conseguiu muito, nem se pôde fazer muito; é preciso confessar que uma alarmante percentagem de crianças se viu privada do privilégio da educação, naturalmente mais em algumas nações do que em outras.

Temos que, se por um lado, a quantidade de escolas é insuficiente, por outro, faz-se indispensável um urgente melhoramento na qualidade dessa educação. Certamente foram postas em prática idéias novas e talvez plausíveis, as quais, sem dúvida nenhuma, estão exercendo notória influência nos métodos e planos de estudos; contudo, ainda persistem em uma grande maioria de educandários, especialmente nas zonas rurais, idéias antiquadas e tradicionais, em que o estudante ainda se encontra sujeito ao sistema de copiar do quadro-negro e à aprendizagem memorizada das lições, dia após dia, com uma oportunidade mínima de desenvolver o seu talento criador e menos ainda de aprender características importantes relacionadas com o ambiente local da comunidade. Além disso, de uma maneira geral, são escassas as facilidades materiais. As relações entre professôres e discípulos são antes de fria formalidade; tampouco se concede o devido reconhecimento às várias capacidades e a estimular o interêsse da criança em desenvolvimento, no processo de seu avanço natu-

ral da infância à idade adulta. É preciso ter-se em conta o fato de que numerosas crianças não chegam a cursar mais do que o terceiro ou o quarto ano escolar.

Na América Latina, todos compreendemos perfeitamente que o nosso futuro depende da solução do problema. Os governos estão aumentando os seus orçamentos para a educação; estudam métodos estrangeiros que produziriam bons resultados, aplicando-os em têrmos de realidades nacionais. A escola está assumindo, dia a dia, papel de membro vivo da comunidade. Porém, se ambicionamos diminuir, substancialmente, as ameaçadoras cifras estatísticas do analfabetismo, é indispensável que enfrentemos o problema, em têrmos de emergência. A qualidade terá de ser sacrificada em benefício da quantidade. Atualmente, necessitamos antes de um maior número de escolas do que de melhores escolas. Provàvelmente uma política de escolas suficientes para tôdas as crianças, antes que escolas melhoradas para uns quantos, constitui a resposta positiva para a solução do nosso problema.

Mas consideremos, especìficamente, a Educação de Adultos. O analfabetismo chegou a ser, na realidade, um dos problemas mais árduos da América Latina, como conseqüência da atenção inadequada dispensada à população de idade escolar. Mesmo aquelas crianças que receberam alguma instrução escolar, necessitam de capacitação adicional para melhor desempenho de seus trabalhos. Sòmente uma parte muito pequena da fôrça trabalhadora, recebeu a educação necessária para levar a efeito o processo econômico moderno. A velocidade das mudanças que experimentam hoje os países pouco ou semidesenvolvidos, a quantidade de tempo, de necessidade indispensável, para pôr em funcionamento os programas para educação primária universal e educação secundária extensiva, tornam imperativa a aplicação de medidas especiais para elevar os níveis educacionais da classe trabalhadora existente.

A Educação Secundária é, de modo bastante acentuado, o elo mais débil do nosso sistema escolar. Origina-se êste debilitamento de raízes muito fundas do passado, que remon-

ta aos tempos coloniais, quando êste ensino se encontrava quase exclusivamente em mãos da Igreja e para benefício de minorias seletas. Logo com a luta da Independência veio a predominar a concepção francesa. A meta da educação secundária visava o desenvolvimento intelectual da elite para apreciar as Artes, as Letras e as Ciências. A tarefa consistia em encaminhar, selecionar e aproveitar os espíritos mais vivos para que pudessem ocupar situações de comando na vida pública, econômica e social. Os estudos procuravam proporcionar cultura geral com relêvo acentuado nos temas clássicos, prestando-se pouca ou nenhuma atenção à aprendizagem aplicada aos objetivos científicos ou profissionais, sendo o objetivo máximo a preparação do indivíduo para as Universidades.

O desenvolvimento econômico acelerado e, até certo ponto, a industrialização, obtidos nas duas últimas décadas, em algumas regiões do Continente, estão trazendo para a América Latina, embora lentamente, um novo horizonte de vida, um novo conjunto de valores culturais que contribuem para o abandono de antigos métodos e práticas tradicionais.

Os dirigentes, nos campos da educação, chegaram a compreender que o objetivo deve ser levar a educação a todos, fruto como são de uma população heterogênea, os que precisam se preparar para lutar pela vida e dar educação para a convivência em uma democracia. As necessidades da hora presente exigem que a educação secundária estimule o sentido vocacional das pessoas e proporcione uma educação suficiente aos que pretendem ingressar nas Universidades. É necessário, além disso, que saliente o desenvolvimento da personalidade, não se limite a exercitar a mente para a aquisição de conhecimentos.

Como em nenhum outro plano educativo, apresenta-se a conflagração entre idéias tradicionais, acentuando-se, notòriamente, sôbre as novas concepções e humanidades que insistem no afã de conciliar a teoria com a prática e os pensamentos com as realidades. Têm-se revisado, constantemente,

os planos e programas de estudos, buscando sempre algum melhoramento sem que os resultados, até ao presente, tenham sido lisonjeiros. A resistência da tradição, em alguns casos, foi excessivamente grande. A Educação Secundária manteve-se, tradicionalmente, dentro de sua estrutura uniforme, com os mesmos requisitos como norma para todos os estudantes; as concepções sôbre suas aspirações não foram suficientemente esclarecidas para satisfazer as necessidades, nem do estudante nem da sociedade, quando se deveria antes ter orientado o estudante para o prosseguimento do treinamento profissional ou de estudos universitários ou levá-lo a uma participação imediata na vida da comunidade.

Por outro lado, na América Latina, quase de maneira geral, não se deu a devida atenção à educação vocacional, considerada antes como uma alternativa medíocre ante a educação secundária acadêmica. A aprendizagem industrial e comercial é realizada em instituições que se mantêm completamente afastadas dos Colégios superiores acadêmicos. Ainda não se conseguiu fazer com que a educação vocacional constitua parte integrante do planejamento educativo total e, por conseqüência, continuará permanecendo como o elo mais débil do sistema educacional presente, até que se consiga articulá-lo com outros tipos e planos de educação.

Quanto à Educação Superior, cêrca de vinte universidades latino-americanas, pelo menos, são mais antigas que a Universidade de Harvard. A Universidade de São Tomás de Aquino na República Dominicana foi estabelecida em 1538, ou seja, um século antes da de Harvard; a Cidade do México, Bogotá, Lima, Quito, Santiago, Sucre e a Cidade de Córdova tiveram Universidades muito antes que fôssem estabelecidas instituições de tal natureza nas colônias inglêsas do Norte. As Universidades eram o reflexo da mentalidade dominante nesses lugares e naqueles tempos; o ensino era abstrato e acadêmico, embora seja verdade que, em algumas circunstâncias, ilustrados educadores donos de idéias bastante antecipadas à sua época, introduziram estudos de Matemática e

Ciências Naturais. Como já frisamos, tôdas estas instituições estavam sob a hegemonia da Igreja e controladas por ela.

O advento da República trouxe consigo a nacionalização de muitas instituições de alto ensino e a Igreja perdeu, em muitos casos, seu predomínio absoluto sôbre a educação superior. A luta contra a Coroa e o poderio clerical continuou acesa, assim como contra a tirania e tôda a forma de opressão. Gradativamente, a Universidade passou a ser pràticamente intelectual e autônoma, situação que tem sido defendida vigorosamente e com o máximo empenho. Tais Universidades mostram-se orgulhosas de seu espírito liberal e ostentam um grande passado de resistência inabalável contra as ditaduras e de constante preocupação pelas reformas sociais. Em suma, tudo converge para uma atmosfera pollticamente saturada, predominante no campo universitário, porém que, certamente, em nada contribuiu para o melhoramento das normas acadêmicas.

As Universidades da América Latina, em regra geral, não se encontram devidamente preparadas para manter o lugar que lhes corresponde no despontar do futuro do Continente, resultando isto principalmente dos seus orçamentos inadequados, da sua organização administrativa ao fato de que os catedráticos não o são senão parte de seu tempo e a que a fonte maior das rendas dêstes provêm de fora da Universidade; fator notável é, igualmente, a influência e o contrôle exagerado que exerce o corpo estudantil nas atividades da *Alma mater*. Os universitários não estão adquirindo os conhecimentos intelectuais e morais que os capacitem a assumir no futuro as responsabilidades conexas na direção e administração de tôda a estrutura sócio-econômica, que é indispensável, para enfrentar as demandas urgentes dos povos da América Latina.

Os universitários, na luta que sustentam para proteger a Universidade da instabilidade política que a circunda, obtiveram um resultado contraditório, qual seja o de levar a

política para dentro da própria escola. O trabalho para graduação, o trabalho de investigação, o estudo de extensão, são particularmente medíocres. Existe um incrível desperdício dos seus recursos, já muito limitados, por dispersão ou duplicação. Em muitos casos, mantêm-se laboratórios e pessoal separados em cada uma das Faculdades ou divisões das mesmas, que ensinam as mesmas matérias. Por exemplo, — e ocorre na maioria das Universidades — promovem-se cursos de Química Inorgânica na Faculdade de Medicina, enquanto se mantêm facilidades similares para dar exatamente as mesmas na Faculdade de Engenharia, como igualmente, na Escola de Agricultura.

A Universidade de Concepción no Chile, em uma demonstração de espírito pioneiro de inovação, deu um grande passo para a correção desta modalidade defeituosa, mediante o estabelecimento de instituições para as quatro ciências fundamentais: Física, Química, Biologia e Matemática. Estas podem ser freqüentadas pelos estudantes para aquisição dos conhecimentos científicos necessários. Esta modalidade trouxe consigo um melhoramento bastante notável dos níveis educativos. O sistema indicado impressionou tão favoràvelmente a UNESCO que, em suas sessões de 1958, em Paris, recomendou o "Plano de Concepción" como projeto "pilôto" para a educação universitária moderna na América Latina. Outras instituições de educação superior libertaram-se da tutela da tradição e estão realizando notáveis progressos: devemos mencionar o caso concreto do Instituto de Tecnologia e Educação Avançada de Monterrey, México e a Faculdade de Medicina da Universidade del Valle, em Cali, Colômbia.

Infelizmente, é muito maior o número de exemplos de situações desfavoráveis que precisam ser corrigidas. A venerável e antiga Universidade de São Marcos, em Lima, Peru, vem sendo vítima crônica de contendas políticas que estão interferindo, em um grau alarmante, com as atividades acadêmicas. Os estudantes da Universidade de Caracas, situada em uma cidade universitária esplêndida, que pode ser compa-

rada favoràvelmente com algumas das melhores Universidades dos Estados Unidos, mantiveram-se em greve durante mais da metade do ano escolar. Não obstante a existência de problemas aparentemente insolúveis, as Universidades latino-americanas mostram-se tendentes a realizar progressos bastante notáveis com o objetivo de se manterem na vanguarda das exigências da educação moderna. Sua indubitável influência, neste sentido, faz-se sentir, claramente, na vida econômica, política e social das suas respectivas comunidades.

IV

Os problemas apontados são alguns, dentre os vários, comuns a tôdas as nações da América Latina, em maior ou menor escala. Uma amostra indicativa das diferenças qualitativas da educação existente em diversos países americanos pode ser encontrada na Escola Agrícola Pan-americana de Honduras, uma Escola Vocacional única do seu tipo, financiada por contribuições de particulares nos Estados Unidos; a esta Escola chegam estudantes procedentes de dez países pelo menos, os quais cursaram igual número de anos escolares e reconhecem notáveis diferenças nos méritos da educação que, individualmente, receberam.

Não deixa de ser perigoso generalizar conceitos para a totalidade da América, continente que compreende uma população que excede os 119 000 000, população que, se persistir a proporção atual de crescimento demográfico, virá a ter, ao finalizar o presente século, de 500 a 600 milhões de habitantes, ou seja o duplo da população combinada dos Estados Unidos e do Canadá para então.

Na Conferência sôbre Educação e Fomento Social realizada no Chile, em março do corrente ano, sob o patrocínio de várias Organizações regionais, deu-se a conhecer que 40% das crianças de idade escolar na América Latina não freqüentam escolas; igualmente, informou-se que sòmente 17 de cada

cem crianças que iniciam os estudos, terminam a educação primária; e, assim mesmo, que sòmente 4% dos jovens, em idade universitária, chega às Universidades. A mencionada Conferência calculou que seriam necessários 34 milhões de dólares, até ao ano de 1970, para resolver esta situação e adotou a resolução de que seja destinado à educação 4% do total das rendas nacionais de cada um dos países e 15% de todos os fundos da Aliança para o Progresso.

O planejamento assim projetado facilitaria o ingresso nas escolas de um número de crianças muito maior e no que se refere às matérias que tais escolas ensinariam, temos a resposta que foi dada, a êste respeito, pelo Professor Max F. Millikan da M.I.T. concebida no seguinte sentido:

"... Outra característica do mundo contemporâneo que produz efeitos sôbre a educação, em amplitude universal, porém que, possìvelmente, requer ser acentuada, especialmente no planejamento educativo para os países subdesenvolvidos, consiste na rapidez extraordinária e difícil de predizer, das mudanças que estão sofrendo constantemente estas sociedades. A geração que inicia, agora, sua atividade escolar, terá, sem sombra de dúvida, que se defrontar, construtivamente, com um mundo que não sòmente será totalmente diferente daquele em que viveram seus pais, senão essencialmente distinto do mundo atual em que vivemos. Daí porque o problema educacional não consiste em ensinar a estas crianças como poderão substituir suas presentes respostas pelas respostas de seus pais, senão essencialmente, em proporcionar-lhes os instrumentos necessários a mais de uma atitude mental que as capacite para encontrar por si mesmas as respostas adequadas".

* * *

PROBLEMS OF EDUCATION IN LATIN AMERICA

Some acute problems of education in Latin America are analysed, in this article, by Mr. Galo Plaza, ex-president of Ecuador, in the light of the tradition-reform conflict. The author starts it by calling our

attention to the tremendous importance of education to raise Latin-Amecan standard of productivity, real income and technical capacity, independent of the objectives that the national program of education may try to accomplish: to convert into facts an universal right or foster economic development. After having stressed the indispensability of planning, should the second objective be preferred, he comments on the striking disagreement, easily perceptible, between "the rights" conferred upon the people by the political Constitutions of Latin American countries, here included the right to primary education, with the disappointing reality of a regional school system inadequate to cover expanding needs of the growing populations. Mr. Galo Plaza recognises further that, finally, a fresh wind of reform begins to blow in Latin America against a background of deeprooted tradition, though regretting that limited budgets and financial resources have prevented Latin American schools to avance more repidly toward national objectives of literacy, whereupon his conclusion that, placed before the alternatives of better schools or more schools, Latin American governments should prefer the latter; in other words, as he has put it: "quality will have to be sacrified in favor of quantity". Leaving aside for a while the illiteracy problem — the main and more important educational burden — he goes on to examine a few others, such as the Latin American high school system, which he considers the weakest link in the educational process, more so because there the conflict between the old and the new has been more intense. By and large, vocational education has been overlooked and has been looked upon rather as a mediocre alternative to a high school more academic and that has not succeeded yet in conciliating theory and practice. As for Latin American universities, even taking into account that twenty of them are older than Harvard University, USA, they simply lack the necessary means to meet future educational demands and, in addition, mention is made of the fact that professors can not afford working full time in campus activities, while students tend to divert their energies to the political area. But the author warns against the danger of generalizing in relation to a region so vast as Latin America and, in concluding, states that bigger national budgetary allocations and more relevant international help to finance education, in this part of the world, will represent an indispensable contribution to improve present conditions.

PROBLÈMES D'ÉDUCATION À L'AMÉRIQUE LATINE.

Quelques problèmes importants de l'éducation à l'Amérique Latine sont analysés, dans cet article, par M. Galo Plaza, ex-président de l'Equateur, à la lumière du conflit tradition-réforme. L'auteur commence son

article en appelant notre attention pour l'énorme importance de l'éducation pour l'élévation de la qualité de productivité latin-américaine, rente réelle et capacité technique, independemment des objectifs que le programme national d'éducation puisse essayer de réaliser: convertir en des faits un droit universel ou entretenir le développement économique. Après accentuer le besoin de plans, surtout étant le deuxième objectif le préféré, il commente l'étonnante discordance facilement perceptible, entre "le droit" conféré au peuple à travers des constitutions politiques des pays latin-américains, ici inclus le droit à l'éducation primaire, et la décevante réalité d'un système régional d'écoles inadéquat pour couvrir les nécessités augmentées des populations en croissance. M. Galo Plazo reconnaît, ensuite, que, finalemente, le vent frais de la réforme commence a souffler dans l'Amérique Latine contre un fond de paysage de tradition enracinée, bien qu'en regrettant que la limitation de recettes et recours financiers empêche que les écoles latin-américaines avancent plus rapidément vers les objectifs nationaux d'éducation; de là, sa conclusion de que, placés devant l'alternative de meilleures écoles ou plus d'écoles, les gouvernants latin-américains préfèrent la dernière; en d'autres mots, comm'il a dit: "il faudra sacrifier la qualité en faveur de la quantité." Laissant de côté par un instant le problème de l'analphabétisme — la principale et la plus importante difficulté nationale — il continue à examiner plusieurs d'autres, tels que le système d'écoles secondaires latin-américaines qu'il considère le lien le plus fragile du proccès éducational, mais encore parce que là le conflit entre le vieux et le nouveau devient plus intense. D'une manière générale, l'éducation vocationale a été regardée du haut, particulièrement comme une alternative médiocre pour une école secondaire plus académique et elle n'a pas encore eu de succès dans la conciliation de la théorie avec la pratique. Quant aux universités latin-américaines, bien qu'en pensant que vingt d'elles sont plus vieilles que l'Université de Harvard, U.S.A., elles nécessitent simplement des moyens nécesaires pour satisfaire les exigences éducationales de l'avenir et, en addition, il est mentionné le fait que les professeurs ne peuvent pas dispenser leur temps intégral de travail dans les activités d'une université, en même temps que les étudiants tendent a détourner leurs énergies pour l'aire politique. Mais l'auteur avertit contre le péril de généralisation en relation à une région si vaste qui est l'Amérique Latine, et, en finnissant, il affirme qu'une plus grande distribution de la recette nationale et une plus rélévante aide internationale pour le financement de l'éducation, dans cette partie du monde, réprésenteront une indispensable contribution pour l'amélioration des conditions actuelles.

O COMÉRCIO ENTRE PAÍSES POBRES E RICOS COMO CAUSA DE TENSÕES

José Figueres

A história da Terra, desde a nebulosa até ao homem e à sociedade, faz pensar que a humanidade tende a converter-se em uma família universal, unida por uma civilização comum. Na presente etapa desta milagrosa evolução mundial, alguns obstáculos que o homem encontra, na sua trajetória em demanda de níveis superiores, chamam-se *tensões mundiais.*

A civilização comum, que unirá a humanidade futura, será o produto de muitas idades e culturas. Cada uma contribui com certos valores que logram adquirir aceitação geral. No século XX, a eliminação da pobreza, da enfermidade e da ignorância constituem um valor universal, chamado *Desenvolvimento Econômico e Social.*

Depois do advento da tecnologia, todos os países, tôdas as raças e ambas as partes da guerra fria consideram o desenvolvimento como uma meta que se deve alcançar em nosso tempo. Várias nações já o conseguiram, graças, em parte, ao espírito de solidariedade que puderam estabelecer entre seus cidadãos, o qual não existiu em épocas anteriores. Essas sociedades chegaram, assim, à *integração evolutiva.*

O resto das nações segue atrás, mas está surgindo um novo fenômeno mundial, que pode acelerar o seu desenvolvimento e a sua integração: nasce um novo sentimento de solidariedade, agora entre país e país, correspondente à solidariedade de homem a homem, estabelecida internamente nas nações mais avançadas.

Durante o período de gestação da solidariedade, nos povos precursores, o desconhecimento das tendências evolutivas produziu oposição e tensões. A humanidade avança às escuras, enquanto a luz só ilumina o caminho já percorrido. Hoje, os países pobres encontram os escolhos que se lhes apresentam simultâneamente, ao tratarem de estabelecer as duas solidariedades: a interna e a mundial. Mal-entendidas, ambas provocam oposição e tensões.

II

Tenho vivido minha experiência na América Latina, um continente de características distintas daquelas que marcam a Ásia e a África. Não sei se minhas conclusões, enquanto corretas, poderiam também ser aplicadas a êsses outros continentes. Irei fixá-las, no final dêste trabalho, mas assinalarei as peculiaridades da América Latina em uma síntese inicial. Convém tê-las presentes para evitar erros:

1) A América Latina sente-se européia em sua cultura. Até os grupos pré-colombianos adotaram aspirações européias.

2) Os latino-americanos têm lutado muito pela Democracia, tal como a entendem os norte-americanos e europeus ocidentais. A atual geração adulta considera a liberdade como o dom mais valioso e dá por descontadas as suas vantagens na vida política. A única ideologia que se lhe opõe francamente é o comunismo, no qual milita uma minoria vigorosa, especialmente de jovens insatisfeitos com os frutos econômicos da Democracia.

3) As Repúblicas latino-americanas têm "economias de intercâmbio" (de alta importação e exportação) ao contrário das "economias fechadas" dos Estados Unidos ou da Índia, onde o setor forâneo do comércio é relativamente pequeno.

4) No intercâmbio, as economias latino-americanas vendem barato e compram caro e sofrem uma contínua drenagem,

invertendo a relação que acumula riquezas em economias como a da Inglaterra, no século XIX.

É evidente que não se pode desenvolver um país em agitação política. A ordem é indispensável ao trabalho produtivo, mas é igualmente certo que não se pode manter um regime democrático sob condições de extrema pobreza. Desenvolvimento econômico e estabilidade política são agora como o ôvo e a galinha. Em nossa América, tão logo o poder atinge um certo grau de democratização e assume caráter progressista, as esperanças populares exageradas costumam produzir desilusões. Os jornais ricos estimulam o descontentamento, de um lado, e, por outra parte, os agitadores internacionais exploram a frustração, juntando-se os dois extremos para dificultarem o regime de liberdade. Grupos diversos fomentam a subversão: os conservadores, porque esperam que uma ditadura militar lhes restitua os privilégios; os simpatizantes do comunismo, porque aspiram a tomar a liderança do movimento antimilitar que há de vir; os pobres, por sonharem que a destruição da ordem estabelecida abrirá o caminho a um mundo melhor. Poucos apreciam a estabilidade, ou compreendem que o desenvolvimento é uma árvore de frutos para todos, mas de crescimento lento.

Os povos seriam mais pacientes ante um esfôrço honesto dos governos, se não fôssem provocados, simultâneamente pelos reacionários, pelos oportunistas e pelos agitadores. As tensões mundiais não se produzem espontâneamente.

A liberdade de imprensa, indispensável na sociedade democrática, é uma arma de dois gumes, quando os planos econômicos exigem um difícil equilíbrio; por uma parte, reformas agrárias, diárias crescentes, impostos, justiça social; por outra, paciência e cordura, melhoramento paulatino e formação de capital. O que chamamos "liberdade de imprensa" é quase a liberdade das emprêsas jornalísticas e, especialmente a de quem paga os anúncios. Os mesmos comerciantes que se beneficiam com o poder de compra das maiorias e com a paz social, abusam do poder sôbre a imprensa

para desacreditarem o govêrno democrático, opondo-se aos pequenos sacrifícios que as reformas econômicas demandam. Mesmo os que não desfrutam de privilégios, em cujo nome se realizam as reformas, fornecem munição à imprensa hostil e votos aos políticos inconscientes, porque ignoram que sua situação não pode melhorar mais depressa do que permite o crescimento econômico.

No fundo da insatisfação popular, está o desejo de consumir as utilidades das nações industrializadas que não são produzidas localmente. Uma vez, perguntei ao Presidente Paz Estensoro por quê a nossa América não tinha problema de "divisas" ou moeda forte, antes de Cristóvão Colombo. Respondeu-me: "Porque a nenhum boliviano lhe havia ocorrido usar escôva de dentes".

O uso da escôva de dentes apareceu muito tempo antes que os nossos países tivessem a Tecnologia e o Capital necessários para fabricá-la. Era preciso importá-la de países de nível de vida mais alto e pagá-la com estanho, café, ou cacau, produzidos a baixos custos. Automàticamente, uma hora de trabalho estrangeiro equivale a várias horas de trabalho nacional. Assim, nasce o problema da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, posteriormente agravado.

Se todos os habitantes das nações não industrializadas usassem escôvas de dentes e demais artigos da sociedade industrial, pagando-os com exportações, uma hora de trabalho deveria ser trocada por outra hora de trabalho, internacionalmente. Como essa relação não existe, o trabalho dos povos pobres sòmente dá para o pagamento das escôvas de poucos cidadãos. A maioria não pode usá-las. O velho problema das minorias privilegiadas reaparece, assim, de maneira mais complicada.

Os privilégios causam tensões. O remédio que se recomenda é a justiça social. Em verdade, algumas pessoas têm várias escôvas de dentes, enquanto outras não têm nem uma. Distribuamos, equitativamente, as escôvas e logo encontraremos, como resultado da justiça distributiva, que, talvez,

uns 20% da população, em vez de 15%, possam escovar os dentes. Ou, de outra maneira, que só podemos dispor de uma pequena parte de uma escôva por pessoa. *A escassez é mais grave que a má distribuição.*

Outro remédio que se aconselha é a diversificação, a industrialização. Façamos as escôvas no nosso país. Tudo o que se requer é uma fábrica e algo de tecnologia. Mas uma fábrica exige capital, que significa poupança e sacrifício no consumo. Por sua vez, a tecnologia implica dispêndios em educação, reduzindo outros gastos. Portanto, parte das horas de trabalho, que agora trocamos por escôvas para 15% da nossa população, teremos que trocá-la por máquinas, para a fábrica, e por livros, ou mestres, para os trabalhadores. Assim, ao começarmos a industrializar-nos, teríamos que *reduzir* de 15% para 10% a proporção de nossa população que pode usar escôvas. *A industrialização pressupõe sacrifício.*

Diz-se que podemos diminuir esta carga recebendo ajuda do exterior. Parte do custo da fábrica, assim, pode ser coberta pelas nações ricas que nos pagam mal o nosso trabalho. Graças aos seus favores (ou empréstimos), em vez de se restringir até 10% a percentagem de pessoas com dentes limpos, podemos construir a fábrica, aumentando tal proporção para 12,5%. *A ajuda exterior nunca pode compensar a iniqüidade nos têrmos do intercâmbio.*

Enquanto isso, os importadores e os anunciantes estimularão os consumidores à compra de escôvas e os agitadores, incentivarão o povo a que arrebate as escôvas dos 15% da população, contemplando a todos com um décimo de escôva por pessoa. Simultâneamente, nos países ricos, os jornais criticarão os gastos da ajuda exterior e os políticos defenderão o dinheiro dos contribuintes, chamando de mendigas as nações amigas. O intercâmbio injusto entre países pobres e privilegiados gera os elementos das tensões mundiais.

III

"A Nova Cidade", dizia Platão, "deve situar-se longe da costa, onde as idéias estrangeiras não minem sua fé, o comércio exterior sua paz, os luxos forâneos, sua tradicional simplicidade."

Êste era o conselho do filósofo no século IV antes de Cristo. Em abril de 1962, um governante militar, reformado, que conhece poucos filósofos, o General Park, da Coréia do Sul, criador da "Nova Vida", proclamou: "Um simples olhar dirigido às mercadorias estrangeiras desperta desejos fantásticos na mente do nosso povo. Queimai-as!"

Segundo a revista TIME, "foram condenados ao fogo" cosméticos franceses, brocados de Hong-Kong, relógios suíços, fonógrafos e discos alemães, camisas e gravatas norte-americanas, mais de duzentos artigos, num valor total de 230 mil dólares.

As nações industriais de hoje chegaram a uma etapa em que se considera o *consumo* uma virtude econômica, pois, seja do que fôr, êle aumenta a produção. "Os negócios estão bons", quando os consumidores fazem compras em grande quantidade. Dá-se por descontado que existem as facilidades de produzir, esperando a demanda. Poucas pessoas se detêm a pensar que êste é um fenômeno recente na história econômica. A história milenar das lutas do homem para ganhar a vida em sociedade mostra que o consumo foi encarado como algo que deveria ser evitado ou reduzido ao mínimo, apesar das instruções dos comerciantes, individualmente considerados.

Sòmente durante o último meio século, e em alguns países apenas, as máquinas e a técnica têm multiplicado a capacidade produtiva do homem a um grau em que convém o estímulo ao consumo, para manter a economia em funcionamento. Sem embargo, ainda nessas nações felizes, a demanda, às vêzes, ultrapassa os níveis de produção, seja em função dos altos

salários, excesso de crédito ou outros fatôres. Dêsse ponto em diante, não há aumento no fluxo de mercadorias e serviços, mas simplesmente na circulação de moeda mais barata.

Ademais, em tempo de guerra, quando a demanda de tôdas as utilidades é alta, as nações ricas deixam de olhar o consumo como uma virtude. Em outros têrmos, tratam de reduzi-lo mediante cotas, racionamentos e exortações patrióticas, procurando diminuir o volume de negócios. Nas agências de turismo, em fases de "negócios fracos", afixavam-se cartazes que também apareciam nas agências aéreas dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial: "É verdadeiramente necessária esta viagem?"

IV

Nos países não industrializados, onde a maioria dos artigos importados é paga com exportações a baixos preços, os efeitos do consumo correspondem comumente mais às limitações da guerra que à amplitude da paz. É certo que a demanda de algumas utilidade locais, para a qual há disponibilidades de recursos, pode ser benéfica. Ainda o desperdício dos ricos, se fôr limitado o luxo às fronteiras do seu país, pode ser desejável, em alguns casos. Mas, geralmente, a tendência a consumir e a elevar, prematuramente, o nível de vida retarda, ao contrário de acelerar, o desenvolvimento econômico, não sòmente porque se diminuem a poupança e a capitalização, mas também porque a economia se vê forçada a produzir mais e mais artigos primários de exportação, debilitando o mercado externo.

Teòricamente, é concebível que os países atrasados se desenvolveriam em paz, a princípio, lentamente, e, depois, ràpidamente, se se pudessem induzir os seus povos a manterem a "tradicional simplicidade" de Platão. Levando uma vida bucólica, durante algum tempo, importariam quase exclusivamente máquinas, caminhões e demais *bens de capital.* Prà-

ticamente, nada para o consumo. Nenhuma das amenidades que "despertem fantásticos desejos".

Para pagar os *bulldozers* e as usinas de energia elétrica de que necessitam, êsses países exportariam *quantidades relativamente pequenas* de café ou lã, ou gado. Os embarques limitados manteriam os preços altos. O intercâmbio poderia ser, então, de uma hora de trabalho por outra, em vez de dez por uma, como ocorre hoje.

Supondo-se, que houvesse bom manejo econômico e social desta Arcádia, o trabalho que agora se destina a produzir exportações baratas para pagar importações caras, seria empregado para o abastecimento local de alimentos, melhores casas, construídas com material do país, estradas, escolas e centros de saúde, tudo de maneira simples, como se fazia anteriormente à Revolução Industrial.

Gradualmente, as fábricas de cimento, os motores *diesel* e demais *bens de capital* importados iriam mudando o panorama dos costumes e da produtividade. Poder-se-iam, então, consumir mais utilidades da era industrial, produzidas localmente. Assim, graças à privação ou à austeridade, o país ter-se-ia desenvolvido.

Mas, se o caminho da Utopia estivesse tão aberto, não estaríamos hoje reunidos aqui nesta Conferência sôbre Tensões Mundiais.

Talvez a ditadura militar da Coréia do Sul possa impor àquele povo a "Nova Vida". Quanto mais baixa seja a quantidade de gasolina, cereais, passagens de avião e serviços cabográficos que as minorias consomem, menor será a quantidade de arroz mal pago que as maiorias terão de colhêr para pagar as importações. A utilização da fôrça de trabalho será melhor em produção física, educação e saúde.

Na primeira etapa do desenvolvimento, quanto mais lento o crescimento da classe média com seus hábitos de consumo, tanto mais rápido será o aumento das exportações de *bens de capital*. As fórmulas freqüentemente recomendadas, de diversificação e industrialização far-se-iam de pronto mais

efetivas sob um plano político. Não era necessário admitir vendedores nem anunciantes estrangeiros, nem reformadores, nem imprensa livre". Sob tal regime autocrático, quase não se poderiam manifestar as tensões sociais.

A União Soviética forçou o seu desenvolvimento com um mínimo de importações, durante meio século. A nação é tão grande e variada em latitudes e recursos, que a exclusão do "luxo" estrangeiro provàvelmente resulta mais ameno do que seria em um país menor, onde se podem produzir menos utilidades.

Comparado com o Ocidente, o esfôrço soviético não tem produzido, até agora, bens de consumo em abundância. Sob planificação centralizada e deixando à parte as preferências do consumidor, o país dedicou uma grande parte do seu esfôrço à educação, à elevação de nível tecnológico e à indústria pesada (bélica). Em certo grau, a economia deve ter sofrido a falta de iniciativa e a dispersão administrativa. Entretanto, a prevalecer a paz, é de se supor que estas décadas de forçada austeridade, no consumo e a largueza em capitalização, haverão de produzir algum gênero de abundância.

O problema das Repúblicas latino-americanas e outras nações similares é *que se quer beber o leite e comer a vaca, ao mesmo tempo*. Querem desenvolvimento rápido, mas também querem Democracia, por imperfeito que seja o Govêrno, e liberdade de consumo, embora modesta a renda nacional. Querem crescimento econômico, que requer formação de capital; mas também querem gastar todo o seu ingresso e algo mais, o que impede a formação de capital.

Entretanto, ainda sob um regime democrático, a capitalização não seria tão difícil, se êstes países tivessem só problemas *internos*. Se suas economias fôssem mais "fechadas". Se a maioria dos artigos fôsse produzida localmente. Se as extensões geográficas fôssem maiores, permitindo uma produção mais variada. Se, por exemplo, houvesse funcionado um Mercado Comum Latino-americano, durante os últimos cinqüenta anos.

De fato, em uma "economia fechada", com poucas importações e exportações, as dificuldades de capitalização são menos sérias. De uma parte, os capitalistas têm poder, apesar de suas queixas e tendem a manter salários baixos e lucros altos. Algo dêsses lucros é desperdiçado em luxo, mas a maior parte destina-se à formação de capital, incrementando o patrimônio do país. De outro lado, os assalariados também têm poder, seja na qualidade de membros de sindicatos ou como votantes, e seu esfôrço tende a produzir as majorações salariais e a redução dos preços das utilidades. Pode dar-se o caso em que esta tendência aumente a capacidade de compra ao extremo de provocar uma demanda superior à produção. maior parte destina-se à formação de capital, incrementando têm-se estimulado mais a eficiência, a inversão e o aumento do produto nacional. O crescimento, em boa medida, tem sido resultante do equilíbrio de fôrças entre patrões e empregados nas democracias avançadas.

Em troca, as coisas desenrolam-se de uma maneira diferente nos países menos desenvolvidos, de "economia de intercâmbio", onde se despertam os "fantásticos desejos" de consumir produtos estrangeiros sem ter com que pagá-los.

V

As minorias existem em tôda a sociedade. Justa ou injustamente, elas administram a riqueza das nações, seja no exercício de prerrogativas, como nas velhas aristocracias, ou no exercício de propriedade e seus instrumentos administrativos, como no Oeste, hoje, ou no exercício do poder político como, agora, na União Soviética. Essas minorias vivem bem. Desfrutam das comodidades e do luxo que tornam possível a civilização contemporânea.

Antes da Revolução Industrial, as minorias eram tudo o que a economia podia manter em um alto nível de vida. Agora com a tecnologia, as aspirações sociais e a ciência do

desenvolvimento, elas podem-se considerar a frente avançada de um sistema de vida que se tende a estender e a generalizar. Poucos países produziram já o que Calfraith chama "A Sociedade Afluente" e uma dezena de *Estados Benfeitores* conseguiu, pelo menos, eliminar a pobreza. Tôdas essas nações constituem o mundo desenvolvido.

Nas áreas pobres do mundo, as elites dinamizam-se para equipararem os seus níveis de vida aos das sociedades desenvolvidas. O Chefe de Estado árabe mais analfabeto tem uma frota de *cadilacs*. A capital do país mais desnutrido tem hotéis apropriados para os visitantes europeus e norte-americanos. As Repúblicas latino-americanas têm áreas urbanas altamente desenvolvidas. Existe, na terra, uma Sociedade Mundial de povos que raras vêzes dormem em quartos sem banheiro privado e que nunca ficam distantes do telefone internacional, onde quer que estejam. Essa Sociedade Internacional está composta por grande número de pessoas dos países subdesenvolvidos, mais as pequenas minorias afortunada das nações pobres.

Como podem as economias das nações pobres pagar as mercadorias e serviços modernos que permitem às suas elites pertencer à sociedade internacional "afluente"? Aí está o problema. Têm que pagar com café ou chá, juta ou sisal, ou qualquer dos artigos que se não produzem nas zonas temperadas, onde estão situados os países industrializados.

A demanda dêsses artigos primários é limitada. À medida em que são oferecidos em quantidades maiores para pagamento dos produtos de uma tecnologia que sempre avança, inundam os mercados, deprimem os preços e atrasam o desenvolvimento mundial.

Vejamos um exemplo: o advento do avião retropropulsor. Suponhamos que a economia de um país como o Equador compra 100 passagens diàriamente, de Quito e Guayaquil aos Estados Unidos e à Europa, a US$500 por pessoa, em avião de hélice. Se a companhia é local ou estrangeira, não há muita dificuldade, porque um dos maiores custos do trans-

porte está na amortização do aparelho, construído em um país desenvolvido.

A economia desta nação pobre, em conjunto, paga US$ 500 diários à economia do mundo industrial, pelo serviço de transporte aéreo. Para cobrir o custo, o Equador tem que exportar 250 mil libras de cacau por dia, a US$20 por libra.

Em seguida, vem a troca de aviões de hélices por *jets*, que custam várias vêzes mais. As tarifas sobem em 40%. A conta que as nações desenvolvidas apresentam ao Equador aumenta em $70.000,00 diàriamente. Onde está a elevação correspondente do ingresso da economia equatoriana para pagar a diferença de $20.000,00? Em parte alguma! A tendência será simplesmente a de exportar mais cacau. 350 mil libras a US$20 produzirão $70.000,00. Mas êsse aumento de 40% na oferta de cacau pode reduzir o mercado em 5% se sòmente um dos países abastecedores elevar as exportações, ou em 50%, se todos os países produtores fizerem o mesmo. Suponhamos que sejam poucos os que pagam o transporte aéreo com o cacau e que os preços caiam sòmente de 10% a 18% por libra. O Equador, entretanto, necessitará dos mesmos $70.000,00 diários, em caso de continuar comprando 100 passagens por dia. Serão necessárias, 390.000 libras para saldar a conta. Outra vez, as 40.000 libras adicionais baixarão o preço a 17 por libra. Mais cacau terá que ser exportado e assim sucessivamente. A não ser que se reduza o número de *viagens* ou que a elite que pode viajar se *reduza* a uma proporção menor dos habitantes, a maioria de cujo trabalho se precisa para produzir o cacau terá de se submeter a uma baixa no seu nível de vida, ajustando-o ao preço de 17, em conseqüência do advento dos *jets*.

Em certo sentido, os avanços diários dos países ricos retardam o desenvolvimento dos países pobres. A televisão em côres substitui a antiquada em *prêto e branco*. Os autos aumentam sua potência para 350 cavalos, ultrapassando os 275 cavalos de fôrça.

As companhias instalam três vêzes mais postos de gasolina em vez do dôbro, simplesmente. Tudo isso são passos adiante. As minorias dos países pobres automàticamente adaptam-se ao progresso e cada avanço impõe às economias subdesenvolvidas uma evasão de divisas, sem um correspondente acréscimo em seus ingressos.

Os resultados dessa tendência, *em têrmos relativos*, são: a) o número de pessoas que usam mercadorias e serviços modernos *réduz-se;* b) o nível de vida das minorias *decresce;* c) a dívida externa *aumenta;* a necessidade de ajuda estrangeira *cresce*. Pergunta-se: É de se estranhar que os países ricos se separem dos pobres a cada dia que se passa?

Muitos dêstes fenômenos desfiguram-se com palavras, como "depreciação monetária", "instabilidade", "inflação" e outras. A verdadeira causa é o consumo de bens e serviços que a economia não produz localmente, nem pode pagar ao estrangeiro. Os efeitos são as tensões sociais.

Nas previsões do futuro, pensam alguns que a dependência dos países pobres, em relação às exportações de matérias-primas, será reduzida por fôrça dos mercados comuns, do desenvolvimento planificado e da ajuda internacional. Isto é certo, em parte, e tôda tendência nesse sentido deve ser estimulada. Mas, se não se adotarem medidas *básicas*, os efeitos serão lentos. A diferença que nos separa não será eliminada, porque as nações adiantadas continuam crescendo ràpidamente. As tensões mundiais *aumentarão.*

Quanto mais se desenvolverem os países atrasados, *maiores* serão suas importações. Os países, que tomaram a dianteira na Revolução Industrial, continuarão produzindo artigos que exigem equipamento mais pesado, tecnologia mais avançada e inversões mais volumosas.

Que exportarão as Repúblicas latino-americanas, depois do seu desenvolvimento, para pagarem as novas importações? De alguma forma, farão o que o Japão faz agora, tratarão de competir, no mercado internacional, com automóveis e artigos de electrônica. Mas o forte de suas exportações con-

tinuará sendo café, cacau e banana, da zona tórrida, minerais, das áreas de mineração, carne, lã e uvas "fora de estação" do extremo Sul. Enquanto o café e a banana forem aceitos pelos consumidores das zonas temperadas, continuarão sendo os principais artigos de exportação das latitudes tropicais.

Nestas previsões do futuro, um fenômeno interessante aparecerá: Quando os países agora em desenvolvimento se houverem industrializado, a remuneração do trabalho se elevará. O café e o cacau, produzidos a salários industriais, terão um alto custo. Os países importadores terão que pagar o preço. Então, as horas de trabalho passarão a ser trocadas em têrmos justos, no plano internacional. A justiça econômica, no comércio exterior, ter-se-á estabelecido por necessidade e não por uma política esclarecida, depois de muitas décadas desnecessárias de maus ajustes e de tensões.

Em 1962, é permissível perguntar: "Que aconteceria, se a Rússia ganhasse a guerra fria na América Latina? — Se isto significasse o desligamento das nossas economias dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, para nos vincularmos aos países comunistas, a exemplo do ocorrido em Cuba, indubitàvelmente o nosso comércio exterior seria pior do que o é agora. A China e a U.R.S.S. não oferecem bons mercados para as exportações latino-americanas e, durante muito tempo, não seriam bons abastecedores das nossas importações.

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha Nazista impôs um sistema de trocas aos países não industrializados, cujo resultado não foi mau. A Alemanha, que lutava com a escassez de divisas, obteve o café que desejava, trocando-o, diretamente, por seus artigos manufaturados. E os países agrícolas receberam mais mercadorias do que nunca por toneladas de café. Ninguém sabe quanto teria durado êste comércio favorável se a guerra não o houvesse interrompido. Mas o importante, agora, é o seguinte: as economias latino-americanas, tradicionalmente, estiveram unidas à da Europa Ocidental, talvez mais do que à economia dos E. U.A. O aumento súbito da compra de mercadorias alemãs

não significou um transtôrno importante. Em troca, se o nosso comércio tivesse que se adaptar, artificialmente, às necessidades e possibilidades da U.R.S.S. e da China, as dificuldades seriam grandes.

Pode-se formular uma pergunta mais fundamental: Que nos pode levar a crer que as nações comunistas, embora pudessem substituir os países do Atlântico em seu comércio com a América Latina, seriam mais esclarecidas e estariam mais inclinadas à solidariedade internacional?

A U.R.S.S. estabelece algum precedente saudável em suas relações comerciais com os satélites da Europa Oriental e da Ásia?

Os russófilos da América Latina podem perguntar: Por quê teríamos de mudar as nossas ligações econômicas de um *mundo* para *outro*? Por quê não tratarmos com ambos? Esta é uma boa pergunta. Entretanto, é tão boa e inútil quanto esta: Por quê tem de haver guerra fria?

Talvez haja perguntas mais pertinentes na conjuntura que atravessamos: Por quê o Ocidente há de permitir que um comércio sem rumo lance por terra todos os esforços no sentido do restabelecimento da ordem e da redução das tensões mundiais? Por quê dar ajuda ao exterior, enquanto, inconscientemente, se debilitam as economias pobres? Dentro de 50 ou mais anos, se a maioria das nações conseguir desenvolver-se, apesar do comércio internacional, o trabalho e os recursos de todos os países serão igualmente compensados. Por quê não acelerar o processo e compensar com eqüidade a partir de agora?

As nações avançadas do Ocidente estabeleceram a justiça entre os vários segmentos da sua população. Os trabalhadores industriais já não são proletários e os agricultores já não são campesinos. Esta solidariedade entre os grupos, igualando as suas rendas, está criando um grande mercado interno, que fomenta a produção em massa. Que nos indica que a solidariedade internacional não traria semelhantes resultados para o mundo?

O salário mínimo legal é um dos melhores exemplos de política esclarecida e de ética aplicada à economia. Os países, como os Estados Unidos, negam-se a importar trabalhadores, pagando-lhes "salários de fome", apesar de que milhões e milhões emigrariam com satisfação para ganharem um décimo dos atuais salários norte-americanos. Compreende-se que isso seria mau negócio e desaconselhável do ponto de vista ético. A frase "salários de fome" é odiosa. Por quê, então, se considera um bom negócio, ético e não odioso, importar "salários de fome" transformados em produtos das nações em desenvolvimento? Como poderemos constituir a família universal, enquanto os ricos continuam trocando uma hora do seu trabalho por dez horas de trabalho dos pobres?

Em tais circunstâncias, a única resposta é esta: Ainda não foram criados os métodos, os mecanismos da solidariedade internacional.

Mas já temos os primeiros ingredientes: a atitude, a concepção, os intentos limitados de solidariedade já os conhecemos. "Empréstimos e Arrendamentos", o "Plano Marshall", a "Ajuda Exterior" e a "Aliança para o Progresso" são frases concebidas nas mais progressistas das nações para denominar o embrião de uma nova política unificadora, tal qual o "Movimento Operário", o "Novo Rumo", a "Nova Fronteira",os "Programas Agrícolas", e o "Impôsto sôbre a Renda". São todos nomes que expressam a resolução contemporânea de fazer efetiva a solidariedade interna em um determinado país do mundo.

Celebram-se *conferências do café,* do estanho, de comunicações e tôda a classe de reuniões em um esfôrço tímido para se restabelecer a justiça internacional. Ninguém sabe quais serão os melhores mecanismos. Mas o certo é que a exploração não deliberada das economias pobres pelas ricas tem que ter um fim. No Ocidente, o "Imperialismo", com os seus objetivos econômicos, está morrendo. O "comércio livre", com as suas conseqüências inesperadas em atraso e em tensões, tem que morrer.

Talvez seja necessário, durante algum tempo, estabelecer quotas e preços mínimos para as exportações das economias débeis. Talvez se encontre uma maneira de financiar a destruição do excesso de produção evitando-se com essa medida, que se produza *além* das necessidades do mercado. Inversamente, talvez sejam atribuídos subsídios, nos países desenvolvidos, com vista à redução dos preços dos *serviços* e *bens de capital* exportados, para as economias em desenvolvimento. Os investimentos estrangeiros transformar-se-ão, legìtimamente, em patrimônio dos países, onde se fixarem. Talvez a audácia e a imaginação que caracterizam as *guerras quentes* se apliquem às frentes da *guerra fria* e, sobretudo, à grande batalha pela integração do mundo que o homem está defendendo em nosso tempo.

VI

De minha experiência nas tensões da América Latina, de seu esfôrço por se desenvolver dentro dos limites do mundo Ocidental, ao qual pertence, chego às seguintes conclusões:

1) A maior causa (embora não a única) do subdesenvolvimento das nossas Repúblicas é a iniqüidade do comércio com o mundo industrial.

2) Em teoria, êste comércio deveria reduzir-se o quanto possível ao intercâmbio de *bens de capital* por exportações primárias, sob um plano de desenvolvimento e dentro de um mercado comum latino-americano. Assim, a América Latina talvez pudesse recobrar o tempo perdido. Provàvelmente, desapareceria até a distância que a separa do mundo desenvolvido. Mas isto é impossível na prática, dentro do sistema democrático.

3) Por solidariedade com a América Latina e por interêsse próprio, as Nações Atlânticas deveriam estimular uma nova análise geral de tôda a relação econômica, incluindo *mercadorias, serviços e investimentos.* Tornar-se-ia precisa

a criação dos mecanismos necessários no sentido de se pôr um fim às tendências prejudiciais. Além disso, dever-se-ia dar todo estímulo ao *Mercado Comum.*

4) De outra maneira, como um procedimento mais "simples" e transitório para compensar a drenagem que sofrem os países pobres, as nações desenvolvidas teriam que lhes oferecer uma ajuda muito maior. Isto seria fácil para as suas economias, mas difícil para os seus governos, por várias razões políticas, salvo se a ajuda fôsse inscrita sob a rubrica *medida de guerra.*

5) Um passo adiante, neste momento, poderia ser a Comunidade do Atlântico, instituída de tal maneira, que a combinação de recursos e imaginações da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá se aplicassem à América Latina, como o membro pobre da família, destinado a ser um elemento forte da comunidade, quando estabelecida a justiça.

6) A Aliança para o Progresso é um grande comêço, mas a opinião pública de ambas as Américas não deve esperar muita coisa, imediatamente. Os governos devem ser perseverantes.

7) Dever-se-ia estabelecer, como princípio universal, que, quando um número de povos comercia, provando sua recíproca dependência, todos têm direito a igual compensação pelo seu trabalho e pelos seus recursos nacionais.

* * *

THE TRADE BETWEEN POOR AND RICH COUNTRIES

To Mr. José Figueres, ex-President of Costa Rica, the big problem in poor and rich countries relations lies in their prevailing terms of trade, much detrimental to the former and whose bad effects can not be effaced by no matter how well organized plans of cooperation; actually, he looks upon this unfair situation as the major cause of underdevelopment itself. At the bottom of this iniquity, the author finds out the productivity factor: an hour's work in industrial countries is several times worth an hour's work in less developed countries. In addi-

tion, the habits of consumption of privileged minorities in less developed countries demand more and more industrial articles that have to be imported from abroad and paid with exports of primary products. As there is no correspondence in productivity between rich and poor countries, work done in the latter is only enough to provide a very small segment of their populations with imported articles. The majority can not acquire these expensive items and this arouses social tensions. Now, what to do in trying to solve the problem? Some suggest social justice; but the author affirms that shortage of things is even more serious than ill — distribution itself. Others expect too much from foreign aid; foreign aid, however, can not make up for that mentioned iniquity in terms of trade. To a third group, industrialization would be the right medicine; in this respect, we, Latin-Americans, should bear in mind that industrialization means sacrifices: money has to be saved and consumption reduced. Though recognising that these proposed panaceas might sweeten the pill, not cure the patient, ex-president José Figueres goes on to show how economic development is closely attached to consumption, principally in the first stage of development; the slower the growth of the consumption habits of the middle class, the faster the increase of capital equipment exports. Further on, he reminds us that the Soviet Union has forced its development by establishing a minimum of imports, during half a century and by reducing consumption in favor of productivity and heavy industry. Now, in Latin America, he observes, we want to drink the milk and eat the cow at the same time; we expect a fast economic development but democracy as well, independent of how efficient or not the government may be; we defend freedom of consumption, as a right, despite our very low national incomes; and our drive for industrialization, which needs capital formation, is surprisingly followed by Latin-American habit of spending as much money as possible. And, another important obstacle: the day-to-day technological advances of developed countries contribute to make the situation of less developed countries still more difficult. Latin-American elites get adjusted to modernization brought into use and there comes an adverse impact in the foreign exchange reserves of less developed countries. Otherwise, in short, the author stresses that constant modernization will produce these two consequences in the poor nations: a) — less people will enjoy modern devices and services; b) — the standard of living of the minorities becomes less satisfactory; c) — external debt increases and results in more dependence on foreign help. In Mr. José Figueres' opinion, adequate methods and mechanisms of international solidarity have not been created as yet for despite all international conferences and agreements, regarding primary products, non-deliberate exploitation of poor countries by rich ones continues... After having stated that Western "imperialism" is dying and that free trade, with their implications and tensions, must come to an end too, in a way or another, the

author starts a brief discusion on the approaches that might be used to correct the unfavorable terms of trade between poor and rich countries. In the last chapter, summing up his considerations, he explains that: 1) — The more important cause (though not the only one) of Latin American underdevelopement is the prevailing iniquity in the terms of rich and poor countries trade; 2) — Theoretically, this trade should be reduced as much as possible to a simple interchange of capital equipment for primary products, under a development plan and within the framework of a Latin American Common Market; 3) — For a question of solidarity with Latin America and in favor of their own interests, Atlantic Nations should encourage a new analysis of economic relations in general, here included merchandises and investments; 4) — On the other hand, as a transitory procedure to offset the losses that poor countries have suffered, developed countries should render them a bigger help; 5 — An important step in this direction, could be the Atlantic Community set up with such a structure that the combination of resources and imagination of Europe, Canada and the United States could benefit the poorest member of the family; 6) — "The Alliance for Progress" is a remarkable beginning but American Governments should not expect much from it, in the short run; 7) — And, finally, it should be established, as a principle of universal applicability, that when reciprocally dependent peoples maintain commercial relations, all of they are entitled to have an equal compensation for their work and national resources.

LE COMMERCE ENTRE DES PAYS RICHES ET DES PAYS PAUVRES

Pour M. José Figueres, ex-président de Costa Rica, le grand problème des relations entre des pays pauvres et des pays riches se trouve dans leurs présents termes de commerce, très nuisibles pour les premiers et dont les mauvais résultats ne peuvent pas être annulés malgré des plans, bien organisés, de coopération; en réalité, il considère cette situation injuste comme la plus grande cause du sous-dévéloppement. Dans le fond de cette iniquité, l'auteur découvre le facteur productivité: l'heure de travail dans les pays industrialisés est plusieurs fois plus coûteuse que l'heure de travail dans les pays moins développés. En outre, les habitudes de consommation des minorités prévilégiées dans les pays moins développés exigent plus et plus d'articles industriaux qui doivent être importés de l'extérieur et payés avec des exportations de produits primaires. Comm'il n'y a pas de correspondence dans la productivité entre des pays riches et des pays pauvres, le travail fait dans les derniers est seulement le suffisant pour approvisionner une très petite partie de la population des articles importés. La minorité ne peut acquérir ces articles coûteux et cela soulève des tensions socia-

les. Alors, que faire pour essayer résoudre le problème? Quelques uns suggèrent la justice sociale, mais l'auteur affirme que la déficience de produits est plus grave que la mauvaise distribution des mêmes produits; d'autres espèrent beaucoup de l'aide externe; cependant le secour externe ne pourra pas compenser cette dite iniquité en des termes de commerce. Pour un troisième groupe, l'industrialisation serait un remède juste; à ce sujet nous, les Latins-Américains, devons avoir présent à l'esprit que industrialisation signifie des sacrifices: l'argent doit être épargné et la consommation réduite. Bien qu'en reconnaissant que ces panacées proposées dorent la pilule mais ne guerissent pas le malade, le ex-président José Figueres poursuit pour montrer comme le développement économique est rigoureusement lié à la consommation, notamment dans le premier dégré du développement; plus la croissance des habitudes de consommation de la classe moyenne est lente, plus rapide est l'augmentation de machineries d'exportation. Ensuite, il nours rappelle que l'Union Soviétique a provoqué son développement en établissant un minimum d'importations pendant un demi-siècle et reduisant la consommation à faveur de la productivité et de l'industrie lourde. Maintenant dans l'Amérique Latine, il observe, nous voulons boire le lait et manger la vache en même temps; nous souhaitons un rapide développement économique et également la démocratie, indépendante de l'efficience ou non du gouvernement; nous deffendons la liberté de consommation comme un droit, en dépit de notre rente nationale trop basse; et à notre marche pour l'industrialisation, qui a besoin de la formation de capital, il se suit, surprenament, l'habitude latin-américaine de dépenser le plus possible de l'argent. Et, encore, un autre obstacle important: l'avance tecnologique de chaque jour des pays développés contribue pour rendre encore plus difficile la situation des pays moins développés. Les élites latin-américaines se sont habituées à modernisation en usage et de là vient un impacte contraire dans le réserves d'échange étranger des pays moins développés. D'une autre façon, en résumé, l'auteur accentue que la constante modernisation produira ces deux conséquences dans les nations pauvres: a) — moins de monde jouira des modernes inventions et services; b) — la façon de vie des minorités devient moins satisfaisante; c) — la dette externe augmente, résultant de là plus de dépendance au secours étranger. Dans l'opinion de M. José Figueres, les méthodes et mécanismes convenables de solidariété internationale n'ont pas été créés car en dépit de toutes les conférences internationales et d'accords relatifs à des produits primaires, l'exploitation non délibéré de pays pauvres par des pays riches continue... Après déclarer que "l'impérialisme" occidental est en train de mourir et que le libre commerce, avec ses implications et tensions, semble, d'une façon ou d'autre, marcher aussi pour un but, l'auteur commence une brève discussion sur les modifications qu'il faut être faites, afin de se corriger les conditions défavorables de commerce

entre des pays pauvres et des pays riches. Dans le dernier chapitre, en résumant ses considérations, il explique que: 1) — La cause la plus importante (bien que pas la seule) du sous-développement latin-américain est l'iniquité prédominante en des conditions de commerce entre des pays riches et des pays pauvres; 2) — Théoriquement ce commerce pourrait être le plus possible réduit, c'est-à-dire à une simple échange de machineries essencielles pour des produits primaires, sous un plan de développement et dedans l'estructure du Marché Commun Latin-Américain; 3) — Pour une question de solidariété avec l'Amérique Latine et en faveur de ses propres intérêts, les Nations Atlantiques devraient stimuler une nouvelle analyse des rélations économiques en général, en s'y ajoutant des marchandises et des investissements; 4) — D'une autre manière, comme un proccès transitoire pour compenser les pertes que les pays pauvres ont endurée, les pays développés devraient leur rendre toute assistence possible; 5) — Un pas important dans cette direction pourrait être la Communauté Atlantique, établie dans une telle estructure que la combinaison de recours et d'imagination de l'Europe, Canada et États-Unis bénéficierait les membres le plus pauvres de la famille; 6) — L'Alliance pour le Progrès" est un commencement notable mais les gouvernements américains n'en attendent pas beaucoup, à court délai; 7) — Et, finalement, il pourait être établi comme un principe de application universelle que, quand des peuples réciproquement dépendants maintiennent des rélations commerciales, tous eux sont habilités à avoir une égale compensation par leur travail et recours nationaux.

NACIONALISMO E DESENVOLVIMENTO

Daniel Cosio Villegas

Para se dizer a verdade, nós, os latino-americanos (indivíduos e instituições), ou não estudamos a fundo os nossos problemas, ou os estudamos, tardia e superficialmente. Então, *quando somos forçados a dar a nossa opinião, como* agora eu o faço, esforçamo-nos para reparar o nosso desleixo, recorrendo aos estudos dos sábios europeus e norte-americanos sôbre os tais fenômenos, ou outros semelhantes. Atrás desta primeira tragédia, vem a segunda: logo descobrimos que êsses estudos ajudam-nos pouco, ou talvez nada; e até caímos na armadilha de crê-los, total ou parcialmente, adequados às nossas circunstâncias.

Não estou sugerindo, é claro, que, na América Latina, as leis da gravitação ou da seleção das espécies ajam de forma diferente do que na Europa ou nos Estados Unidos. Porém, ao falar de acontecimentos humanos de forte e inconfundível raiz histórica, as variações que oferecem as condições latino-americanas podem anular as conclusões baseadas nas condições européias ou norte-americanas. Ao mesmo tempo, não descarto, absolutamente, a possibilidade de que justamente uma das formas mais óbvias e ingênuas do nacionalismo latino-americano nos obriga a atribuir, mais do que devemos, a tudo o que acontece em nossos países, um certo grau de *singularidade, se por momento nos domina a modéstia, ou* então uma unicidade absoluta, se sentimos alguma exigência impetuosa.

Todos sabemos que a idéia e o fenômeno do nacionalismo tem despertado o interêsse de um grande número de historia-

dores, sociólogos, teoristas da política, e até filósofos, europeus e norte-americanos, e dois dentre êles, pelo menos — Hans Kohn e Carleton Hayes — estudaram-no durante suas longas vidas. No caso de Kohn, frisamos que êle considera tão importante e difundido êste fenômeno, que êle mesmo chama a história, desde o fim do século XVIII até aos nossos dias, de "idade do nacionalismo".

Pois bem, chegamos à conclusão de que as obras, dêste e outros autores têm uma utilidade muito relativa; a sua análise do fenômeno do nacionalismo europeu e as origens históricas do mesmo estão de acôrdo com situações peculiares à América Latina, dum modo muito incerto e parcial. Outrossim, os supramencionados autores apenas despertam em nós o desejo de aceitá-los como guias, com o intuito de descobrir, talvez, outros que realmente corresponderiam a tais situações, e por último, temos casos nos quais se pressente que o esfôrço seria inútil, já que as observações que inspiraram êsses autores não têm semelhança alguma com as condições atuais, e tanto as idéias como os fatos que tais obras exprimem são diferentes em nossos países.

Enfim, como mera ilustração, citarei dois exemplos. De acôrdo com Kohn, nos países aonde o domínio popular ("o terceiro poder") se desenvolveu com rapidez, o nacionalismo traduzir-se-ia logo em mudanças importantes nas organizações e instituições econômicas e políticas. Dum modo contrário, nos países aonde o fenômeno nacionalista se desenvolveu com lentidão ou teve resultados parciais, as mudanças observadas foram de ordem cultural. As obras dum grupo de jovens e sábios jesuítas, publicadas e difundidas em fins do século XVIII têm sido assinaladas por alguns historiadores como a primeira manifestação do nacionalismo mexicano.

Entretanto, a seguinte afirmação de Kohn estimula nossas dúvidas: O nacionalismo é inconcebível sem a idéia da soberania popular, e, portanto, não pode anteceder ao Estado moderno. Um estudo dos movimentos de emancipação de todos ou da maioria dos países latino-americanos bem pode

evidenciar que a noção da soberania popular, ou não existe, ou é tão confusa que apenas pode ser condição determinante de movimentos indubitàvelmente nacionalistas. No que tange ao Estado moderno, a observação de Kohn seria discutível só tratando-se de idéia ou conceito do referido Estado. Se falamos na realidade do Estado moderno, a observação de Kohn teria que ser descartada, pôsto que não foi possível descobrir até agora a existência de um verdadeiro Estado moderno em nenhum dos países latino-americanos.

Todavia, não deve causar tristeza a dificuldade ou impossibilidade de adotar para a nossa América Latina as observações e conclusões feitas originalmente para a Europa e os Estados Unidos. O próprio Kohn admite que existem diversos tipos de nacionalismo, e que cada um dêsses tipos nasce e se desenvolve de maneira diferente nas diversas partes do globo. O inglês Kedouric, que estudou profundamente o nacionalismo, afirma, terminantemente, que a idéia do nacionalismo é peculiar da Europa moderna; que essa idéia não existe na Europa ou fora dela, antes do século XVIII; contradiz, assim, a Kohn e Hayes, que o estudam na Grécia clássica e até nas organizações das tribos primitivas. Vamos tentar dar, então, uma idéia da origem e características dominantes do nacionalismo latino-americano.

É minha impressão que os românticos e os marxistas têm pintado, repetidamente, com riqueza de detalhes e certo preciosismo, o retrato de um paraíso autóctono, anterior ao descobrimento e à conquista destas terras por espanhóis e portuguêses, no fim do século XV e comêço do XVI. Aparecem nêle, em primeiro plano, retratadas com côres deslumbrantes, duas ou três civilizações indígenas, como as Maia, Asteca e Inca, que chegaram a ser realmente grandes e possuíram a estabilidade e complexibilidade duma sociedade adulta. No fundo do quadro, aqui e ali, vemos, retratados em tons bucólicos, um ou outro grupo indígena, pobre e primitivo, que goza, contudo, da bênção inestimável de poder viver livremente, de sentir-se dono das terras em que pisa, e capaz de

manter e desenvolver sua existência com seus próprios meios e recursos.

Tem êste grande e idílico quadro, como qualquer outra obra de arte (seja do pincel marxista, e, ainda mais, da paleta romântica), não só elementos e partes fictícias e ilusórias; mas também aspectos reais ou quase reais. Não podemos duvidar da grandeza, complexidade e desenvolvimento das civilizações Maia e Inca, como exemplo das duas mais conhecidas. E podemos aceitar a idéia de que, ontem como hoje, até as mais pobres e primitivas sociedades preferiam o isolamento e o atraso a uma existência sob jugo estranho.

Temos, contudo, que apresentar aqui uns elementos corretivos. Vários antropólogos, arqueólogos e historiadores têm observado que mesmo as grandes civilizações indígenas estavam em situação desconcertante no fim do século XV; não estavam mais em pleno florescimento, nem tampouco no limiar duma nova época de expansão. Ao contrário, temos a impressão que tinham chegado ao limite do seu desenvolvimento ou, pelo menos, atravessavam uma crise quase letárgica no seu crescimento. A causa geral — porém um pouco vaga — é que, seus recursos físicos e humanos já teriam produzido seus melhores frutos, e a possibilidade de renovação que trazem as lutas e misturas de civilizações novas e estrangeiras estaria esgotada. Por outro lado, não nos parece lógico acreditar que outras organizações mais primitivas (na realidade, tribos simplesmente nômadas) se salvariam desta situação, quando sociedades indígenas mais adiantadas não o puderam fazer.

A maior falha do paraíso autóctono, mais do que em inventar essa pintura idílica das civilizações indígenas, nas vésperas do descobrimento e da conquista, resulta, em parte, de supor-se que o isolamento do continente ocidental se poderia prolongar, indefinidamente, uma vez começada o que hoje chamamos com razão "a época dos grandes descobrimentos"; e, por outra parte, de esquecer-se que aquelas civilizações tinham existido até ao século XV, sem o fermento

contínuo e vigoroso que representaram na Europa os constantes cruzamentos de raças, línguas, religiões, enfim, de culturas e civilizações inteiras. Afinal, se os marxistas e românticos pintaram o paraíso autóctono em côres arrebatadoras é porque os primeiros, sem admiti-lo, e os segundos, proclamando-o, lamentam a destruição e sujeição dessas civilizações pelos conquistadores espanhóis e portuguêses. Teríamos, agora, que definir ambas as culturas antes de explicarmos a dominação da Europa sôbre a América, além de considerar e também de não admitir, errôneamente, é claro, a inevitabilidade dum confronto das culturas indígenas com a ocidental européia.

Deixando de lado gostos e opiniões pessoais, a realidade histórica é que as sociedades indígenas, adiantadas ou primitivas, estáveis ou nômadas, foram subjugadas; e, em grande parte, destruídas. Neste fato, um dos mais afastados da nossa História, encontra-se a origem remota da maior parte do nacionalismo que hoje gozam, ou de que sofrem os nossos países, e com maior razão, naqueles onde o passado indígena foi importante. A êsse fato histórico, acrescenta-se mais tarde, para sublimar o nacionalismo, a idealização do índio e suas obras.

Que pode significar para essas sociedades indígenas o simples fato do descobrimento? Inevitàvelmente, pareceu-lhes, em primeiro lugar, uma cêrca para espiar o que acontece no santuário duma moradia particular; em segundo lugar, um negro augúrio de graves acontecimentos futuros.

A conquista continuou, e, como tôda conquista, foi também invasão, guerra, pilhagem, destruição e dominação. No caso que estudamos, diversas circunstâncias agravaram os seus efeitos destruidores e desmoralizantes. Os historiadores concordam em que as suas razões mais fortes foram a sêde do lucro e a catequese religiosa. A sêde de lucro tinha que conduzir, forçosamente, à pilhagem sem freio, no caso do conquistador individual, e organizada e metódica, porém não menos exaustiva e intensiva, no caso do Estado. Quando a

pilhagem perdeu um pouco de seu caráter vandálico, a sêde de lucro continuou, em detrimento das colônias espanholas e portuguêsas. Isto porque as duas nações conquistadoras, aliás, como tôdas as outras da Europa, acreditavam que o ouro era a própria riqueza, a chave para obtê-la. Assim, a economia imposta pela Espanha e por Portugal dirigiu-se, primária e essencialmente, para a extração dos metais preciosos, e às necessidades desta economia sujeitaram-se a mão-de-obra, os transportes, a agricultura, o comércio, as finanças, etc. Com o ouro que tiraram da América, Espanha e Portugal aumentaram seu poderio político e marítimo, e logo depois, suas indústrias, com a resultante que as colônias, além de proporcionar o ouro e a prata, tinham que consumir as manufaturas metropolitanas, sem poderem tentar seu próprio desenvolvimento industrial. É simbólico o fato de que, em 1810, o ano em que se inicia no México a rebelião militar e política para conseguir a independência nacional, o Govêrno espanhol ordena a destruição dum plantio de amoreiras do padre Miguel Hidalgo, iniciador, caudilho e mártir dessa rebelião. Essas circunstâncias deram ao desenvolvimento econômico das colônias uma tendência forçada e às vêzes violenta. Não foi êsse desenvolvimento um processo natural, ou seja, ditado pelas próprias necessidades das colônias, mas pelas do país dominador.

O motivo religioso não teve melhores conseqüências: as próprias religiões dos índios foram declaradas lògicamente falsas, pagãs e idólatras; e assim, a casta sacerdotal foi suprimida, os templos destruídos e arrazados, as crenças e práticas religiosas consideradas pecado capital. Podemos imaginar o grau de sujeição que isto significa quando lembramos que as civilizações indígenas eram, antes de tudo, sociedades teocrático-militares: vencidos os seus exércitos e destruídas as suas religiões, os dois grandes alicerces que as sustinham, as civilizações tombaram por terra, em pedaços.

Ao descobrimento e à conquista segue-se o que os historiadores chamam de colonização, isto é, um domínio sem as

formas mais violentas da opressão. Essa etapa foi alcançada muito ràpidamente, pois ao defrontarem-se com a ocidental européia, até as mais adiantadas civilizações indígenas pareciam débeis e atrasadas; o índio americano não conhecia as armas brancas ou de fogo; tampouco o cavalo ou a roda. Além disto, a Europa trouxe para a América armas ideológicas que resultariam mais destruidoras que o arcabuz e a espada; uma delas, dum poder corrosivo incalculável, foi o individualismo, que pulverizou as sociedades indígenas, eminentemente coletivistas, onde o grupo era o todo, e o indivíduo uma mera partícula dêle.

Em todo caso, a colonização nada significou no sentido de voltar a dar alguma autonomia às comunidades indígenas e aos novos grupos mestiços que se iam formando. Basta lembrar que, no terreno político, por exemplo, nos dois séculos e meio de colonização, a autoridade total descansava na Coroa espanhola: a autoridade exercida pelos seus representantes na América era derivada e secundária. Assim mesmo, não foi jamais exercida pelo índio ou pelo mestiço, e tampouco pelo crioulo, ou seja, o filho de pais espanhóis já nascido na América.

Não estamos tentando aqui avaliar a dominação espanhola e portuguêsa na América; de pôr seus benefícios num dos pratos da balança e seus prejuízos noutro, para averiguar quais pesam mais. Pretendemos só realçar um fato: os três séculos do domínio deixaram no homem e na terra americanos uma marca indelével desta intromissão, estranha à América, e como resultado, deixaram também a semente dum nacionalismo exaltado, que se alimenta de experiências históricas duradouras.

Êste nacionalismo manifesta-se não sòmente na rebelião militar, política e moral que, em 1825, deu a independência nacional aos atuais países latino-americanos, mas em eventos mais importantes e significativos. Que eu saiba, nenhum dos grandes homens da época recordou a fundo a longa experiência do Govêrno espanhol na América para ver se talvez

encontrasse elementos aproveitáveis para a vida nacional dos novos países, como, por exemplo, uma autoridade executiva central e forte que permitisse ao Estado comandar o desenvolvimento econômico e social em benefício dos interêsses e aspirações nacionais. As personalidades e grupos que favoreceram o "centralismo" tinham sempre um aspecto "reacionário" e não progressista, isto é, queriam retardar o avanço para a independência real conservando as formas do Govêrno espanhol, mas de maneira alguma se propunham usar os elementos aproveitáveis dêste mesmo Govêrno para firmar e acelerar a independência.

Longe de revisar essa experiência de três séculos, à luz do seu possível aproveitamento, repudiaram-se, apaixonada e cegamente, tudo quanto cheirava ou lembrava a Espanha, e adotaram a filosofia e as instituições políticas da França, dos Estados Unidos e até da Inglaterra — precisamente as nações mais alheias à atual situação daquela época.

Esta irreflexão ou imaturidade, se queremos chamá-la assim, iniciou um processo fundo e constante que começa com a independência e subsiste e se agiganta ainda no dia de hoje, e que talvez seja o mirante mais alto para contemplar e entender a história "verdadeira" dos nossos países. Por um lado, o latino-americano procura no exterior a solução dos seus problemas: estuda-a, admira-a e adota-a confiantemente, a ponto de voltar todos os seus sentidos para o exterior, dando as costas ao seu próprio país. Estuda, conhece, compara o pensamento e as instituições políticas dos países mais adiantados e recreia-se na aprendizagem e domínio das línguas estrangeiras; solidariza-se — como se êle mesmo os tivesse inventado — com os grandes movimentos literários, artísticos e filosóficos de qualquer parte do mundo; esbanja todo seu dinheiro, exibe seus melhores sorrisos e usa das mais polidas maneiras para receber na sua casa o forasteiro. Enfim, admira e imita tudo quanto lhe parece grande, belo e útil, do forasteiro. Êste processo, que já dura há mais de um século e meio, tem produzido no latino-americano, segundo

o observa Alfonso Reyes, a mais fina e delicada sensibilidade que existe na terra, para conhecer e gozar do alheio, e também para recriá-lo e fazê-lo seu.

Por outro lado, à experiência secular da opressão espanhola e portuguêsa, que cria o sentimento e ardor nacionalistas, somam-se agora as conseqüências dêsse processo de admiração e imitação do estrangeiro. Raras vêzes ou nunca se obtêm os melhores resultados do transplante integral e total duma idéia, uma instituição e mesmo duma simples moda estrangeira. Na melhor das hipóteses, o traje importado resulta largo ou estreito, comprido ou curto, e, no fim, o que deduzimos duma experiência repetida desta ordem é que a fazenda pode vir de fora, mas é melhor mesmo dá-la para cortar a um alfaiate local. Dali passamos a importar a lã para tecer a fazenda nós mesmos, depois a criar as ovelhas, e por fim, a proclamar aos berros, *urbi et orbi*, que mesmo Deus se agasalha com as fazendas que os índios tlaxcaltecas tecem há 400 anos.

Mas o que tem contribuído imensamente para exaltar o nacionalismo hispano-americano são outros dois fatôres: um dêles atuou logo no primeiro momento, e o outro, a partir da Primeira Guerra Mundial.

O primeiro dêstes fatôres é o que, familiarmente, chamaríamos de "dura realidade da vida quotidiana". Daremos um só exemplo: todos os países latino-americanos nasceram para a independência sem os recursos econômicos necessários para sustentá-la, e muito menos fecundá-la. O pouco dinheiro que existia então era do conquistador e da Igreja Católica, e como o movimento da independência se encaminhou contra ambos, o dinheiro fugiu ou escondeu-se.

Os Governos recorreram a Londres, naquele tempo, o único mercado de capitais. Lembrar hoje, depois dum século ou século e quarto passado, as condições nas quais conseguiram, ali, seus primeiros empréstimos, cria uma reação de absoluta incredulidade. Em 1824, por exemplo, o Govêrno do México lançou, em Londres, ações de 5% no valor total de

3.200.000 libras esterlinas; a casa Goldschmidt & Co. comprou essas ações por 50% do valor nominal; além disso, deduziu imediatamente 10.547 libras correspondentes às despesas da operação e 305.496 para amortização e juros antecipados. O resultado líquido da operação foi que, em vez de receber real e positivamente, em libras 1.283.957, o Govêrno do México adquiriu a obrigação de pagar 3.584.000, ou seja, quase três vêzes mais.

Não foi êste o único nem o pior dos casos; não foi o único porque, pôr em marcha a economia dum país de 4 milhões de quilômetros quadrados, e de dez ou doze milhões de habitantes, com o pobre motor dum miserável e escasso milhão de libras, era materialmente impossível e não foi o pior dos casos porque, não pagando o primeiro empréstimo, as condições para conseguir o segundo foram muito mais desvantajosas. Mas não termina, aí, a história; os convênios que ampararam os primeiros empréstimos tinham sido feitos entre um Govêrno latino-americano, e êste ou aquêle inglês particular; prontamente o Govêrno inglês exigiu (também os Governos francês, espanhol e norte-americano) que êsses convênios fôssem feitos entre Governos, e que os empréstimos fôssem garantidos por um tratado internacional. E como a maior e mais certa renda que a América Latina teve, durante quase todo o século XIX, eram os impostos de importação, cedo se viram funcionários estrangeiros colocados nas principais alfândegas do país em questão, cobrando êles mesmos os impostos, deduzindo o que se devia ao credor estrangeiro e pagando-o; por fim, entregando o saldo, se por acaso restava alguma coisa, ao infeliz Govêrno latino-americano. E sobrava bem pouco; ainda, em 1861, o pagamento da dívida inglêsa tirava do México 79% da arrecadação alfandegária; e a isto se tinham que somar os pagamentos à França e à Espanha. O México ficava com exatamente uns miseráveis 10%.

Mas o processo não se deteve aí; à assinatura de convênios internacionais que fizeram dos Governos estrangeiros os

advogados e representantes diretos do credor particular estrangeiro; ao funcionário estrangeiro que se instalara em solo alheio para executar êsses convênios, seguiram-se, em muitas ocasiões, as Marinhas e os Exércitos de ocupação. Assim, o México pôde ver como, em Londres, se assinava, em 31 de outubro de 1861, um acôrdo em virtude do qual as três potências signatárias, Inglaterra, França e Espanha, enviariam ao México os navios e exércitos necessários para defender seus créditos; e viu também os exércitos franceses imporem-lhe um monarca estrangeiro e fazer contra o país uma guerra total que durou seis longos e intermináveis anos. E quando o México venceu a guerra e resolveu fuzilar o imperador importado pelos franceses, expressando, assim, a sua decisão de terminar para sempre a intromissão e o jugo estrangeiros, a França, Espanha, Inglaterra e Áustria, Bélgica e os Estados Unidos julgam-no como um país de selvagens.

Nem tôdas estas lições da "dura vida quotidiana" tiveram sua origem nas dívidas que contraíram no estrangeiro, os países latino-americanos; porém, por uma ou outra razão, o saldo trágico das relações que tinham com o exterior durante os primeiros cem anos de vida "independente", pode ser comparado ao caso do México; o México perde, em 1848, para os Estados Unidos mais da metade de seu território; de 1850 até 1885, fôrças locais e federais norte-americanas atravessam a fronteira para se internarem em território mexicano; em 1914, fôrças navais e terrestres dos Estados Unidos ocupam o pôrto de Vera Cruz, e estabelecem, ali, um Govêrno militar; em 1916, incursionam, bem fundo, dentro do território mexicano 15 000 soldados norte-americanos, sob o comando do General Pershing. O México teve com a França duas guerras, em 1838 e 1862/67; Inglaterra e Espanha, pela sua parte, bloquearam diversas vêzes, os portos mexicanos, e ainda desembarcaram algumas tropas. Creio que isto já é bastante.

É claro que sempre houve "motivos" para pretender justificar êsses fatos, mas não se pode duvidar que os países ofendidos jamais admitiram que houvesse razões jurídicas e

morais. A conclusão é que, nas páginas mais negras da nossa História, aparece, sempre, a mão mais negra ainda do negociante estrangeiro, do Govêrno estrangeiro, do diplomata estrangeiro, do soldado estrangeiro.

Outro fator que tem reavivado o nacionalismo latino-americano, durante os últimos 30 anos, digamos, é que os países que foram seus modelos tradicionais, em grande parte, não o são mais; seu progresso continua, e, se assim o querem, tem aumentado a sua vantagem relativa; mas, mesmo assim, nenhum dêles se pode gabar de ter resolvido um único sequer dos problemas humanos fundamentais: o do bem-estar geral, o da paz, o da igualdade, o da felicidade. Perante êsse espetáculo, ao qual deve somar-se o desencanto e a dúvida que os mesmos países modêlo têm agora de muitas das suas idéias e instituições, o latino-americano acaba por acreditar que, afinal, não está tão atrasado como êle mesmo pensava antes, e que não é tão lerdo como outros tinham dito. Aparte dêste processo muito humano de acreditar que nós crescemos porque nosso vizinho se encolhe, existe um nacionalismo na América Latina que cabe, aqui, considerar; é antigo, (dêle achamos alguns exemplos no século XVIII), espontâneo, irracional, geralmente de mau gôsto, e, coisa curiosa, manifesta-se, não só na América Latina como unidade em face ao mundo exterior, mas dum país latino-americano como unidade diante dum outro país latino-americano. Em qualquer dêles é generalizada a idéia de que nêle crescem não só tôdas as frutas da Europa, mas também muitas outras que só na América se vêem. E crê-se também que, se uma árvore é singularmente bela, é porque cresceu em um solo colombiano ou chileno, e não porque resultou duma espécie excepcional que também seria igualmente formosa, plantada nos Estados Unidos, por exemplo. Ainda mais, o colombiano acredita que no seu país se fala e se escreve o melhor espanhol, glória que disputam, persistentemente, pelo menos, o peruano e o mexicano.

O nacionalismo dos povos da América Hispânica é, pois muito mais antigo, mais profundo, menos verbal, e mais conseqüência de verdadeiras e amargas experiências históricas e sacrifícios materiais e humanos que o nacionalismo de muitos outros povos "subdesenvolvidos". Os índios americanos foram "descobertos", como se sabe, por um êrro, pois o objetivo de Cristóvão Colombo, era bater na costa da Ásia. Mesmo assim, não foram deixados em paz; a sua sujeição data dos começos do século XVI, perdura durante três séculos contínuos, exercida pela Espanha e Portugal, os dois primeiros impérios coloniais da história, e como resultado, muito menos experimentados, menos alertas e menos preparados do que a Holanda, a França e a Inglaterra, anos depois. Êsse domínio existiu numa época em que o Direito Internacional não reclama para si a natureza duma norma jurídica; quando não existem tribunais internacionais de justiça, opinião pública, nem organizações internacionais; pelo contrário, é exercido numa época em que é possível apresentar ao mundo a conquista e a dominação de todo um continente sob o manto piedoso duma "conquista espiritual"; trazer para o catolicismo ("a única religião verdadeira") os povos pagãos e idólatras. E para nada faltar, os primeiros cinqüenta ou sessenta anos da vida independente dos povos latino-americanos coincidem com a pior época, a mais agressiva e descarada, do imperialismo estrangeiro, cujas vítimas prediletas foram êsses mesmos povos.

Isto tudo dá ao nacionalismo latino-americano um caráter singular; seu próprio nascimento e sua fonte constante de alimento, raras vêzes tem sido a fé nos próprios valores, a idéia que os latino-americanos possuem dotes intelectuais e morais pouco comuns, a crença que têm pela frente uma missão e um destino superior, e que contam com os recursos necessários para alcançá-los. A regra geral tem sido que êsse nacionalismo nasça, cresça e se sublime como uma reação de protestos, de receio, e até de ódio ou desprêzo pelos agravos (na maior parte reais, mas muitos imaginários) que têm

recebido de indivíduos, emprêsas e Governos estrangeiros. Pouco de estranho tem, pois, que a atitude nacionalista dos latino-americanos seja predominantemente negativa e irracional diante da ajuda exterior que é oferecida e que êles mesmos procuram para o seu desenvolvimento econômico e social.

Na realidade, os países latino-americanos, neste assunto da ajuda exterior — como em mil coisas mais — têm uma ampla experiência. À etapa crua e desconsiderada do imperialismo, de que já falamos, seguiu-se o que se chamou de "penetração pacífica", visível nos anos 1875 e 1880. Todos, sem exceção, devem ao capital e técnica estrangeiros as suas primeiras e mesmo tôdas as suas estradas de ferro, os telégrafos, telefones e comunicações marítimas; os primeiros serviços bancários, as explorações modernas de jazidas minerais e petrolíferas, e ainda muitas da suas melhores emprêsas agrícolas e de gado. Não acredito que seja exagerado afirmar que a êsse capital e técnica estrangeiros se deve tudo quanto há de moderno e novo, tudo quanto pertence ao século XX (ou pelo menos ao século XIX) e que possuíram até mais ou menos 1920.

Lògicamente, podemos supor que sendo tão grande e palpável a sua dívida, os países latino-americanos deveriam ficar agradecidos ao capitalismo estrangeiro, e desejar e procurar — hoje mais do que nunca, já que a idéia dum desenvolvimento acelerado está na moda — mais capital e técnica estrangeiros. Não é assim, e para esclarecer melhor o problema, podemos dizer que, racionalmente, os desejam e procuram, mas emocional e irracionalmente, temem-nos e resistem-lhes.

Por quê? Em primeiro lugar, porque a experiência anterior, a da "penetração pacífica", não foi satisfatória. E também, por duas razões principais: a primeira é o descobrimento e a comprovação de que a sêde de lucro (compreensível e legítima) do inversionista e as necessidades, e mes-

mos os gostos dos países que recebem a inversão, poucas vêzes coincidem; a segunda é o descobrimento e a comprovação de que, à penetração econômica, se segue, usualmente, a penetração política.

Para comprovar a segunda observação, basta ver que os países latino-americanos (como todos os subdesenvolvidos) preferem sempre que possível o empréstimo duma organização internacional ao dum Govêrno, e no último extremo, o empréstimo duma emprêsa particular ao dum Govêrno estrangeiro. Para provar a primeira afirmação, basta considerar o caso das estradas de ferro: em geral, foram construídas, não para favorecer o desenvolvimento ou progresso interno e harmônico do país, mas para tirar dêle as matérias-primas necessárias à indústria estrangeira. E pode considerar-se, também, o caso duma bebida refrescante, de côr, sabor e mesmo aroma horroroso, que agora é vendida pelo continente todo, e no mundo inteiro. Tem alguma coisa a ver com o desenvolvimento dos países atrasados, o dinheiro que se gasta na sua produção, engarrafamento, publicidade e distribuição? Neste caso particular, — e em tantos outros — o inversor estrangeiro não sòmente ignora os verdadeiros desejos e necessidades fundamentais dêsses países, mas ofende aos seus habitantes ao exigir-lhes que estraguem seu paladar, até ao ponto de perder todo sentido do bom gôsto, com o fim de ajudar a criar "um clima propício" às inversões estrangeiras.

É claro que nos últimos 15 ou 20 anos a situação tem mudado muito; mas tem mudado tanto num sentido favorável, como num sentido contrário. Num sentido favorável, no do entendimento entre o país que doa ajuda técnica e financeira e o país favorecido por esta, contam diversos fatôres. Em primeiro e importantíssimo lugar, a obra das organizações internacionais: As Nações Unidas e as suas Organizações Especializadas; as Comissões Econômicas Regionais; o Programa de Assistência Técnica, o Fundo Especial, o Banco e o Fundo Monetário Internacional; a Organização dos Estados Americanos e seu Programa de Bôlsas e Cátedras, o Banco

Interamericano de Desenvolvimento, etc. Tem ajudado muito também a liquidação quase completa do imperialismo político e um maior entendimento das susceptibilidades e receio dos países pobres de parte das grandes potências e dos antigos países imperialistas.

Contudo, a situação tem piorado, pois jamais tem sido o nacionalismo latino-americano tão exaltado e cego, e as causas que noutros tempos o atiçaram jamais foram tão graves como a tristemente famosa "guerra fria". No ano de 1868, depois de terminada a intervenção francesa, um modesto vice-cônsul francês fêz a seguinte observação na frente dos seus superiores: No México acredita-se que a simples presença dum dipolmata estrangeiro é o começo duma intervenção armada. Esta declaração era pura fantasia quando foi pronunciada e se correspondesse aos fatos, teria ampla justificação; mas no dia de hoje não está muito longe da verdade em qualquer país latino-americano. Eis aqui o paralelo: ao regressar da Conferência, em Punta del Este, onde se estudou a Aliança para o Progresso, o secretário da Fazenda de um dos países "grandes" da América Latina declarou, peremptòriamente, no aeroporto: "Não vendemos a pátria em Punta del Este".

Se algumas conclusões podem ser tiradas dêste relatório, seriam estas:

A) O nacionalismo latino-americano é velho, profundo, alimentou-se em lutas, despojos e sangue, e sua existência tem, portanto, uma ampla justificativa histórica;

B) Todo, ou grande parte dêle, se manifesta negativamente, em receio, desprêzo e ódio ao estrangeiro;

C) Nos últimos 20 anos, por causas que nem sequer foram esboçadas aqui, tem-se êle exaltado a extremos inacreditáveis de emoção e irracionalidade.

E poder-se-ia somar a isto que combater e reduzir êsse nacionalismo às suas justas proporções, e, sobretudo, convertê-lo numa fôrça fértil, é difícil tarefa que precisa, entre outras coisas, paciência, muita paciência, e mais integridade

da que geralmente é encontrada nos governantes da América Latina ou quaisquer que sejam os que dirigem os principais *órgãos da opinião pública.*

* * *

NATIONALISM AND DEVELOPMENT

What is Latin American nationalism? Where does it draw its strength from? How to deal with it properly and in a constructive way? In this work, Mr. Daniel Cosio Villegas, Director of Mexico College, tries to answer these questions examining the problems involved, in the historical economic perspective of the old battle dependent countries — imperialism. He begins it with a retrospective account of Latin American struggle for a place in the world, in the dark years of colonialism, a struggle that has left many painful scars, in many instances after bloody experiences, as in the case of Mexico. Latin American nationalism, therefore, has developed more as a defensive force, translated into despise, hate and protest toward foreign powers, than as an aggressive driving attitude based on superiority and a sacred mission. This characterization of what Latin Americanism means, however, is preceded by a theoretical discussion on nationalism, as a world phenomenon, with all interest that is has provoked in some North American and European intellectual circles. By no means nationalisms carry the same emotional burden everywhere and no wonder that Latin American exaggerated national sentiment has, occasionally, been of a negative nature, since regional contacts with foreign enterprises and governments, in the past, have done nothing but embitter our Latin American souls and make difficult further contacts. This also explains why governments, in this part of the world, gennerally, prefer to obtain loans from international organizations rather than from foreign States. Suspicion has been the rule in relation to foreign help, despite all the benefits that the region has received from outside investments, principally in the public utility area; it is not to stress too much its importance, actually, to affirm that Latin America owes its modernization, until the 19th century, exclusively to foreign investments. But the distressing effects of the violent imperialism, coupled with the not less evil results of the subsequent *peaceful penetration* (1875-1880) are still there burning and will not be easily effaced. Even so, this nationalism could be, in the long run, checked, within its just limits and channeled through useful productive instruments. The author remarks that this task depends, to a large extent, on patience and integrity from Latin Amecan governments.

NATIONALISME ET DÉVELLOPMENT

Qu'est-ce qui c'est le nationalisme latin-américain? Comment l'envisager proprement et d'une manière constructive? Dans ce travail, M. Daniel Villegas, directeur du Collège du Mexique, tente répondre à ces questions, en examinant les problemes y contenus, dans la perspective historique et économique de la vieille bataille pays dépendants — imperialisme. Il l'initie avec un rapport rétrospectif de la lutte de l'Amérique Latine, par une place sur le monde, dans les ans difficiles du colonialisme, une lutte qui a laissé beaucoup de cicatrices douloureuses, dans certains cas, après des expériences sanglantes, comme dans le cas du Méxique. Ainsi, le nationalisme latin-américain s'est plutôt développé comme une force défensive, traduite en mépris, haine et proteste contre les puissances étrangères, que comme une attitude agréssive, basée en supériorité, ou une mission sacrée. Cette caractérisation de ce qui réprésente le latin-américanisme est, cependant, précédée d'une discussion téchnique sur le nationalisme, comme phénomène mondial, avec tout l'intérêt qu'il a provoqué en quelques centres intelectuels nort-américains et européens. Étroitement liés à ses *backgrounds*, les nationalismes n'entrainent pas partout la même atmosphère emotionalle et, il est peu étrange puis que le sentiment national latin-américain exagéré, aie été, occasionellement, de nature négative, lorsque les contacts régionaux avec des entréprises et des gouvernments étrangers, dans le passé, n'ont rien produit excepté des raisons pour affliger notre esprit latin-américain et rendre plus pénibles les contacts postérieurs. Cela explique aussi pourquoi les gouvernments, dans cette partie du monde, préfèrent, généralement, recourir aux emprunts des organisations internationales que à ceux des États étrangers. Le soupçon est, à présent, la règle en relation à l'aide étrangère, en dépit de tous les bénéfices que la région a reçu des investissements externes, notamment dans l'aire d'utilité publique; il ne sera pas valoriser devantage son importance, en effet, affirmer que l'Amérique Latine doit sa modernisation, jusqu'au 19 ème siècle, exclusivement, aux investissements étrangers. Mais les affreuses conséquences du violent imperialisme, à côté des non moins mauvais résultats de la subséquente *pénétration pacifiques* (1875-1880) brûlent encore et ne seront pas facilement éteints. Mais, sans doute, ce nationalisme pourrait être, à long delai, confiné dans ses justes limites et canalisé pour les objectifs productifs du développement. Cette tâche dépend pour une complète execution, surtout de la patience et l'integrité des gouvernments latin-américains.

PROBLEMAS ECONÔMICOS DO DESENVOLVIMENTO*

W. Arthur Lewis

Êste artigo oferece algumas reflexões sôbre certo número de pontos aos quais a experiência da última década sugere que se dê atenção especial. São êles discutidos sob os seguintes títulos: I, As Desigualdades de Crescimento Econômico; II, A Estrutura dos Salários; III, Urbanização; IV, Agricultura; V, A Iniciativa Empresarial; VI, Despesas Públicas; VII, Socialismo.

I

A década e meia a partir do término da guerra tem sido, de um modo geral, um bom período para os países subdesenvolvidos. Os preços dos artigos têm estado em níveis que admitem condições comerciais muito melhores do que as de antes da guerra. A renda real subiu mais depressa do que nunca. Os serviços sociais aperfeiçoaram-se. Contudo, paradoxalmente, há um maior descontentamento das massas em quase tôda a América Latina; nas Antilhas, no Oriente Médio e em partes da Ásia e da África.

Seria fácil atribuir êste descontentamento à desilusão proveniente das excessivas promessas não cumpridas pelos políticos. A agitação nacionalista tem levado alguns povos a esperar que a independência política seja, necessàriamente, seguida de um milênio de prosperidade econômica. Entre-

(*) Lido perante a Conferência sôbre Tensões Mundiais, na Universidade de Oxford, Inglaterra, 1961.

tanto, esta explicação é insuficiente, uma vez que as massas não são tão fàcilmente enganadas por palavras. Para encontrarmos as causas reais do descontentamento, devemos considerar antes as mudanças das posições relativas de vários grupos — mudanças que têm gerado algumas tensões.

O problema básico é que os frutos do desenvolvimento econômico não são distribuídos de maneira uniforme com tôda a população. Imperfeitamente, podemos descrever o processo do desenvolvimento dizendo que em cada país há um pequeno setor moderno (onde o desenvolvimento se está processando ràpidamente), circundado por um grande setor atrasado (compreendendo camponeses, artífices, pequenos negociantes, trabalhadores domésticos e trabalhadores eventuais). O setor moderno expandir-se-á por fim até abranger tôda a economia, mas, enquanto isso, poderá êle tornar-se positivamente próspero, com relativamente pouco efeito sôbre o setor atrasado. O setor atrasado realmente sofre quando o setor moderno compete com êle (como por exemplo, quando as fábricas tiram os artesãos do comércio, ou o equipamento de construção provoca a dispensa dos trabalhadores eventuais). Por outro lado, o setor atrasado lucra à medida que a expansão do setor moderno oferece mercado maior para gêneros alimentícios, matérias-primas ou serviços. Dentro do setor que se expande, os lucros salários e outros rendimentos são altos; melhoram-se os serviços sociais; e goza-se dos benefícios da urbanização (tais como água encanada, escolas, ônibus, cinemas, hospitais, casa subvencionada). Fora dêste setor, é bem possível que as perturbações excedam os benefícios.

As causas de inquietação podem, conseqüentemente, ser destacadas assim:

1) O desenvolvimento tanto cria o desemprêgo como o emprêgo. Normalmente, cria mais emprêgo do que desemprêgo; mas se o investimento se concentra mais na introdução de equipamentos mecânicos que poupam a mão-de-obra, em antigas indústrias, do que na introdução de novas indústrias, o resultado final pode ser desfavorável ao emprêgo.

Êste é um grave problema em algumas ilhas das Índias Ocidentais. Aquêles que têm emprêgo estão sendo mais bem pagos do que nunca; mas há menos empregos. Mesmo onde o resultado final é favorável ao emprêgo, algumas pessoas sofrem por mais ou menos tempo.

2) Os altos rendimentos ganhos nas indústrias mais produtivas (a do petróleo, por exemplo) criam tensões nas outras indústrias. Os funcionários públicos, os condutores de ônibus, os trabalhadores rurais, os pequenos agricultores e as pessoas que trabalham em indústrias cuja produtividade cresce vagarosamente estão sempre tentando emparelhar-se aos das indústrias mais produtivas, mediante associações de trabalhadores, associações de lavradores ou outra atividade política. Quanto mais ràpidamente se desenvolvem algumas indústrias, tanto maior é a inquietação industrial e política em outras. Paradoxalmente, a inquietação das massas é mínima nos países em que mais vagaroso é o desenvolvimento econômico. A inquietação é também maior onde o desenvolvimento ocorre em pequenas áreas circunscritas espalhadas por todo o país, do que onde êle se concentra todo em um lugar, uma vez que, daquela maneira maior número de pessoas são provocadas pela disparidade entre suas rendas e as dos poucos afortunados que têm empregos em indústrias modernizadas.

3) Mais cedo ou mais tarde, o alto salário do setor moderno faz subir o sôldo do setor atrasado, ou através da ação da associação de trabalhadores ou através da simples recusa dos trabalhadores em aceitar menos, nos setores atrasados, do que ganham seus parentes nos setores modernizados. Êste fato pode ter efeitos desastrosos sôbre o problema do emprêgo nos países superpovoados. Num país como o Egito ou a Índia, a fome é rara até à chegada dos sindicatos porque a sociedade provê inúmeros empregos desnecessários como um meio de distribuir a renda nacional. Cada repartição tem duas vêzes mais funcionários do que necessita; cada emprêsa tem inúmeros mensageiros; até as famílias da classe

inferior devem ter sua quota de empregados domésticos; e nenhuma pessoa respeitável aceita qualquer trabalho manual. Isto é possível porque os ordenados são de um xelim por dia. Todos sabem que um ordenado dêsse mal dá para a comida, e nenhum empregador espera uma soma de trabalho sério em retribuição. O sistema é desorganizado, porém muitíssimo necessário como socorro aos pobres. Quando o desenvolvimento econômico, as associações de trabalhadores e os técnicos em economia entram em atividade, transforma-se todo o quadro. Os ordenados sobem rápido a dez xelins por dia; os escriturários, mensageiros e empregados domésticos excedentes não podem mais ser mantidos por seus empregadores, e são despejados no mercado de trabalho, ou, como no caso de Jamaica, são forçados a emigrar.

4) A prosperidade nas áreas em que o desenvolvimento econômico é muito grande atrai pessoas de outras áreas, e cria um sério problema de desemprêgo naquelas. Em Jamaica, por exemplo, quanto mais empregos se criam em Kingston, mais desemprêgo se tem em Kingston. Há pouco desemprêgo evidente no setor atrasado da organização, porque, na falta de serviços sociais, tôda pessoa tem que se agarrar a algum meio de subsistência. A população excessiva, quando existe, não se manifesta através de patente desemprêgo, mas através do pequeno tamanho de lavouras familiais, ou do número excessivo de pessoas ocupadas no serviço doméstico ou no pequeno comércio. Assim sendo, paradoxalmente, são aquelas divisões da organização econômica que mais ràpidamente se estão desenvolvendo que respondem pelas estatísticas mais persistentes de desemprêgo.

5) No setor moderno, a taxa de lucro é muito alta, razão pela qual êste setor está atraindo tantos investimentos. A isenção de impostos para as novas indústrias torna os lucros líquidos ainda mais altos, para desgôsto dos empresários que não conseguem isenções. Quando, além do mais, o setor moderno é desenvolvido em grande parte por capita-

listas estrangeiros que exportam parte dos seus lucros, o nacionalismo e o sentimento de raça, via de regra, agravam o descontentamento.

Não há solução fácil para êstes problemas. As desigualdades são parte do preço do desenvolvimento econômico. Podem-se sugerir paliativos, tais como: melhores recursos para evitar ou solucionar as questões trabalhistas; um esfôrço mais decidido dos Governos para transferir (através do lançamento de impostos e da despesa) alguns dos benefícios do desenvolvimento, do setor moderno para o setor atrasado; e, de um modo geral, uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento econômico. Mas é inevitável que haja alguma desigualdade. Logo que uma comunidade começa a sair do atraso a saudade dos velhos e bons tempos da estabilidade social já não tem razão de ser. Neste mundo de paradoxos, pode-se fazer notar ainda que, possìvelmente, o meio mais seguro de diminuir as desigualdades do desenvolvimento é fomentar ainda mais rápido desenvolvimento. As desigualdades brotam dos contrastes entre o moderno e o atrasado. Se o setor moderno se expandisse mais depressa e o setor atrasado diminuísse mais ràpidamente, os frutos do desenvolvimento econômico espalhar-se-iam mais largamente, e poderia haver menos inquietações.

II

A escala de renda salarial é muito maior nos países pobres do que nos países ricos, porque a escassez de pessoal capacitado redunda em uma diferença maior entre os vencimentos do pessoal capacitado e os do pessoal não capacitado. O desnível é incrìvelmente grande. Por exemplo, um professor primário é pago cêrca de $1\frac{1}{4}$ vêzes a renda nacional *per capita* na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, cêrca de 3 vêzes na Jamaica, cêrca de 5 vêzes em Gana e cêrca de 7 vêzes na Nigéria. Ou, para dar outro exemplo, um recém-

-formado por uma universidade receberá na Grã-Bretanha um salário quase igual ao de um mineiro; mas na África Britânica, o salário de uma pessoa formada é pelo menos sete vêzes maior do que o de um mineiro.

Uma das conseqüências dêste desnível é que os serviços públicos se tornam extraordinàriamente caros nos países pobres. Oito anos de instrução primária para tôdas as crianças custariam apenas 0,8 por cento da renda nacional nos Estados Unidos, enquanto na Nigéria custariam 4 por cento (ou 3,2 por cento, se a proporção de crianças para adultos fôsse a mesma que nos Estados Unidos). Semelhantemente dispendiosa é a instituição de serviço médico, extensão agrícola ou qualquer outra forma de serviço. Assim sendo, os países que se consideram menos capazes de pagar impostos (em têrmos de percentagem da renda nacional que pode ser economizada) são também aquêles que conseguem o menor valor pelo seu dinheiro (também em têrmo de percentagem).

Na África, os salários nos escalões superiores são realmente mais altos do que na Europa, não sòmente em têrmos de percentagem mas de dinheiro absoluto. Isto porque a África recruta seus escalões superiores na Europa e, a fim de atraí-los, tem de dar remuneração mais alta (para não falar em passagens e licença). Isto, em ordem descendente, acontece em quase tôda a escala. Aplica-se não sòmente aos que têm diploma universitário, mas também, em virtude da instrução secundária se ter desenvolvido tão pouco, a mecânicos, enfermeiros, guarda-livros, secretárias e outras pessoas de grau intermediário. Conseqüentemente, quase que tôda operação custa mais na África do que na Europa. A África, por exemplo, não pode competir na manufaturação de artigo algum, se não tiver ajuda nas despesas de transporte pesado.

A Índia não tem êste problema, porque sua política educacional, diferente da política da África, concentrou-se mais na educação superior do que na elementar. A Índia tem apenas cêrca de metade de suas crianças na escola primária, enquanto, proporcionalmente, tem mais estudantes em univer-

sidades do que a Grã-Bretanha. Os diplomados por universidades percebem, na Índia, apenas uma têrça parte ou metade do que percebem os diplomados na África.

A estrutura salarial existente é um tremendo obstáculo ao desenvolvimento africano. É também uma das causas de inflação salarial, uma vez que as residências espaçosas e os carros de luxo da classe média são uma permanente provocação às massas. A situação acabará por se corrigir, à proporção que o aumento relativo do número de pessoas instruídas reduza a disparidade. Visto que é difícil reduzir salários em têrmos de dinheiro, o ajustamento virá, presumìvelmente, através da elevação dos salários na base da escala, no curso da inflação, sem aumentos proporcionais no alto da escala.

Enquanto isso, a situação poderia melhorar de algum modo com o reconhecimento de que é moralmente certo pagar mais aos expatriados do que aos da terra — para fazerem exatamente o mesmo trabalho. Êste argumento é vigorosamente contestado pela maioria dos africanos a quem o mesmo afeta, e desde que êstes tendem também a ter influência política, êles geralmente fazem o máximo não sòmente para manter a desigualdade existente entre si e outros africanos, mas até mesmo para ampliá-la ainda mais. As conseqüências políticas do reajustamento inevitável não podem ser ignoradas. A desigualdade da renda salarial reduz-se em todo país à proporção que cresce o número de pessoas instruídas; e sua queixa, ao verem-se privadas as diferenças que desejam manter, (inclusive pelo gôzo do serviço doméstico ou outro serviço pessoal), é um fenômeno universal. Mas o problema raramente tem sido tão grave como é, atualmente, na África. Sendo êste um assunto sôbre o qual há tanto ressentimento, é necessário que se faça sentir claramente, a todos os africanos instruídos que êles estão explorando seus irmãos ignorantes, e que se não poderão aproveitar desta situação por muito mais tempo. Estas observações aplicam-se, igualmente, às Antilhas.

III

Em todo país subdesenvolvido, uma ou duas cidades crescem com rapidez excessiva — mais ràpidamente do que a possibilidade de provê-los de empregos, residências, polícia, água, escolas, hospitais, transportes ou outras comodidades. Por isso grandes áreas destas cidades estão-se tornando favelas, freqüentadas por desempregados e delinqüentes juvenis. Podemos atribuir estas explosões urbanas a três causas principais.

1) As novas oportunidades de emprêgo tendem a concentrar-se excessivamente em um ou dois locais, enquanto, como vimos, o desemprêgo tende a ser maior exatamente nos lugares onde as oportunidades de emprêgo crescem mais ràpidamente. As indústrias que não estão ligadas geogràficamente à localização de uma certa matéria-prima tendem naturalmente a estabelecer-se nos maiores centros consumidores, visto como estas podem oferecer também as maiores facilidades de recrutamento da mão-de-obra perita, de transações bancárias, de transportes, de manutenção do equipamento, etc. Por isso há tendências cumulativas na localização industrial: são os centros que já são grandes que atraem a maioria das novas indústrias.

Por outro lado, um dos motivos por que as indústrias vão para êstes centros é que elas próprias não suportam o custo total da concentração excessiva. Os trabalhadores são atraídos das áreas que já tenham escolas, hospitais e outras facilidades para êstes novos centros que ainda têm de ser providos de tôda a série de vantagens públicas. E o custo destas comodidades não recai sôbre as novas indústrias que as reclamam, mas sôbre o Govêrno, e através do Govêrno, sôbre a indústria em geral, qualquer que seja a sua localização. Semelhantemente, as novas indústrias não suportam as despesas sociais da urbanização excessiva — as favelas, a delinqüência juvenil, as longas viagens para o trabalho, etc.

Se tôda fábrica tivesse que arcar com tôda a despesa de sua localização, muito mais fábricas evitariam as grandes cidades.

Justifica-se que os Governos insinuem a localização afastada das grandes cidades. O sistema de licença é o mais simples, mas também o mais trabalhoso método para êste fim. Menos eficiente, porém também menos desencorajador, é escolher um certo número de locais fora das grandes cidades (de preferência em pequenas cidades com transporte potencialmente fácil), construir aí algumas propriedades industriais, e oferecer sítios em condições favoráveis. Assim, espalham-se mais as oportunidades industriais por todo o país e retira-se a pressão das grandes cidades, que quase já não podem com suas populações atuais.

2) Uma segunda causa da explosão das grandes cidades é que os Governos, assim como os industriais, tendem a gastar mais em uma ou duas capitais ou outras grandes cidades, de modo que a população é arrastada para estas cidades, à procura de oportunidades, escolas, serviço médico, água e outros serviços públicos. Isto acontece, em parte porque os ministros de Estado moram na metrópole, são particularmente sensíveis às suas necessidades, tendem a exagerar sua importância no país, e estão sempre ansiosos por exibi-la aos visitantes estrangeiros, bem como aos visitantes de outras partes do país. Uma vez quando observei a um Primeiro Ministro que êle se propunha a gastar 50 por cento do seu programa de desenvolvimento na Capital, que tinha apenas 5 por cento da população do país, ficou êle muito surprêso. "Mas por que não?" perguntou êle. "Claro! Quando o senhor pensa na Inglaterra, o senhor pensa em Londres; quando pensa na França, pensa em Paris; e quando pensa na Rússia, pensa em Moscou." "Não", repliquei. "Quando penso na Inglaterra, não penso em Londres; penso em Manchester: e êste é precisamente o motivo por que faço objeção a que V. Excia. gaste metade do dinheiro para embelezar a Capital."

Outra razão da excessiva concentração na Capital é a fraqueza dos Governos regionais nestes países. Ao Govêrno

central concede-se demasiado crédito, e muito pouco às unidades subordinadas de govêrno. Outro corolário é que os melhores políticos são atraídos para o Govêrno central. Todo político, em geral, prefere ser ministro a ser prefeito; a maioria prefere ser um membro apagado do Govêrno na Capital do que prefeito na província. Dêsse modo, à míngua de talentos, tornam-se as províncias incapazes de resolver seus problemas administrativos. Os negócios públicos poderiam melhorar imensamente se os líderes partidários não endossassem candidatura alguma ao parlamento, senão depois que o candidato houvesse servido pelo menos um período como membro de um govêrno local. Se, por êstes ou outros meios se conseguisse a entrada de alguns talentos vigorosos na administração local ou regional, os fundos para o desenvolvimento seriam mais amplamente espalhados. Ao menos, êles opor-se-iam ao sistema de criação de uma unidade central, localizada na Capital, com o fim de elaborar um plano de desenvolvimento para todo o país, e insistiriam em que, em vez disso, se confiasse o plano, de acôrdo com suas raízes, a várias unidades regionais de planejamento, cujos desejos o Govêrno central teria de respeitar.

Assim como o Govêrno deve selecionar um número limitado de lugares para o desenvolvimento industrial, deveria também escolher algumas cidades pequenas, de preferência as mesmas, as quais seriam ajudadas a crescer mais ràpidamente do que as duas ou três cidades grandes já existentes — mediante a atenção especial que lhes daria o Govêrno, assegurando-lhes tôda uma gama de serviços públicos compreendendo escolas, água, iluminação elétrica, hospitais, etc. Muito poucos países têm dado atenção especial ao planejamento de uma distribuição geográfica de modo a desenvolver um número significativo de cidades de tamanho médio, com o fim de evitar concentrações excessivas em uma ou duas grandes cidades.

3) Uma terceira causa de superurbanização é a produção excessiva de concluintes da escola primária. Muitos

novos países africanos têm cometido um êrro capital em seus programas educacionais. Em vez de concentrar seus escassos recursos no aumento da preparação de pessoal capacitado e semicapacitado, através de instituições secundárias, técnicas, profissionais e subprofissionais têm-se concentrado na expansão do sistema da instrução primária. Alguns realmente aumentaram a matrícula no primeiro ano primário de 20 a 80 por cento do grupo dessa idade em menos de 10 anos. O resultado é uma pronunciada escassez de mão-de-obra capacitada, acompanhada por um excesso de concluintes da escola primária que têm dificuldade em ajustar-se à vida econômica.

Em uma sociedade onde apenas 20 por cento do grupo em idade escolar entra na escola primária, e apenas 10 por cento completa o curso há uma alta recompensa para a simples alfabetização, e os concluintes da escola primária aprendem a esperar empregos bem pagos como funcionários nas cidades. Esta expectativa permanece mesmo após o rápido aumento do número de escolas primárias, sucedendo-se que as cidades logo se inundam de jovens sem possibilidade de colocação. A simples adequação da escola primária à vida e às ocupações rurais não resolve o problema. Qualquer escola primária boa é capaz de alargar os horizontes dos jovens. Quando terminam o curso, esperam algo muito melhor do que as condições em que vivem seus pais. Normalmente o salário de um trabalhador não qualificado especìficamente (que é tudo que pode proporcionar uma instrução primária de seis anos) devia ser de cêrca de um têrço da renda média por pessoa ocupada; mas um concluinte da escola primária na África, espera cêrca de duas vêzes a renda média por pessoa empregada. É evidente que, se a alfabetização se tornasse geral, seria impossível pagar-se a cada pessoa alfabetizada o correspondente a duas vêzes a renda média. Enquanto isso, para prevenir o mau êxito seria necessário limitar-se a produção das escolas primárias à razão do crescimento daquêles setores modernos que podem pagar a equivalente a duas vêzes

a renda média. Difìcilmente se poderiam atrair rapazes da escola primária para uma agricultura não reconstruída, baseada em áreas diminutas e numa enxada. Deve-se considerar o objetivo da escola primária a preparação de jovens para uma economia que está passando por diversas revoluções agrícolas e industriais. Se o número de concluintes da escola primária fôr substancialmente mais alto do que o adequado à proporção em que a economia se revoluciona, tecnològicamente, será inevitável a desilusão generalizada.

A educação não devia ser inteiramente subordinada ao desenvolvimento econômico. Nem é tampouco inteiramente mal que haja um excesso de jovens parcialmente instruídos, que são levados, por frustração ou tensão, a procurar um lugar para si no mundo. Não obstante, é razoável que, ao planejar-se uma política educacional, se dê mais importância às habilidades de nível superior, cuja escassez atrasa o desenvolvimento, e que se dêem duas décadas à economia para atingir a instrução geral, em vez de se tentar completar a tarefa dentro de dez anos.

IV

Na África e na Ásia, três quartos da população ocupam-se com a agricultura, em pequena escala. O aumento da produção destas populações é o problema fundamental do desenvolvimento econômico.

É também o problema mais difícil e aquêle em que menos progresso está sendo feito.

Um meio seria a redução do número *relativo* de pessoas na pequena agricultura. É quase impossível reduzir o número absoluto. A população cresce tão ràpidamente que o simples manter constante o número absoluto em agricultura, fazendo-se passar o excedente para outras ocupações, já é, realmente, uma grande coisa.

Como vimos, a expansão educacional produz um afluxo para as cidades muito mais rápido do que estas podem criar novos empregos. A escassez de capital para a industrialização não é o único obstáculo. (Na realidade, apenas uma fração dos novos empregos se dá nas fábricas; o aumento das oportunidades de emprêgo em variados serviços — como transportes, diversões, serviço médico, instrução, vendas a retalho, hotéis, etc. — é ainda mais significativo em têrmos do número de pessoas empregadas. Mesmo que houvesse capital e mão-de-obra capacitada suficientes para proporcionar empregos fora das atividades agrícolas, para aquêles que os desejassem, a estagnação agrícola ainda assim inibiria o desenvolvimento econômico, de dois modos diferentes. Primeiro, o setor em expansão necessita da produção agrícola, tanto em alimentos como em matérias-primas. Segundo, se a agricultura estiver paralisada, a escassez de produtos agrícolas, juntamente com os preços altos, inibirá a expansão não agrícola.

O setor em expansão é levado a importar produtos agrícolas, mas a menos que, correspondentemente, possa êle exportar uma soma crescente de seus próprios produtos, isto apenas produzirá um equilíbrio da crise de pagamentos, com resultantes limitações para as importações. Em conseqüência, a primeira desvantagem da estagnação agrícola é reduzir a taxa do desenvolvimento econômico ao nível em que os lucros do exterior possam ser aumentados através de exportações adicionais de minerais, produtos manufaturados, ou de atividades como o turismo. A segunda desvantagem é limitar o mercado para os artigos produzidos no setor em expansão. Os trabalhadores das fábricas consomem apenas uma fração do que produzem; necessitam vender o resto em troca de alimentos e outros serviços e artigos não manufaturados. A agricultura estagnada só pode proporcionar um comércio estagnado; e, em conseqüência, inibe o crescimento do resto da economia. O núcleo da doutrina do "desenvolvimento contra-

balançado" é que o desinterêsse pelo desenvolvimento da agricultura torna mais difícil o desenvolvimento de tudo mais.

No meio século anterior à Primeira Guerra Mundial, quando a Ásia, a África e a América Latina passaram a fazer parte da rêde do comércio mundial, o mecanismo funcionava tão-sòmente em resposta às necessidades agrícolas da Europa, mediante o suprimento de víveres (especialmente o açúcar, o chá, o café e o cacau) e de matérias-primas (especialmente o algodão, a borracha e as sementes oleaginosas). O rápido aumento da procura dêstes produtos estabeleceu preços que ao homem do campo pareciam muito favoráveis, e, assim, imensas áreas foram destinadas à produção comercial, mesmo à custa da suspensão do cultivo de gêneros alimentícios para o consumo interno. Os países subdesenvolvidos ganham a maior parte de suas divisas no exterior mediante exportação de produtos agrícolas; mas já está diminuindo o ímpeto desta produção. Também o crescimento da população tem caído no mundo ocidental, e, nos níveis mais altos de vida, a procura de gêneros alimentícios carece de elasticidade. A procura de matérias-primas essenciais também tem sido restringida pelo aumento da produção sintética, usando materiais disponíveis a preços mais baixos ou para os países desenvolvidos. A quota de alimentos e matérias-primas no comércio mundial, que foi estável de 1870 a 1939, parece ter diminuído sensìvelmente desde a Segunda Grande Guerra. Os países subdesenvolvidos, de um modo geral, já não podem solucionar seus problemas exportando matérias-primas agrícolas a preços favoráveis, embora ainda existam oportunidades dessa natureza para países industrializados. No futuro, a agricultura dêstes países deve-se concentrar principalmente em abastecer um mercado doméstico cada vez maior, primeiro com alimentos, e, depois, em menor escala, com matérias-primas.

A agricultura como fonte de divisas em moeda estrangeira pode ser inteiramente substituída por outras fontes, como a exportação de minerais ou o turismo. Na falta destas, a necessidade (na forma de alta densidade populacional)

levará a comunidade a exportar produtos manufaturados — como aconteceu recentemente em Hong-Kong e em Pôrto Rico, e anteriormente no Japão, na Alemanha e na Grã-Bretanha, e em breve acontecerá na Índia e no Egito. Mas a exportação de produtos manufaturados exige altos níveis de organização e determinação, e muitos países que necessitam desta solução não possuem a capacidade dinâmica indispensável ao êxito de tal empreendimento.

Se há terras desocupadas, o atraso do camponês pode ser evitado colonizando-se novas terras em novas bases. O México resolveu o seu problema de produção ocupando suas novas terras com plantações em larga escala, dirigidas em bases científicas modernas. Em Israel, as novas terras, em sua maioria, constituem pequenas unidades mas os novos lavradores detêm estas terras sob títulos de posse, que os obrigam a plantar apenas as culturas aprovadas e, a seguir, as práticas que lhes são recomendadas. O senhor Kruschev também decidiu concentrar suas esperanças na abertura de novas terras, usando as técnicas mais recentes para culturas em larga escala. Sem dúvida, não é sensato investir grandes somas em estradas, projetos de irrigação ou terraplenagem, e depois entregar estas terras, sem restrições, aos velhos métodos de cultivo do camponês. Onde quer que se possa dispor de novas terras, pode-se resolver o problema da agricultura colonizando-se estas terras em têrmos de agricultura científica.

Esta bem pode ser a solução para a maior parte da África e da América Latina, onde é possível ignorar os lavradores já existentes e recomeçar em novas terras. Na Ásia, será esta apenas uma solução marginal, uma vez que a quantidade de terras desocupadas é relativamente pequena. Todavia, o Japão tem demonstrado que não precisamos considerar a pequena agricultura tradicional como irrecuperável. Podemos, através da expansão dos novos métodos, ensinar os camponeses a usar melhores sementes, melhores fertilizadores e melhores inseticidas; a irrigação pode quadruplicar sua produção; e a organização em cooperativas pode simplificar o acesso às ope-

rações financeiras e aos mercados. Tudo isto custa muito dinheiro, mas o mesmo ocorre com o investimento em fábricas ou grandes plantações. O insucesso na solução para o problema da pequena agricultura estagnada deve-se principalmente ao fato de que os governos se furtam à responsabilidade de prover grandes somas de dinheiro para êste fim.

Atrás desta deficiência há a miopia intelectual. A característica mais evidente dos últimos cento e cinqüenta anos de desenvolvimento no Ocidente tem sido a urbanização acompanhada de industrialização. Foi preciso algum tempo para que se compreendesse que isto sòmente se tornou possível mediante uma revolução igualmente profunda na agricultura, a qual elevou a produção da família camponesa comum de alimento suficiente para sustentar uma família e meia a *alimento suficiente para sustentar dez famílias. A maioria dos* países subdesenvolvidos já compreendeu êste ponto, mas ainda se age vagarosamente.

V

Adam Smith reiterava que a tendência a negociar é parte essencial da natureza humana. Os países subdesenvolvidos certamente não carecem dos instintos comerciais (a despeito de tudo que ouvimos com relação a barreiras religiosas e culturais ao seu desenvolvimento econômico), e seus povos demonstram, relativamente ao comércio e seus conseqüentes riscos, inclinação tão grande quanto a que se pode constatar em qualquer parte. Há uma onda marcante de livre iniciativa nos setores do transporte rodoviário, das diversões e das construções. Então, por quê há escassez de livre iniciativa na indústria manufatureira? Há diversas respostas.

1) Em primeiro lugar, em vista do baixo poder aquisitivo da grande maioria do povo, resultante da estagnação agrícola, o mercado doméstico para os produtos manufaturados é relativamente pequeno. O mercado mundial para pro-

dutos manufaturados é muito grande, mas o êxito neste mercado exige contactos que os pequenos empresários asiáticos ou africanos não possuem. O êxito de Pôrto Rico baseia-se na importação por parte dos empresários continentais dos Estados Unidos, já possuidores de mercados certos.

2) A maioria dos países subdesenvolvidos carece de pessoal capacitado. Os empresários são forçados a importar não sòmente os portadores de grau universitário mas também, na África, até os de nível secundário e os das classes primárias superiores. Como vimos, isto encarece muito na África a manufaturação de qualquer artigo que não tenha a proteção natural de despesas de transporte pesado. O remédio, que agora se reconhece, é dar a mais alta prioridade, na política educacional, ao desenvolvimento da educação secundária e pós-secundária, inclusive o adestramento técnico.

3) Uma terceira dificuldade é a falta de experiência de administração de grandes emprêsas. Não é bastante ter-se inclinação para o comércio, ou propensão para o jôgo comercial, ou mesmo capacidade de liderança. Deve-se também possuir experiência do serviço rotineiro que mantém a unidade de uma grande organização. Os africanos não puderam adquirir esta experiência porque as restrições raciais os impediram de elevar-se em tais organizações, quer nas particulares, quer nas do Govêrno. Êste obstáculo, agora também começa a ser superado, com a passagem do poder político para os africanos. É possível ajudar aos pequenos empresários, proporcionando-lhes serviços de informação ou consulta e cursos de extensão. Uma lição que terá de ser aprendida é a de que o êxito das grandes emprêsas depende de se fazer da competência o critério para a nomeação ou a promoção. A maioria dos países subdesenvolvidos ainda pertencem à era anterior ao predomínio da competição, na qual o progresso individual dependia de laços de parentesco, de amizade, ou de outros compromissos. Êste desprêzo pela competência é uma das dificuldades que se opõe à realização dos empreendimentos, de forma barata ou pronta nesses países.

4) O quarto obstáculo é a falta de capital no montante exigido por um empreendimento de grandes proporções. Isto deixa de ser um obstáculo para aquelas indústrias em que é possível começar em pequenas proporções e ampliá-las depois. Desde que o capital de uma indústria provém essencialmente do reinvestimento de lucros, é bem possível que um pequeno comerciante africano ou asiático consiga produzir, no decurso de uma vida, todo o capital necessário para manter o equilíbrio de um negócio de proporções mais ou menos avantajadas. (Será isto, presumìvelmente, o que pretendem dizer os economistas da corrente "primeiro a galinha, depois o ôvo", quando afirmam que não é o capital que produz o desenvolvimento, e sim o desenvolvimento que produz o capital). O que ainda não pode ser feito, exceto por bem poucos, na Índia e na América Latina, é o estabelecimento do negócio que é necessàriamente grande desde o começo, como a fundição de aço, a mina de cobre ou a refinaria de petróleo. Na África, até a fábrica de tecidos está além dos recursos da maioria dos empresários nacionais. A êste respeito, a África é menos feliz do que a Ásia, onde sempre houve grandes fortunas, baseadas na posse da terra e no lucro da colheita de meação, fortunas essas que, na época crucial da industrialização, puderam ser canalizadas para o financiamento até mesmo das maiores emprêsas industriais — de algum modo em sociedade com capitalistas estrangeiros, nos lugares em que houve necessidade de adestramento técnico ou administrativo. A África é um continente igualitário. Por isso, necessitará de capitalistas estrangeiros por um período mais longo do que necessitaram o Japão, a Índia ou a China.

5) Finalmente os empresários florescem apenas no clima que lhes é favorável. Muito se tem dito a respeito da necessidade de proporcionar condições favoráveis ao capital estrangeiro e, em especial, da necessidade de suscitar a confiança na boa-fé do Govêrno. Considerações semelhantes aplicam-se ao encorajamento da iniciativa privada nacional. A hostilidade ostensiva dos governos, a rêde de restrições, as

licenças, a influência dos sindicatos trabalhistas e certo desapreço social para com as fortunas feitas no comércio, são todos motivo suficiente para desanimar a livre emprêsa e persuadir os jovens de talento a dedicar suas energias a outras atividades. Todos os antigos territórios britânicos herdaram os preconceitos sociais da Rainha Vitória. Os talentos novos são atraídos para as profissões liberais; para o serviço público e para a política; o comércio fica apenas para aquêles a quem a falta de sorte ou de capacidade para passar em exames escritos retira a oportunidade de adquirir instrução superior. Também isto está desaparecendo, agora que o amor ao dinheiro começa a desgastar até o pedantismo social dos que têm mais instrução.

VI

O desenvolvimento econômico exige uma organização adequada de serviços públicos — tais como estradas, portos, escolas, água, hospitais, telecomunicações, polícia, administração eficiente, etc. O Govêrno de um país subdesenvolvido necessita gastar ao menos 12 por cento da renda nacional com serviços de infra-estrutura *despesas periódicas* e cêrca de 8 por cento da renda nacional com custos de capital, *despesas fundamentais,* num total, portanto, de 20 por cento. A distribuição das despesas periódicas, em percentagem de renda nacional, é, em números aproximados, a seguinte: 3% para educação; 2% para saúde pública; 4% para serviços econômicos (estradas, água, agricultura, financiamento de casas, indústria); e 3% para administração em geral. Isto representa mais do que os países mais ricos necessitam gastar com êstes serviços, embora os ofereçam melhores. Como já vimos, devido à relativa escassez de pessoas instruídas, a relação do salário de um funcionário público para com a renda *per capita* nacional é mais alta nos países pobres do que nos ricos. Assim sendo, seria preciso uma percentagem de renda nacional 2 a 3 vêzes

maior para que os países pobres pudessem oferecer o mesmo padrão de serviço público que os ricos oferecem.

Quanto aos custos de capital, fundamentais, os países em desenvolvimento necessitam destinar cêrca de 20 por cento da renda nacional para êste fim, o que, deduzida a depreciação, corresponde a um investimento líquido anual de cêrca de 12 por cento, associado com o crescimento da renda nacional para cêrca de 4 ou 5 por cento por ano. Do investimento bruto de 20 por cento, cêrca de dois quintos, ou 8 por cento, é no setor público, na forma de estradas, escolas, serviço de água, portos, hospitais, energia elétrica, centros de pesquisas, telecomunicações e outras comodidades públicas.

Além disso, dada a escassez de recursos privados nestes países, os Governos não se podem arriscar a financiar um investimento público tomando empréstimos a particulares. Alguns empréstimos podem ser levantados no exterior e algumas concessões de auxílio podem ser obtidas, especialmente por países firmemente aliados à França ou aos Estados Unidos. Mas a maioria dos países subdesenvolvidos têm de erguer-se com seus próprios pés, e seus governos têm de financiar os investimentos públicos com poupanças públicas, ou seja, com o excedente dos impostos sôbre a despesa.

Não há razão ponderável pela qual o Govêrno de qualquer país não possa arrecadar 20 por cento da renda nacional em impostos. Na Ásia, que é o continente mais pobre, os proprietários de terras têm habitualmente tirado metade do produto do trabalho dos camponeses em arrendamentos, para desperdiçar em monumentos ostentosos e inúteis. O principal motivo porque a tributação é tão baixa na maior parte da Ásia e da África — caracterìsticamente 10 a 12 por cento da renda nacional ou menos — é que êstes países originaram-se de potências metropolitanas, que consideravam a manutenção da lei e da ordem sua principal função, e por isso, necessitavam levantar apenas 5 a 10 por cento da renda nacional para seus objetivos limitados. Os países que agora se aproximam dos 20 por cento, como Gana e Ceilão, chegaram a tanto pela

decisão de confiscar, para fins públicos, uma considerável parte dos ganhos inesperados, nos têrmos do comércio que se iniciou pouco tempo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A maioria dos governos asiáticos ou africanos demoram muito a aproveitar esta oportunidade. Êles ainda podem dobrar a quota de impostos sôbre a renda nacional, nos próximos dez ou vinte anos, se assim desejarem; e alguns, notadamente a Índia e a Nigéria, já começaram a ascensão. Outros, por fraqueza política, escondem-se por trás da errada crença de que suas economias são pobres de mais para suportar mais de 8 por cento de impostos, ou de que sua estrutura econômica peculiar dificulta, do ponto de vista técnico, o planejamento de impostos que possam render 20 por cento. Não se pode levar a sério um país que proclama ter o espírito do desenvolvimento, mas que levante apenas 12 por cento ou menos da renda nacional em impostos.

Um dos grandes desafios enfrentados pela democracia nos países subdesenvolvidos é decidir se é possível levantar o suficiente em impostos, e reter, apesar disso, o poder político. Os russos estão liberando as mercadorias para o seu povo, porque têm impostos e tributos muito altos, cujos proventos são usados, entre outros fins, para a educação e para formação de capital. Semelhantes taxas de desenvolvimento econômico seriam possíveis no mundo democrático, mas os políticos democráticos teriam de concordar com a retirada dos impostos da esfera política. Poderiam atacar-se mùtuamente sob todos os pontos de vista políticos, mas não teriam o direito de queixar-se de que seus países estivessem sobrecarregados de impostos. A Europa Ocidental chegou a semelhante acôrdo pelo simples acidente de colocar políticos conservadores no poder, mantendo vigorosos radicais na oposição. Os radicais forçam os governos conservadores a gastar maiores somas em obras públicas, e, conseqüentemente, sendo favoráveis a grandes despesas, ficam impedidos de reclamar contra a sobrecarga de impostos. O acôrdo não funciona quando é inversa a situação política, uma vez que os conser-

vadores, estando na oposição, atacam os impostos irrestritamente, levando os governos radicais, pelo temor, à inatividade.

O auxílio do exterior é geralmente tido como potencialmente capaz de preencher a lacuna entre o que os países necessitam e aquilo que são capazes de realizar por si mesmos. Entretanto, se o auxílio externo visa a ajudar os países a tornarem-se auto-suficientes dentro do razoável período de — digamos, não mais de duas décadas — deve êle ser usado para encorajar mais aquêles que mais se ajudam. Por exemplo, se o auxílio fôsse um subsídio direto para as despesas governamentais, seria uma fórmula simples estabelecer que, para os dez primeiros anos, o auxílio externo cobriria metade da diferença entre despesas governamentais (de capital e de serviços de infra-estrutura) e 10 por cento da renda nacional; assim sendo,

$$\text{auxílio} = 0.5\ (x - 10)$$

em que x representa as despesas de govêrno com uma gama de itens prèviamente estipulados. Durante a segunda década, a contribuição percentual do auxílio estrangeiro poderia ser reduzida em 5 pontos cada ano, por exemplo, em 45 por cento no décimo primeiro ano, 40 por cento no décimo segundo, 35 por cento no décimo terceiro, e assim por diante, até 0 por cento no vigésimo ano. Esta fórmula é apresentada não como uma proposta específica, mas apenas para demonstrar que o auxílio pode ser utilizado para estimular a ajuda de si mesmos por parte dos países que recebem auxílio externo. Na prática, o auxílio externo vem de tantas fontes diferentes e é concedido para tantos objetivos diferentes (inclusive alianças militares e políticas) que provàvelmente não pode ser adaptado a nenhum esquema nacional global.

VII

Na maioria dos países que se tornaram independentes, a partir da Segunda Guerra Mundial, os homens que agora

são ministros de Estado têm-se declarado socialistas. Todavia, não introduziram muito socialismo em seus países. Quando interpelados a êste respeito, ou riem-se evasivamente ou argumentam (com Marx contra Stalin) que um país se deve desenvolver, sob normas capitalistas, como preparação para o socialismo.

Tal socialismo abrange muitas doutrinas não aparentadas, uma vez que se confunde com liberalismo, anarquismo, estatismo e comunismo. Consideraremos aqui quatro aspectos da doutrina socialista relativamente aos países subdesenvolvidos, a saber: 1) Igualdade de oportunidades; 2) Igualdade de renda; 3) Direção centralizada da atividade econômica; 4) Hostilidade à iniciativa privada.

1) A igualdade de oportunidades é, essencialmente, uma idéia liberal, adotada pelos socialistas. Os países subdesenvolvidos oferecem imensas oportunidades à efetivação desta idéia. A maioria das crianças não têm escola; e raça, tribo, casta, religião e laços de parentesco são, para a igualdade de oportunidades, barreiras profundamente assentadas. Qualquer estadista que conseguisse, em seu país, dar instrução a todos, de acôrdo com o talento, e abolir as outras barreiras à oportunidade, poderia morrer em paz, ciente de ter realizado mais para o seu povo do que uma centena de quaisquer outros socialistas mais "socialistas" juntos.

2) A igualdade de renda está associada ao *slogan* comunista "a cada um de acôrdo com suas necessidades", mas o *slogan* socialista é "a cada um de acôrdo com seu trabalho". A objeção socialista não é para com a recompensa diferente para o esfôrço diferente, mas para com o pagamento de renda que não seja produto do trabalho e sim de emprêgo de capital ou arrendamento. Lênine começou com o *slogan* comunista, trocando-o, porém, pelo socialista, quando descobriu que o sistema econômico não funcionaria sem incentivo ao esfôrço. A sua posição tem sido reafirmada pelos seus sucessores. Paradoxalmente, o ideal comunista é praticado mais nos paí-

ses capitalistas, os quais, embora reconhecendo a necessidade de incentivo, também criaram aperfeiçoados sistemas de bem-estar social baseados no atendimento das necessidades do povo.

Os países subdesenvolvidos necessitam de bem-estar social ainda mais do que os países desenvolvidos, visto como não podem dar aos pobres oportunidades de emprêgo integral com salários compensadores, tal como o fazem atualmente as potências econômicas bem dirigidas. Por outro lado, uma rêde considerável de serviços de bem-estar social pode custar de 3 a 10 por cento da renda nacional, importância de que, para tanto, nenhum Govêrno dêstes países pode normalmente dispor. Assim sendo, os aleijados, os cegos, os doentes, os portadores de deficiência mental e os desempregados enfrentam sérias dificuldades nos países subdesenvolvidos, que são toleráveis apenas devido aos conhecidos apelos ao parentesco com os afortunados, ou à sua proteção. Estão, pois, êstes países num círculo vicioso. A fôrça do parentesco e os laços do sistema de proteção atravessam-se no caminho do reconhecimento da competência, tornando-se uma das causas do baixo nível de produção. Por outro lado, enquanto permanecer baixo o nível de produção, êstes laços serão um substituto necessário aos serviços de bem-estar social.

A oposição ao rendimento, que não seja produto do trabalho, cristalizou-se no movimento pela reforma agrária, com seu ataque aos *arrendamentos*. É êste, um problema de capital importância na Ásia e na América Latina, e ninguém pode nutrir a esperança de entender a política dêsses dois continentes, se não se houver jamais lutado com o sistema de parceria. Em comparação, a hostilidade aos ganhos pecuniários é problema muito menos violento.

A disparidade da renda ganha pelo trabalho é muito maior nos países pobres do que nos ricos, devido à maior escassez de mão-de-obra capacitada. As fôrças econômicas tendem a reduzir a disparidade, mas as fôrças políticas atualmente pendem na direção oposta. Não se pode prever por

quanto tempo lavradores e mineiros suportarão êste estado de coisas. Os poucos socialistas que desejam manter os salários em proporção razoável para com a renda nacional *per capita* são considerados maníacos. A êste respeito, a Índia detém a liderança na Ásia, e Gana, na África.

O campo socialista acha-se dividido no tocante ao problema dos sindicatos trabalhistas. Isto pode acontecer, pòlìticamente, porque os que vivem de salário são apenas diminuta fração do eleitorado. Muitos dos que fazem parte dos grupos sindicalizados, tais como professôres e outros funcionários públicos, já têm rendimentos cuja proporção para com a renda nacional *per capita* é um múltiplo da mesma proporção em países mais ricos; e um Ministro da Fazenda socialista, lutando por equilibrar seu orçamento, escutará com pouca simpatia as suas reivindicações. Mesmo as reivindicações dos sindicatos de trabalhadores em emprêsas industriais privadas não serão necessàriamente ouvidas com simpatia por parte de um Ministro de Comércio e Indústria, que, em geral, anseia fomentar o desenvolvimento industrial e estimular a poupança de preferência ao consumo. Não raro consegue um político galgar um pôsto ministerial pela escada do sindicalismo, chutando-a para longe, depois.

3) O planejamento, ou direção centralizada da economia, é uma recente aquisição do socialismo, adotado do estatismo por alguns socialistas. Socialistas mais antigos, como os utopistas, e socialistas mais recentes, como os sindicalistas, tiveram ligações com as tradições do anarquismo e, em seus planos de desenvolvimento econômico, não têm dado ao Estado um papel realmente importante.

Independentemente de doutrinas, há pouco lugar para direção centralizada nos países subdesenvolvidos. Dois terços da população trabalham em pequenas fazendas, e o número dos que trabalham em fábricas ou minas é tìpicamente inferior a dez por cento. Tem havido algum contrôle no que tange ao uso de divisas e alguma relativamente a construções, especialmente para fins de localização industrial. Agências

de planejamento produzem livros de muitas centenas de páginas; êstes todavia, são, em grande parte, projetos das despesas previstas para serviços públicos, acrescidas de incentivos à produção privada. Quanto ao setor privado da economia, os planejadores conscientes preferem incentivá-la a dirigi-la; e os ministros que reconhecem o estado precário da administração em seus países estão mais interessados em reduzir do que em aumentar o número de licenças exigidas e restrições semelhantes.

Os bons frutos do planejamento na Rússia são um permanente desafio. Entretanto, começa-se gradativamente a entender que o êxito russo não é, em primeiro lugar, devido ao planejamento mas à restrição do consumo no interêsse do investimento em capital humano e físico. Enormes despesas com a educação e com a formação de capitais são o verdadeiro segrêdo do desenvolvimento econômico na Rússia. A poupança através do lançamento de impostos é também a arma fundamental do socialismo, desde que é êste o único meio de acumulação de capital sem aumento de fortunas particulares. Todos os países subdesenvolvidos poderão usar o lançamento de impostos para acelerar a marcha do desenvolvimento econômico, se assim desejarem. De fato, como já vimos, não podem tais países cumprir seus compromissos sem economizar, através de impostos, montante quase igual ao que se faz necessário à formação de capitais no setor público. E mais ainda, confia-se atualmente ao Govêrno a obrigação de conseguir capital para algumas partes do setor privado, através de instituições de crédito agrícola, financiamento residencial por hipoteca e bancos de desenvolvimento industrial. Nos países em que os serviços públicos (estradas de ferro, energia, telecomunicações, água, etc.) são propriedade pública, o setor privado já é minoria na utilização de capital, porque a formação de capital na manufatura, na mineração, na agricultura e no comércio raramente absorve mais de 40 por cento da formação total de capital. Os serviços de utilidade pública e as habitações são os grandes devoradores de capital; e para êstes a

poupança pública é uma fonte apropriada de financiamento. Até a emprêsa privada pode conjugar-se com a poupança pública, já que a indústria privada não teria necessàriamente grandes dificuldades se tivesse de levantar suas obrigações bàsicamente, de recursos públicos.

4) Finalmente, a hostilidade à emprêsa privada iniciou-se, nos países subdesenvolvidos, principalmente como hostilidade às grandes companhias estrangeiras de mineração ou do comércio atacadista, as quais manejavam o poder político, através dos governos coloniais. Esta hostilidade diminuiu, consideràvelmente, desde que essas companhias, de uma forma ou de outra, fizeram as pazes com os governos independentes. Há ainda ministros socialistas para quem a emprêsa mista ou a estatal tem valor superior ao de qualquer outra forma de organização econômica, mas bem poucos chegariam ao extremo de suprimir a emprêsa privada.

A razão de ser de tal cautela, não é a crença de que a propriedade privada seja necessária para a poupança. Ao contrário, é certo que a taxa de poupança é mais alta nas economias de propriedade pública do que nas de propriedade privada; é certo, também, que os países subdesenvolvidos podem refrear o consumo, através de impostos tão eficientemente, quanto as companhias particulares refreiam êsse mesmo consumo através dos seus altos lucros. A razão de ser daquela cautela é antes o desejo de manter a eficiência econômica. Os socialistas, em sua maioria, reconhecem que os países de precário sistema administrativo e pronunciada tendência para o nepotismo e o paternalismo não estão aptos ainda para fazer da indústria um empreendimento público de sucesso. Por isso, sentem a necessidade de contar com a influência vigorosa da competição da emprêsa privada sôbre os setores econômicos em desenvolvimento. Alguns preconizam uma união entre a propriedade pública e a emprêsa privada, mediante a qual o Estado forneça o capital e a emprêsa particular tome a responsabilidade da administração. Outros dei-

xam o problema correr, refugiando-se na proposição de que o capitalismo deve preceder o socialismo.

As principais exceções são homens como o Marechal Tito e o Presidente Sekon Touré que, embora, rejeitando o socialismo estatal burocrático do tipo russo, põem tôda a sua fé em formas de emprêsa mista. Seus programas contam com algumas características inusitadas:

a) Entusiasmo das massas. Reconhece-se que as organizações cooperativas têm tido uma história variada nos países capitalistas, mas espera-se que a propaganda em massa a favor das novas técnicas na lavoura, conjugada com a organização cooperativa da produção, do financiamento e da venda produza aquêle desejo de mudança que é uma das causas de rápido desenvolvimento.

b) Trabalho voluntário. Inspira-se o povo a trabalhar junto na criação de serviços públicos, como estradas ou escolas ou serviço de águas. Dêste modo utiliza-se mão-de-obra extra para formação de capital, ao mesmo tempo em que se fortalece o espírito de cooperação.

c) Forte liderança partidária. A fôrça aqui depende de o partido ter um quase monopólio da liderança e de cuidadosa proteção , doutrinação e supervisão dos funcionários do partido. Êste é o ponto em que o sistema geralmente falha, visto como é difícil prender-se um partido monolítico aos seus ideais.

Ouvimos muito a respeito do "socialismo africano", que deve ter sua base nas unidades tradicionais de tribo ou aldeia. Na prática, todavia, o êxito dependerá, em primeiro lugar, da possibilidade de manter-se o partido puro. No passado, já ouvimos falar outro tanto a respeito de revoluções do pensamento que se estariam processando em aldeias russas

e chinesas, mas continuamos esperando pelas difíceis notícias das conseqüentes melhorias da produção agrícola.

5) Em resumo, o plano de ação do socialismo é tão variado nos países pobres quanto o é nos países ricos; diferente é o valor em uns e outros. Nos países mais pobres, há ainda um campo enorme de trabalho no sentido de promover-se a igualdade de oportunidades e uma necessidade maior de poupança pública. Por outro lado, há um campo menor para medidas de bem-estar, para atividade econômica planificada, ou para a restrição da iniciativa privada. O resultado final será provàvelmente o mesmo que o da Europa ou o da América do Norte: o desinterêsse da doutrina socialista por posições extremadas e o seu cuidado na elaboração de técnicas capazes de realizar uma economia mista.

* * *

ECONOMIC PROBLEMS OF DEVELOPMENT

Mr. Arthur Lewis, Director of University College of West Indies, starts from the assumption that less developed countries are enjoying, these days, in the international market, a very favorable period, at least in comparison to the conditions prevaling before the Second World War. Undoubtly, real income has risen and social security has improved as never, in the poor world, which, however, is confronted, at the same time, surprisingly enough, with popular uneasiness and social unrest. Calling our attention to this apparent paradox, and after having dismissed other explainations as possible causes of the phenomenon, he points out what considers the right one: the uneven distribution of the benefits of economic development among the population of the mentioned countries. This unequal participation of economic progress that results from a series of factors, inherent otherwise to the development process itself, he summarizes, as follows: 1) — development provides employment but it provokes unemployment as well; 2) — big salaries of high productive industries — oil industry, for instance — arouse tensions in other industries; 3) — In the long or in the short run, the high salaries of modern industry will raise salaries of the backward sector of the economic area; 4) — many people feel attracted by the prosperity of some

areas and their appearance in the labor market will bring about a serious case of unemployment; 5) — in the modern industrial sector, generally belonging to foreigners, interest rate is very high, generating, in consequence, keen competition and nationalism. Though admiting that there is no easy solution to such problems and that this unjust distribution of wealth seems to be the price for development, he goes on to demonstrate why in less developed countries, especially in Africa, differences of salaries are much more striking than in industrial countries. But he believes that gaps among salaries will be reduced, in the long run, if not by other causes, by the inflationary trend itself, since salary increases, by and large, favor low-income groups. The author looks further into a series of subjects, from the urbanization process and agriculture to questions posed by public investments and by that numberless varieties of socialism that many less developed countries have embraced as a result of the non-dogmatic attitude of their governments.

PROBLÈMES ÉCONOMIQUES DU DÉVELOPPEMENT

M. Arthur Lewis, directeur du Collège Universitaire des Indes Occidentales, commence de la supposition que les pays moins développés sont en train de jouir, actuellement, dans le marché international, d'une période très favorable, du moins en comparaison avec les conditions qui prévalaient avant la Seconde Guerre Mondiale. Indubitablement la rente réelle a augmenté et la prévoyance sociale s'est perfectionnée comme jamais dans le monde pauvre, lequel, cependant, se voit face à face en même temps et de manière surprénante, avec des inquiétudes populaires et des agitations sociales. En appelant notre attention pour cet apparent paradoxe, et après avoir méprisé d'autres explications comme les possibles causes du phénomène, il montre celle qu'il considère vraie: la distribution inégalle des bénéfices provenants du développement économique entre la population des pays mentionnés. Cette participation inégalle dans le progrès économique est le résultat d'une série de facteurs, relative, à son tour, au procès du développement, lui même, que l'auteur résume comme il se suit: 1) — le développement confère de l'emploi mais aussi provoque le manque d'emploi; 2) — les hauts salaires des industries de grande production — l'industrie pétrolifère, par exemple — éveillent des tensions dans les autres industries; 3) — lente ou rapidément les hauts salaires de l'industrie moderne élèveront les salaires du secteur moins avancé de l'économie; 4) — beaucoup de monde se voit attiré par la prospérité de certaines régions; son apparition dans le marché de travail sera un sérieux motif de manque d'emploi; 5) — dans le moderne secteur

industriel, générallement appartenant à des étrangers, le dégré d'intérêt est très élevé, produisant pour cella, forte compétition et nationalisme. Même que n'admettant pas l'existence de solutions faciles pour tels problèmes et aussi que la division injuste de biens semble être le prix pour le développement, il poursuit, pour démontrer pour quoi dans les pays moins développés, especialement ceux de l'Afrique, la différence de salaires est beaucoup plus notable que dans les pays industriels. Mais il croit que les différences entre les salaires seront réduites lentement, sinon par d'autres causes, par la tendance inflactionnaire, une fois que l'élévation des salaires, généralement favorise les groupes de rente basse. L'auteur fait des observations, postérieurement, sur une série de sujets, du procès urbanistique et agricole à des questions proposées par des investissements publics et par les nombreuses variétés de socialisme, que quelques pays moins développés ont adopté comme résultat de l'attitude non-dogmatique de ses gouvernants.

A INTEGRAÇÃO EUROPÉIA E O RETROCESSO DOS NACIONALISMOS

Max Kohnstamm e *François Fontaine*

Vemos hoje em dia o nacionalismo ser incriminado em certas partes do mundo, enquanto outras o acolhem. Em um lado é considerado como obstáculo ao progresso, em outro, como fator de desenvolvimento. As nossas velhas nações européias combatem-no, as jovens nações africanas juram-lhe aliança. Mas vemos também economistas que o criticam na Alemanha, ou moralistas que o condenam na França, julgá-lo bom para a Guiné ou apropriado para a Argélia.

Não é portanto uma doutrina de aplicação universal. As variações que se verificam no nacionalismo tenderiam, em sua maior parte, a provar que êle representa um papel histórico na organização das sociedades, e que é preciso saber descartar-se dêle em um dado momento da evolução dos povos, tolerando-o porém em outros momentos. Atravessamos neste momento uma época em que as mais diversas evoluções sociológicas coexistem no mundo, e não é possível julgar do valor do nacionalismo em geral. Por outro lado, é possível apreciá-lo em uma de suas crises mais espetaculares e descrever seu rápido declínio na Europa Ocidental de hoje.

As teorias sôbre a formação das nações e o papel que representam são por de mais numerosas para que exista interêsse em reabrir o debate filosófico. Sòmente no século XIX foi feita a pergunta: "O que é uma nação?" O nacionalismo existia em Atenas sob o domínio de Péricles, na Inglaterra e na França sob o de Cromwell e de Napoleão porque, temos razão de sobra para assim pensar, os homens dêstes países

tinham claramente a consciência de pertencer a um mesmo corpo político e possuir os mesmos interêsses. Mas não se preocupavam em estabelecer como regra geral o que para êles era um reflexo defensivo ou ofensivo.

Transferindo o sentimento nacional espontâneo para o domínio da ideologia, os teóricos fizeram dêle um instrumento político de grande poder, exportável, e que se pode mesmo antecipar à realidade nacional e provocá-la. E assim algumas nações tiveram, de certo modo, o seu destino predeterminado no século XIX e após o Tratado de Versailles. Como não terminariam, a fôrça e o êxito do princípio nacional, por lhe dar, aos olhos da opinião pública, o valor dum absoluto?

Não só para conservar as nações, como também para criar outras, fomos levados a fundar uma doutrina militante que deveria ser aceita como uma verdade revelada. Tornou-se pois difícil tratar dêste assunto sem abordar um instante o seu aspecto metafísico. Pelo menos, é preciso escolher entre estas duas hipóteses: a nação é uma finalidade em si mesma, ou: a nação tende a superar-se. Não é o nosso sentimento ou a nossa preferência que devem ditar esta escolha, mas sim a observação do mundo moderno.

Pois, quando dizemos que a nação tende a superar-se, não queremos avaliar esta forma política e moral da vida em comum que representou um papel necessário e fecundo. Admitimos que tenha sido boa para os nossos povos em certo momento de seu crescimento intelectual e técnico, e que ainda o seja para certos países em fase de desenvolvimento. Mas acreditamos que o efeito criador que teve na História decresce e muda de sentido do momento que tenha cumprido a essência de seu papel, ou seja, formar e proteger os primeiros passos de sociedades tècnicamente incipientes. Chega um momento em que o dinamismo nacional, encerrado em suas fronteiras e em luta com seus rivais, cessa de produzir energia, renega sua própria essência. O nacionalismo tradicional recusa superar-se, porque para êle a fonte de energia social reside em todos os casos, na organização específica da nação.

Esta organização notàvelmente diversificada permitiu que grupos humanos constituídos por uma longa série de circunstâncias históricas tenham sobrevivido de maneira autônoma. Mas no século XX ela perdeu sua flexibilidade, atingindo em muitos pontos o limite de suas faculdades de adaptação.

O nacionalismo moderno tem consciência de que sua justificativa, o sagrado egoísmo da coletividade nacional é incompatível com o culto cioso da soberania e total autonomia de decisão. Para sobreviver, deve fazer importantes concessões ao espírito comunal. A interdependência econômica, técnica e militar necessária ao mundo de hoje deixa aos nacionalistas a opção entre o sacrifício do progresso ou o sacrifício dos princípios. Assim mesmo esta opção é enganadora. Pois os países que procurassem salvaguardar sua soberania total em detrimento de seu desenvolvimento não fariam mais do que aumentar sua dependência militar e econômica em face de potências estrangeiras.

Para se livrar destas contradições, certos governos escondem, por trás de atitudes nacionalistas, concessões de fato à solidariedade internacional. Outras tratam de ajustar a doutrina nacionalista às novas facêtas do convívio internacional.

É provável que êste recuo se precipite, e que os países europeus venham a, pouco a pouco, afastar-se da realidade para logo após abandonar o próprio princípio da soberania nacional. Resta saber se tentarão reconstituí-lo como pretendem, um conjunto unificado, e qual será o futuro dêste neo-nacionalismo.

Êste é um problema que merece a maior atenção. O destino do princípio nacional no Ocidente dependerá da capacidade que demonstrarem os europeus de concretizar sua unificação sem apelar para os antigos reflexos nacionalistas. A experiência que se processa no momento entre seis países pode bem ser o início de uma nova forma de relações entre os povos. Examinaremos pois, sob êste aspecto, a origem e os progressos do Mercado Comum Europeu.

Qualquer que seja a importância relativa atribuída aos fatôres econômicos ou psicológicos no deflagrar das guerras, devemos admitir a presença do nacionalismo na origem dos três grandes conflitos que devastaram a Europa entre 1870 e 1945. Intolerância mútua entre nações, das quais algumas se julgavam predestinadas a dominar as outras, ou contradições econômicas que tentavam resolver pela fôrça, tôdas estas tensões emanavam da concepção egoísta e exclusiva do interêsse nacional.

Sòmente após a guerra de 1914-18 é que se começa a pensar que Deus, que deixava que fôssem esmagados os que a Êle apelavam com maior fervor, que não protegia os outros do infortúnio, não estava do lado dos nacionalistas. As doutrinas internacionalistas, que só tinham sido acolhidas por alguns espíritos sonhadores, impuseram-se aos realistas. Criou-se a Liga das Nações, cuja existência admitia a possibilidade de haver um interêsse comum e uma moral coletiva entre antigos adversários ou rivais. É muito instrutivo reler, a êste respeito, o notável projeto Briand de 1931, onde já eram propostos os princípios básicos da comunidade européia de hoje, sendo mesmo usada a expressão mercado comum. O projeto foi considerado audacioso de mais; no entanto, não continha qualquer ofensa à soberania das nações.

Não é pela rejeição ao projeto Briand que uma era é julgada: é o fato de já então se considerar possível conciliar o princípio de soberania absoluta com o princípio federal. Tôdas as tentativas baseadas nesta contradição, da qual não se apercebiam, estavam fadadas à rejeição.

Cabe menos ao excesso de nacionalismo do que aos erros do internacionalismo a responsabilidade dos malentendidos que levaram ao último grande conflito mundial. O internacionalismo era bom em suas intenções, mas inadequado em seus métodos. A Liga das Nações não podia senão suscitar ilusões perigosas, porquanto o direito do veto paralisava infalìvelmente suas inúteis tentativas. Na prática, e está provado, os negociadores estão vinculados a mandatos nacionais,

e por mais boa vontade que tenham, não podem conceder nada. Se bem que soluções comuns, por pouco que diminuam um direito soberano, se ferem na barreira da unanimidade. Era esta pois a barreira que se fazia necessário atacar, para conseguir atingir a condição de uma verdadeira organização internacional. *Muito poucas pessoas estavam cônscias de que* êste era um problema essencial. Entre os caminhos a tomar, aquêle não parecia ser o mais imediato — talvez por não estarem amadurecidos os espíritos.

Com efeito, durante muito tempo a noção de soberania nacional pôde-se arvorar como a segurança da proteção dos interêsses políticos, econômicos e militares de um povo, mais do que o poderia fazer o princípio federal ou comunal. A liberdade das alianças, dos acordos revogáveis, era a resposta a uma concepção cínica e pessimista de equilíbrio internacional fundada na crença de que a riqueza e o poder se preservavam ou se perdiam pela fôrça. A antiga noção de economia de saque não se extinguiu senão em 1939, e um país pensava que podia enriquecer arruinando os seus vizinhos.

O internacionalismo surgiu da constatação, feita por alguns espíritos clarividentes, de que, com as guerras modernas, tanto vencidos como vencedores se enfraqueciam. A paz era ainda a maneira mais segura de evitar a ruína. Mas ela não irrompia sôbre um plano superior pois faltava às doutrinas políticas de não agressão um elemento de dinamismo que sòmente mais tarde as doutrinas econômicas de expansão deveriam produzir.

A vontade dos membros da Liga das Nações de criar um plano internacional estático repousando sôbre o instinto de sobrevivência dos povos e a cooperação de seus Governos soberanos não resistiu à tentação de alguns de, mais uma vez, *tentar o prêmio da conquista* em 1939.

Com efeito, podemos adiantar que esta *tentação continuará sendo uma idéia provável da política mundial enquanto a posse de riquezas mantiver um caráter nacional.* Enquanto o acesso aos recursos naturais indispensáveis à defesa e à

economia de um país não estiver garantido, jamais estará a paz assegurada, ou seja, nenhum acôrdo comercial, nenhum pacto de aliança oferecem a tôdas as economias nacionais a certeza absoluta de suprimentos externos necessários à criação e manutenção de suas indústrias. E não será nenhum livre cambismo que dará a impressão de estar plantado tão sòlidamente a ponto de nossos países comprometerem separadamente sua produção em favor da interdependência. *Portanto, as desconfianças nacionalistas são justificadas.* Um bom Govêrno deve-se esforçar para controlar de modo mais ou menos direto e agressivo os mercados externos de onde se supre ou para onde envia seus produtos.

Imaginemos agora que um belo dia um dêstes bons Governos, em vez de procurar solucionar o problema como êle se apresenta, proponha que se mude o problema em si. E que, inicialmente e com os vizinhos mais próximos, não fale mais em mercado externo, tratados de comércio, compensações, *dumping*, ameaças de represálias; e que tôdas estas idéias sejam substituídas por *uma de propriedade comum acessível a todos, sem distinção de nacionalidade?* Logo desapareceriam entre êstes países os conflitos econômicos, principal motivo das guerras, assim como os próprios meios de fazer a guerra.

Foi o que aconteceu em 1950, de modo ao mesmo tempo simples e surpreendente, quando o Govêrno francês propôs a Comunidade Européia do Aço e do Carvão. Atacavam-se as raízes do nacionalismo com uma proposta assim: não mais seria possível materialmente, não mais haveria motivo justo, que países se aniquilassem pela posse do carvão e do aço utilizando armas forjadas com aquêle mesmo carvão e aquêle mesmo aço.

O Plano Schuman era portanto mais que um símbolo: êle neutralizava a fogueira de onde nasceram os maiores incêndios mundiais nos últimos 50 anos. Criava ao mesmo tempo ligações indissolúveis. Oferecia um campo enorme para experiências.

Embora com o seu prestígio eclipsado pelo do Mercado Comum, a Comunidade do Carvão e do Aço prossegue hoje em sua missão no terreno destas duas grandes indústrias de base. Permanece como a empreitada, a mais audaciosa, da qual os estadistas europeus assumiram as maiores responsabilidades políticas da época moderna, pois ela não é um movimento impôsto, como a descolonização, e sim o resultado de um esfôrço de imaginação e vontade.

Na revolução européia, com efeito, o aspecto negativo é secundário, acentuando-se o aspecto construtivo. Não se trata de banir a guerra, mas talvez de torná-la inútil, substituindo-se uma situação de divisão por uma de interêsse comum. Não só se suprime as barreiras alfandegárias, como se institui uma política comum. O nacionalismo não é destruído; é superado. Por isto o Plano Schuman provocou um impulso de esperança de melhores dias, numa época em que os europeus novamente começavam a descrer de tôdas as fórmulas propostas para estabelecer a paz.

O que rezava a declaração de 9 de maio de 1950?

> "A contribuição que uma Europa organizada e pujante possa trazer à civilização é indispensável à manutenção de relações pacíficas. A Europa não se fará em um dia, nem se construirá de improviso: far-se-á por fôrça de realizações concretas, criando primeiramente uma solidariedade de fato."

Estas frases têm hoje um relêvo extraordinário: vemos hoje uma Europa efetivamente organizada e pujante, pujante porquanto organizada. Mas esta organização começou modestamente — em comparação com os planos ambiciosos de federação universal, e pragmàticamente, se a opomos aos grandes projetos políticos anteriores.

O segrêdo do seu sucesso é, sem dúvida, a sua originalidade. A criação, primeiro, de uma solidariedade de fato era necessária por três motivos: se tivesse sucesso, asseguraria um início de fusão econômica; a seguir, serviria de modêlo;

e, por fim, nivelando os feitos, provocaria um mínimo de conflitos ideológicos.

A grande idéia de Jean Monnet inventor da Comunidade Européia, é que para modificar os homens é necessário começar por mudar o seu campo de ação. Atacar-se o nacionalismo como tal é inócuo. Mas se se consegue aumentar o campo nacional, fazer caducar as instituições econômicas e as instituições nacionais, tira-se a razão de ser de uma ideologia que se enche de fôrça se fôr atacada frontalmente.

Històricamente, qual foi a razão do sucesso dêste método pragmático contra o nacionalismo? Podia encontrar dois empecilhos: de um lado o temor de que não estivesse à altura da grande inquietação dos povos. Entre o fim: a paz mundial e os meios: um *pool* de carvão e aço, era muito grande a desproporção à primeira vista. Mas havia outro aspecto que se tornou primordial: a reconciliação franco-alemã, na qual a opinião popular depositava esperanças. Por outro lado, a maneira de abordar o problema econômicamente trazia o risco de provocar forte oposição nos setores escolhidos para a experiência. Esta oposição manifestou-se, e entre 1950 e 1954 foi possível medir o poder de resistência do nacionalismo industrial.

Certos observadores afirmaram que esta forma de nacionalismo tinha sido, de longa data, a mais perigosa. Continha tôdas as outras, e delas se utilizava. Será muito interessante algum dia estudar-se detalhadamente os meios por ela empregados para pôr em xeque a construção européia. Limitar-nos-emos aqui a examinar por que e como a indústria que hoje é o motor da unificação, dez anos atrás foi o seu freio.

As indústrias do carvão e do aço, sobretudo esta última, também tiveram que enfrentar as inconveniências do nacionalismo depois de mais de cinqüenta anos. Enfrentaram-no porém em seu próprio interêsse, e por meios secretos. No setor das indústrias de base, a criação de cartéis era a resposta à necessidade de limitar os efeitos da guerra comercial entre as nações. Os industriais do aço, por conta própria,

puseram em ação, e com mais eficiência, o sistema de alianças políticas dos diplomatas, ajuntando-lhe ainda um certo grau de supranacionalidade, porquanto aceitavam restrições de soberania na escolha de produtos e mercados e também a arbitragem de jurisdições corporativas internacionais. Mas era evidente a fragilidade desta organização. Seu caráter puramente defensivo e egoísta, sua ausência total de legitimidade, para não dizermos ilegalidade, causavam sua paralização no momento em que o mercado se mostrava tenso.

Para fazer face à mesma situação econômica, a Comunidade do Carvão e do Aço apoiou-se nos métodos dos cartéis. A regulamentação do mercado foi confiada a instituições controladas democràticamente, sem ligações com interêsses privados e com os governos nacionais. Os governos que tiveram a iniciativa do projeto prepararam as transferências de jurisdição e submeteram-nas a votação pelo Parlamento: o Tratado de Paris foi ratificado, criando o Alto Comando como órgão executivo, a Assembléia parlamentar, a Côrte de Justiça e o Conselho de Ministros.

Em todo êste sistema, sòmente o interêsse geral é levado em consideração. O interêsse comunal manifesta-se no Alto Comando, na Assembléia e na Côrte, compostos de homens independentes, e de várias nacionalidades. O interêsse nacional manifesta-se no Conselho de Ministros. Como em qualquer corporação política, o interêsse particular está subordinado ao da coletividade.

Não é de admirar que os industriais se julgassem ameaçados por esta ausência de poder sôbre a conduta política de seus próprios negócios. Para melhor defender sua causa, invocaram, não o princípio da livre iniciativa, que a Comunidade não punha em dúvida, mas o da soberania nacional.

Tiveram pouca repercussão na opinião européia enquanto defenderam a continuação das situações existentes na esfera econômica: proteções alfandegárias e incidentais, duplos preços, acordos bilaterais, mesmo porque estas práticas estavam ligadas à idéia de poder e segurança nacionais. Ficou desde

então evidenciado que o mito das fronteiras e da posse nacional de recursos não tinham mais valor na Europa. Pelo contrário, foi recebida com agrado a perspectiva de posse e administração comuns dos bens de seis países, e isto apesar de custosas campanhas públicas feitas pelas indústrias.

Estas campanhas tivera muma influência talvez decisiva, quando o progresso da construção européia se encaminhou para o projeto de um exército europeu baseado no mesmo princípio de integração de fôrças. Foi então que se localizou e se pôde medir a solidez da linha de resistência do nacionalismo. O problema só surgiu com intensidade na França, único país europeu com um grande exército chamado a integrar-se na Comunidade de defesa. A aliança das extremas esquerdista e direitista permitiu que se fizesse um apêlo aos sentimentos patrióticos, e influências poderosas na Câmara obstruíram o projeto em 1954. É verdade que a opinião popular não estava suficientemente preparada para um tão brutal rompimento da tradição nacional: o país encontrou-se dividido, pelo menos enquanto a questão foi colocada em têrmos sentimentais, dramatizando-se suas conseqüências. Declarando: "O exército europeu será o fim da História da França", os grandes conservadores fizeram pender a balança para o seu lado.

A rejeição da Comunidade Européia de Defesa não serviu para pôr novamente em pauta a primeira Comunidade, não só porque esta resultava de um tratado indissolúvel, além de já haver criado situações novas. Prova suplementar da solidez do método das "solidariedades de fato": os industriais ràpidamente se cansam de uma atitude negativa e a nostalgia não é um bom ambiente para o empreendimento. Decidiram então adaptar-se e explorar a possibilidade da concorrência aumentada e de um mercado mais amplo.

Sem perceber esta conversão, não se poderia explicar a facilidade com que foi aceita a idéia de uma "supervisão européia" no campo econômico imediatamente após a derrota sofrida pelos europeus no campo doutrinário. O Mercado Co-

mum é a seqüência lógica da Comunidade Européia do Carvão e do Aço. Sistematiza a fusão total dos recursos de seis países. O Euraton desenvolve suas fôrças comuns no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

Portanto, estas duas novas Comunidades feriam fundo o princípio de soberania nacional, ainda que a característica federal de suas instituições fôsse um pouco modificada, em comparação à da Comunidade Européia do Carvão e do Aço. A supressão total e inapelável das fronteiras, a circulação livre de todos os produtos, o livre exercício de tôdas as atividades, e as organizações comuns que produzirão efeito dentro de alguns anos não aparecem como um perigo mortal para a alma dos nossos povos. Após uma curta resistência externa, os interêsses particulares integraram-se ao sistema, e se cada um se esforçar para que êle funcione em seu benefício, todos os considerarão vantajoso e irreversível. O nacionalismo teve que aceitar grande parte da nova legitimidade européia. No momento, os seus esforços concentram-se na defesa das formas políticas de soberania nacional. Mas, também neste campo êle se excedeu e entende que a política econômica influencia uma grande porção da política social, militar e da política externa. Podemos afirmar que não existem mais na Europa adversários declarados da construção européia. As dissensões giram apenas em tôrno dos sistemas constitucionais: confederação ou federação, e das demoras na execução.

Como explicar êste retrocesso, em menos de doze anos, de uma das mais poderosas ideologias dentre as que deram forma ao continente europeu durante vários séculos? Existe uma mudança real do espírito público, ou é cabível pensar que o nacionalismo é capaz de retomar a ofensiva caso as fôrças que o combatem afrouxem sua pressão?

Pesquisas recentes feitas na Comunidade européia, e principalmente entre os jovens, mostram que não mais existe uma base sentimental ou racional para a volta das teorias nacionalistas. A grande maioria aceita a noção de que a regulamentação dos grandes problemas atuais não pode ser feita

num plano puramente nacional. Os intercâmbios culturais desenvolvem-se ràpidamente. As gerações que conheceram as guerras parecem ter sinceramente esquecido seus ressentimentos. Os outros, os mais jovens, não demonstram qualquer hostilidade ou desconfiança em relação aos seus vizinhos.

É difícil dizer se a evolução dêstes sentimentos precedeu ou seguiu a criação da Comunidade européia, ou em outras palavras, se foi causa ou conseqüência da mesma. Podemos acreditar que ela não teria dado passos tão rápidos, por maior que seja a vontade de acabar-se com as guerras, se não tivesse sido arrastada por um empreendimento audacioso e tangível, se não se tivesse agarrado a uma norma de organização.

Se não tivesse sido concebida para criar situações irreversíveis, esta norma de organização não teria resistido às fôrças inertes do nacionalismo e à sedução dos velhos hábitos históricos. É nisto que reside a profunda originalidade da Comunidade. Não há alianças que não possam ser reconsideradas nem colisões que não possam ser dissolvidas. Mas o que foi fundido materialmente não pode ser novamente separado.

Se o Mercado Comum é indissolúvel, é porque, menos por causa dos convênios em que se baseia, os empreendimentos comuns que nêle se desenvolveram e a divisão de trabalho que foi encorajada não mais permitem voltar atrás.

Êste dinamismo da integração econômica não deve fazer esquecer que o alicerce da Comunidade é institucional. O maior perigo que a Europa corre reside na enorme confiança que se quer ter na "natureza das coisas." Se as instituições não se mantivessem vigilantes, as "coisas" deixariam de ser européias, sem poder voltar a ser nacionais: encontrar-nos-íamos em um sistema não organizado de livre cambismo. Mas seria ilusão acreditar que o livre cambismo pode funcionar duradouramente sem que uma autoridade comum emita regulamentações às quais os países interessados se devem antecipadamente sujeitar.

Fora desta sistematização, não existe livre cambismo, mas sim o jôgo do comércio entre nações, produzindo bons ou maus frutos, acôrdos ou conflitos, dependendo das circunstâncias. Assim todos admitem hoje a necessidade de uma sistematização: o que a Comunidade traz como novidade, é que é uma organização alicerçada em instituições tão fortes e exigentes quanto as instituições políticas que permitiram o desenvolvimento das sociedades humanas.

Qual é a situação destas novas instituições na Europa Ocidental, qual sua *chance* de sobreviver, de manter e adquirir a legitimidade que fêz com que tivessem sucesso as instituições nacionais?

Êste problema está bem no âmago do debate que no momento agita o pensamento europeu. Todos estão de acôrdo em que a Comunidade deve daqui em diante assumir formas políticas. Outros acreditam que as instituições econômicas, criadas como foram segundo o modêlo federal — executivo, congresso, judiciário — podem ter sua jurisdição estendida aos assuntos políticos. Outros acreditam ser preciso proceder-se a uma criação nova, já que a política é de natureza específica.

A questão mais controvertida — ligada à precedente — é saber-se se o mesmo grau de integração que se mostrou ser possível para a economia, é desejável para a política. Ou, dito de outro modo: a Europa política será uma simples cooperativa, uma confederação, ou uma federação?

Para seu último embate, os nacionalistas escolheram o terreno da cooperativa política, já que tiveram que ceder o da integração econômica. Pretendem preservar para a nação direitos soberanos em assuntos de diplomacia e de defesa. Está claro que êstes direitos são ainda nacionais em grande parte, e seria difícil decidir se amanhã deixarão de sê-lo. É visível sua diminuição gradual. É provável seu desaparecimento dentro de um certo prazo. É êste prazo e esta probabilidade que os nacionalistas refutam com veemência.

Reduzido a êstes elementos tão distantes no futuro, o debate perdeu sua importância, e já se começa a ver desenhar-se o contôrno de uma situação comum, muito pragmática, *que é a da provável Europa política que se erigirá ao lado da* Europa econômica real — já consolidada. A experiência mostrará de que maneira e com que ritmo o formato da união econômica poderá ser adaptado à união política.

A questão de saber se esta organização política não sofrerá atrasos com a admissão da Inglaterra é encarada com seriedade; ninguém pode dar ainda a resposta. Mas na hipótese da Comunidade Européia vir a ter forma política, é lícito perguntar se êste conjunto não viria a apresentar as características externas de uma nação, transferindo os complexos da soberania dos velhos países para o plano continental.

Suspeitou-se o Mercado Comum de tender a instituir-se em um poder econômico autônomo, funcionando em seu único interêsse. As vantagens que se concedem mùtuamente os países signatários do Tratado de Roma, sua unidade de ação, e sobretudo o sucesso desta experiência, fazem com que nasçam sérios temores no resto do mundo. A instituição de um impôsto único nas fronteiras da Comunidade dá corpo a êstes temores.

Com tôda a segurança, a nova Europa deve provar a sua autenticidade, sob pena de ser tida como um engôdo. Como união alfandegária, deve ter uma tarifa externa. Como união econômica, deve ter uma política comum, como união de Estados, seja federação ou confederação, deve ter a sua própria diplomacia e talvez mesmo sua defesa comum. Mas tudo isto ela está decidida a fazê-lo no interêsse do mundo livre e seria uma contradição às suas próprias finalidades de paz e progresso causar danos ao desenvolvimento dos povos amigos.

A tarifa externa é baixa; já foi até mesmo diminuída desde o seu início. Novas reduções acontecerão, com a aplicação das normas do GATT com as quais estiver de acôrdo o Mercado Comum. Dá-se a maior atenção às ponderações de todos os países que se possam sentir prejudicados, seja no

plano de negociações, como as efetuadas pela Inglaterra para si mesma ou para o Império Britânico, ou ainda como as que permitem que países europeus se associem, seja no nível da associação dos países africanos, seja ainda nas negociações do tipo das que forçosamente serão iniciadas com os Estados Unidos ou com a América Latina. As fórmulas são infinitamente variadas, e se traduzem em diminuição ou supressão de direitos, garantias de escoamento de produção, contribuições para o desenvolvimento, etc.

Enfim, as portas da Comunidade estão abertas a todos aquêles que endossam seus fins econômicos e políticos e que aceitam as suas normas. Esta possibilidade interessa evidentemente apenas aos países europeus cuja Geografia e História conduzem naturalmente à constituição de uma federação. Para os outros, não exclui nenhum tipo de acôrdo.

Estas garantias podem não ser suficientes de modo a dar segurança aos países que encontram nas nações européias tal como existiam até há bem pouco tempo os associados de menor pujança de que precisam. Se a Europa se vier a tornar um "grande", um "bloco", não irá ela fazer sentir seu pêso, deixando os menores, os pequenos, ainda mais isolados? Um temor idêntico aparece nas nações recém-independentes, que se indagam dos perigos de um neocolonialismo europeu.

Na verdade, estas inquietações são objeto apenas de discussões teóricas. Não encontram eco nos homens que tiveram ocasião de ver funcionar as Comunidades. Não há traço algum de imperialismo no empreendimento de unificação européia. É possível demonstrá-lo. Aqui podemos apenas reafirmá-lo. Para dar maior pêso a essa assertiva, citaremos as palavras daquele que, sem ter qualquer função oficial na Comunidade Européia, jamais deixou de tê-la em sua mente e seus atos.

Foi em maio dêste ano que o Sr. Jean Monnet, que contribuíra grandemente para influenciar a política inglêsa num momento decisivo, pronunciou em Londres as palavras seguintes — declarando explìcitamente que a Europa não era

nenhuma nova nação em formação e que não tinha qualquer idéia oculta de dominação.

"O sistema de Comunidade, disse o Sr. Jean Monnet, é bàsicamente diferente das formas de cooperação intergovernamental do passado, as quais, pelas experiências que tivemos todos, não impediam as nações de seguir caminhos diferentes.

"Isto levou a abordar a ação comum de maneira inteiramente nova.

"No passado, as nações não se julgavam comprometidas irrevogàvelmente. Eram responsáveis apenas diante de si mesmas e não do interêsse geral. Contavam apenas com si mesmas. Se um país era muito mais poderoso que outro, as relações tinham a forma de dominação; se havia equilíbrio de fôrças, a forma de intercâmbio comercial. Êste equilíbrio era forçosamente precário, e concessões feitas num ano podiam sempre ser revogadas no ano seguinte.

"Mas, nas comunidades européias, regras comuns aplicadas por instituições comuns tornam todos responsáveis pelo bom funcionamento do conjunto da Comunidade. Foi êste método que causou uma revolução silenciosa no comportamento dos homens.

"Assim, a Europa sobrepujou o espírito de domínio que influenciava a política dos Estados havia tantos séculos. Eis aí um acontecimento de alcance mundial.

"Está claro que nações e povos que sobrepujam êste estado de espírito em suas relações recíprocas farão o mesmo em suas relações com países fora da Europa.

"Êste novo método de ação criado na Europa fêz com que um processo permanente de adaptação coletiva às novas condições, uma reação em cadeia, um fermento sempre produzindo novas mudanças tomasse o lugar dos esforços de dominação dos Estados.

"Mesmo porque há problemas que só podem ser resolvidos com os recursos comuns dos Estados Unidos e da Europa. Por exemplo, a execução de uma política de expansão contínua depende em grande parte da estabilidade monetária do Oeste. Outro exemplo é a necessidade de aumentar a ajuda do Ocidente às regiões subdesenvolvidas; no passado, como era inevitável, as nações européias tomaram, cada uma, caminhos diferentes. Mas, amanhã, agindo em conjunto, poderão trazer uma contribuição decisiva.

"Em meu pensamento, uma impressão domina tôdas as outras. É esta: a unidade da Europa não criou um tipo novo de grande potência.

"A unidade européia é o acontecimento mais importante no Ocidente depois da guerra, não porque levou à criação de uma grande potência diferente, mas porque os novos métodos institucionais por ela introduzidos modificam de maneira permanente as relações entre os homens e as nações.

"A natureza humana não muda, mas quando as nações e os homens aceitam as mesmas regras e as mesmas instituições cuja aplicação garantem, então sim, muda a sua maneira de agir em face uns dos outros. E isto é o próprio processo da civilização."

* * *

THE EUROPEAN INTEGRATION AND THE RETROCESSION OF NATIONALISM

Though recognising the important historical role played by nationalism, in the organization of human societies, the authors — Max Kohnstamm and François Fontaine, Director of the Institute, of European Community for Universitary Studies and Director of the Bureau for European Informations of European Communities, respectively — express the opinion that nations should know how to get rid of it in due time. Preceded by a brief discussion on the forma-

tion of nations, there is, next, a retrospective examination of theories concerning the subject and, finally, they get around to the highly theoretical problem of determining whether the nation should be an end in itself or transcend from its limitation in favor of international interdependence. Having observed the facts of international relations, from a realistic angle, the authors have drawn the conclusion that modern nationalism to survive has to make relevant concessions to world economic, military and technical cooperation and that, in some instances, this adjustment by many governments has been made behind a barrier of nationalistic outbursts. Getting down to the other leading topic of their work, Max Kohnastamm and François Fontaine advance that the destine of Western national principle will depend, in the last resort, on the capacity of Europeans to materialize their unification without appealing to ancient nationalistic reflexes. They state further that internationalism has, today, derived its strength from the acceptance by eminent spirits that, with modern wars, there are no more winners; the great responsibility for the Second World War, in their mind, lies, however, rather with an inadequate internationalism than with nationalism. Affirming that power politics will be the dominant tone, in the international sphere, as long as the conception of material resources, with a national character, prevail, he welcomes as the initial materializing steps of an ideal, first the European Community of Steel and Coal, and, secondly, as a logical consequence of the former, the European Common Market. From these facts, the authors infer that political sovereignty has given way to economic integration, through a process of a true European revolution. In other words, nationalism has not been destroyed but superseded, historically, in a time when the clash of interests has been replaced, by common objectives. Will this pragmatic approach be valid to the political area? An integrated political Europe seems to be emerging slowly from its united economy and much sympathetic to this integration movement, the authors, in concluding, try to dissipate manifested fears that a new European bloc might result, ultimately, in the danger of an European imperialism or neo-colonialism.

L'INTÉGRATION EUROPÉENNE ET LA RÉTROCESSION DU NATIONALISME.

Bien qu'en reconnaissant l'important rôle historique réprésenté par le nationalisme dans l'organisation des sociétés humaines les auteurs — Max Kohnstamm et François Fontaine, directeur de l'Institut d'Etudes Universitaires de la Communauté Européenne et directeur du Bureau Européen de Renseignements des Communautés Européenes, respectivement — expressent l'opinion que les nations devraient savoir

comme s'en débarrasesr dans le temps oportun. Précédé d'une brève discussion en rapport à la formation des nations, il vient, ensuite, l'examen rétrospectif des théories concernantes au sujet, et, finallement ils arrivent au sommet du problème théorique quand ils déterminent si la nation sera un but en elle même ou si elle transcedera de ses limitations en faveur d'interdépendances internationales. Après avoir observé les problèmes des rélations internationales d'un angle réaliste, les auteurs ont conclu que pour survivre, le nationalisme moderne devra faire des concessions importantes à l'économie mondiale, à la coopération militaire et technique et, encore, qu'en certains cas, ces concessions ont été faites par beaucoup de gouvernements après une barrière d'explosions nationalistes. En revenant à un autre point important de leur travail, Max Kohnstamm et François Fontaine ajoutent que le destin du principe national de l'Occident dépendra, en dernier recours, de la capacité des Européens en matérialiser son unification sans recourir à de vieux réflexes nationalistes. Ils exposent ensuite que, actuellement l'internationalisme dérive sa force de l'acceptation, par des esprits éminents, que dans la guerre moderne il n'aurait pas de vainqueurs; la grande responsabilité de la Second Guerre Mondiale, dans leur manière de penser, repose, cependant plutôt dans l'inadaptation internationale que dans le nationalisme. En affirmant que le pouvoir politique sera la note prédominante dans les sphères internationales, tant que la conception de recours matériaux avec un caractère national prévale, ils font de bon accueil, comme les pas initiaux pour la matérialisation d'un idéal, premièrement à la Communauté Européenne de l'Acier et du Charbon et deuxièmement, comme une conséquence logique de celle précédente au Marché Commun Européen. D'après ces faits, les auteurs concluent que la sobéranie politique a ouvert le chemin à l'intégration économique, à travers d'un procès de véritable révolution européenne. En d'autres mots, le nationalisme n'a pas été détruit mais substitué historiquement dans une époque où le choc d'intérêts a été remplacé par des objectifs communs. Cette approximation pragmatique sera-t-elle valable dans le milieu politique? Une Europe politiquement intégrée semble émerger lentement de son union économique et les auteurs, en démontrant beaucoup de sympathie par ce mouvement d'intégration, concluent, essayant de dissiper les appréhensions manifestées de qu'un nouveau bloc européen puisse résulter, définitivement, en danger d'impérialisme ou néo-colonialisme européens.

O MOVIMENTO TRABALHISTA E OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Luís Alberto Monge

À guisa de introdução, convém reafirmar certos princípios, que pelo fato de serem elementares não são menos importantes para orientar êste trabalho sôbre o movimento trabalhista latino-americano e os programas de desenvolvimento econômico.

Simpáticos ou não, os sindicatos de trabalhadores, a sua existência corresponde a um fenômeno fatal da sociedade contemporânea. Agradem ou não, os sindicatos, sua ação positiva ou negativa — segundo o caso — far-se-á sentir, de modo crescente, na vida econômica, social, cultural e política da América Latina.

A oposição mais ou menos sistemática que os grupos patronais latino-americanos fazem ao movimento sindical não poderá evitar a fatalidade de sua existência, e, em vez disso, pode desviar ou adulterar a ação dos trabalhadores, contrariando a convivência harmoniosa, indispensável à consolidação das instituições democráticas e ao êxito dos programas de desenvolvimento econômico.

Na América Latina, a maioria dos governos não tomou a sério a necessidade da programação do desenvolvimento econômico. A possibilidade de alcançar certas metas de superação continua, em boa medida, confiada ao azar ou ao milagre. Em alguns casos, onde se observa mudança de atitude a êste respeito, os planos de desenvolvimento econômico igno-

ram ou tomam em consideração só parcialmente os fatôres sociais e humanos. Como reflexo desta falha não se está dando nenhuma participação ao movimento trabalhista na concepção e execução de tais planos.

O subdesenvolvimento econômico dos nossos países constitui um obstáculo natural para a consolidação de organizações sindicais e cooperativas fortes. O subdesenvolvimento não se pode superar sem mudanças estruturais profundas na organização econômico-social latino-americana. Essas mudanças não poderão ser alcançadas plenamente e sobretudo com a celeridade necessária sem organizações sindicais e cooperativas fortes que com as suas pressões estabeleçam os equilíbrios econômicos, sociais e políticos adequados.

A possibilidade e a necessidade de contar com sindicatos fortes, de orientação democrática, e responsáveis, que contribuam para romper o círculo vicioso assinalado anteriormente, estão ligadas à possibilidade e à necessidade de vencer os obstáculos e resistências que se oferecem ao processo das transformações estruturais, única via segura para lograr um crescimento econômico rápido e são.

Os sindicatos fracos, ou de orientação demagógica, ou sob influência totalitária, ou submetidos a interêsses estrangeiros, não estão capacitados a oferecer uma contribuição construtiva para os programas de desenvolvimento econômico. Por conseguinte, é uma responsabilidade comum a trabalhadores e patrões, a governantes e governados, procurar o fortalecimento de sindicatos democráticos, independentes e responsáveis.

As mudanças estruturais e o fortalecimento do sindicalismo idôneo, indispensáveis a um crescimento econômico sadio, não dependem exclusivamente de fatôres intralatino-americanos, senão também de outros fatôres internacionais como são as relações de intercâmbio dos "países pobres" com os "países ricos". As soluções eventuais dos problemas que se apresentam em planos que rebaixam a esfera latino-ame-

ricana deveriam coordenar-se com a política preconizada por entidades operárias internacionais sérias, como a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), a Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e a Confederação de Sindicatos Cristãos (CISC), assim como com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) das Nações Unidas.

II

Seria mais correto falar dos movimentos sindicais latino-americanos no plural. Por sua estrutura, por seus matizes programáticos, por sua consistência, por suas realizações e até por sua história, o panorama sindical latino-americano oferece grandes diferenças de um país para o outro, e até de uma região para outra no mesmo país.

O do México tem uma personalidade singular. O dos países do Rio da Prata, características próprias. O do Brasil uma fisionomia diferente da dos demais países latino-americanos. A América Central apresenta um mosaico difuso dos movimentos sindicais, com afinidades no negativo.

Em alguns centros industriais consolidaram-se sindicatos de certa importância, enquanto nas zonas agrícolas, são de pouca ou nenhuma importância. Êste fato é grave, se tivermos presente que uma proporção considerável da população econômicamente ativa trabalha nas atividades agropecuárias (57%). O camponês vive nas piores condições e os sindicatos geralmente têm-se mostrado incapazes de forçar uma mudança da situação.

Em têrmos gerais, o sindicalismo latino-americano — salvo exceções — é intrìnsecamente débil e também devido às dissenções internas e à extorsão das tendências demagógicas e comunizantes. Por si mesmo não está em condições de forçar as reformas estruturais necessárias para lograr um

rápido desenvolvimento econômico. Necessita da intervenção de fatôres políticos que coadjuvem nessa tarefa, porque são fatôres políticos, originados em interêsses econômicos, os que determinam as maiores resistências e obstáculos às mudanças reclamadas com insistência.

As estatísticas sôbre filiação sindical latino-americana são incompletas e imperfeitas. A Organização Interamericana de Trabalhadores (ORIT) dá algumas que poderiam servir de referência. A Confederação de Trabalhadores da América Latina (CTAL), de orientação russa, dá outras, de marcada côr propagandística que só podem ser aceitas pelos comunistas obrigados a crer no contrário do que vêem.

Sempre com finalidade de referência e admitindo que devemos dar uma validade relativa às cifras, reproduzo uma estatística sôbre filiação sindical consignada em um artigo do Dr. Robert J. Alexander, publicado na revista *Política* da Venezuela (N.º 16, junho-julho, 1961):

FILIADOS AOS SINDICATOS

Argentina	2.500.000
Bolívia	100.000
Brasil	1.000.000
Colômbia	150.000
Costa Rica	25.000
Cuba	800.000
Chile	300.000
Equador	75.000
El Salvador	25.000
Guatemala	15.000
Honduras	25.000
México	1.000.000
Panamá	15.000
Peru	200.000
Uruguai	75.000
Venezuela	250.000
TOTAL	6.555.000

Calculada a população econômicamente ativa em 60 milhões, obtemos a indicação decepcionante de que quase nem 10% dela se encontra agrupada nos sindicatos. Além disso, e tendo em vista uma colaboração construtiva nos programas de desenvolvimento, devem ser subtraídos dêsses dados os grupos de orientação demagógica e sob influência comunista. Por outro lado, essas finalidades construtivas são ainda mais limitadas pela circunstância de que os quadros dirigentes dispõem de poucos elementos familiarizados com os problemas técnicos, administrativos, sociais e políticos do desenvolvimento econômico.

A atitude anti-sindical de alguns governos e de certos setores patronais, que se manifesta negando participação aos sindicatos nos organismos encarregados da programação econômica, talvez recorra a essas amargas verdades para justificar-se. Os sindicatos e os seus dirigentes nunca estarão em condições de prestar uma contribuição positiva, enquanto não se familiarizarem com os organismos e as políticas orientadoras do crescimento econômico. Alegar que não são tomados em consideração porque não entendem nada do assunto, além de injusto, é tão torpe como pretender que alguém aprenda a nadar numa banheira.

Estas afirmações tão cruas não são pessimistas, senão realistas. Tampouco negam que, em alguns países, o movimento sindical já alcançou certa fôrça e poderia gravitar mais decisivamente nos programas de desenvolvimento econômico.

Apesar das diferenças marcantes entre os movimentos sindicais da América Latina, existem inegáveis pontos de contacto doutrinário e sobretudo planos de coincidência na responsabilidade comum, determinada pelos desafios que todo sindicato honesto e democrático enfrenta na América de hoje. Sòmente saindo airosamente dessas provocações, poderá o movimento sindical julgar de seu papel no presente e no futuro dos nossos povos. E o êxito do movimento sindical em face dêsses reptos não depende exclusivamente dêle, mas tam-

bém da compreensão e coordenação de ações que se possa realizar com as fôrças político-democráticas sadias do Continente. Presentemente, essa coordenação e essa compreensão deixam muito a desejar.

Os principais desafios às fôrças sindicais e políticas honestas são: 1) A realidade econômico-social, característica dos países subdesenvolvidos; 2) As fôrças minoritárias que acham possível a superação da realidade econômico-social, conservando elas seus privilégios, em detrimento das maiorias; 3) As fôrças minoritárias que oferecem falsas soluções por via totalitária e violenta, como é o caso dos comunistas; 4) O imperativo de conseguir um entendimento sôbre bases justas e equitativas, entre "países pobres" e "países ricos".

III

Quanto ao primeiro desafio, algumas cifras podem dar idéia dos gravíssimos e explosivos problemas que caracterizam a realidade latino-americana.

Um crescimento demográfico rápido de 2,5% contrapondo-se a um retrocesso da produção por habitante. Em 1955 e 1956, o crescimento do produto por habitante foi de 3,6% e 1,8%, respectivamente, e, em 1958 e 1959 foi de 1,3% e 0,3 %, respectivamente.

Calcula-se que para 1957 a América Latina terá 303 milhões de habitantes e necessitará de criar 42 milhões de empregos novos em relação aos que foram necessários para o ano de 1960. A população urbana cresceu de 53,6 milhões em 1945 para 76,4 milhões em 1955. A taxa de industrialização foi inferior à de urbanização.

Cêrca de 100 milhões de latino-americanos dos 192 que perfazem o total da população das 20 Repúblicas são analfabetos. 15 milhões de crianças encontram-se fora do sistema escolar. Para que essas crianças possam receber instrução, é necessário construir 500 000 salas de aula a um custo de

1.500 milhões de dólares, com um gasto de operação de 600 milhões de dólares por ano. Atualmente gastam-se 1.000 milhões de dólares para manter os serviços educativos existentes.

Agora mesmo é necessário duplicar, triplicar e até quadruplicar conforme o caso, as disponibilidades de mão-de-obra qualificada e de engenheiros e técnicos. Contamos com 16 000 engenheiros agrônomos e são necessários no mínimo 42 000. As instituições de ensino superior e técnico não podem atender essa demanda peremptória [1]. Convém indicar que sòmente nos institutos de ensino superior e técnico da U.R.S.S., estudam cêrca de 8 000 estudantes provenientes da África e da América Latina. A "Universidade para a Amizade dos Povos" que abriu suas portas em Moscou, há apenas 10 anos, ofereceu 500 bôlsas a estudantes da Ásia, África e da América Latina. Atualmente empreendem estudos nessa instituição 130 latino-americanos [2].

Uns 50% da nossa população considera-se insuficientemente alimentada. Dispõem-se de 54 médicos para cada mil habitantes. Nos Estados Unidos da América 135 para igual número de habitantes.

O *deficit* de habitação é alarmante. Os latino-americanos que não têm casa ou que habitam casas sem as mais elementares condições de salubridade e comodidade constituem uma massa de vários milhões, ainda não determinada com precisão.

Os exércitos latino-americanos que não prestam nenhum serviço econômico e quando muito subtraem mão-de-obra do processo produtivo não representariam nenhuma fôrça defensiva real em caso de guerra e, além disso, consomem mais de 1.000 milhões de dólares dos orçamentos latino-americanos. Na maioria dos casos, só serviram para destruir as instituições democráticas e reprimir o desejo de justiça dos povos.

---

(1) *Revista Internacional do Trabalho*, Vol. LXIV, N.os 1-2, julho-agôsto 1961, Genebra, Suíça.

(2) Instituto de Investigações da Fundação Friedrich Ebert-Bonn.

São bastante conhecidas as cifras demonstrativas da estrutura anacrônica e antieconômica do agro-americano. A característica geral pode ser descrita assim: concentração das maiores e melhores extensões de terra em poucas mãos (latifúndios), por um lado, atomização da pequena propriedade (minifúndio) por outro, e baixa produtividade na grande como na pequena propriedade.

Há sete e meio milhões de propriedades agropecuárias, que cobrem uma superfície de 723 milhões de hectares. 1,4% dessas unidades representam 470 milhões de hectares, ou seja 65% da extensão total. 8%, representado por unidades de 100 a 1 000 hectares de extensão, abarcando 166 milhões de hectares ou seja 22% da extensão total. Do total dessas propriedades 72,6% têm menos de 20 hectares de extensão e 18% do total são propriedades entre 20 e 100 hectares [3].

Um estudo realizado em 10 países latino-americanos das propriedades agrupadas por tipo de posse revelou as seguintes médias:

Proprietários	37,65%
Arrendatários	0,57%
Ocupantes precários	26,3%
Outras formas de posse	28,8%

Os setores de menor renda na população suportam uma percentagem muito elevada dos gastos fiscais, devido à vigência de sistemas tributários injustos. Os grupos minoritários privilegiados lograram inclinar as políticas fiscais para o tributo indireto, assegurando-se assim um alto grau de impunidade para burlar os impostos diretos. Algumas cifras dar-nos-ão uma idéia clara da gravidade dêste problema.

---

(3) *Revista Internacional do Trabalho*, vol. LXIV, n.os 1-2, julho-agôsto 1961.

PERCENTAGEM DOS IMPOSTOS DIRETOS E INDIRETOS RELATIVAMENTE AO TOTAL DE IMPOSTOS EM ALGUNS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

PAÍS	*Imp. diretos* *% do total*	*Imp. indiretos* *% do total*
Argentina	48	52
Brasil	25	75
Colômbia	45	55
Costa Rica	28	72
Chile	56	44
Equador	21	79
El Salvador	39	61
Guatemala	27	73
Honduras	24	76
México	47	53
Nicarágua	13	87
Peru	34	66
Venezuela	58	42 (*)

Com as poucas cifras transcritas, pode-se calcular a seriedade dos problemas e a incomensurável tarefa que têm a enfrentar todos aquêles que estão sinceramente interessados em salvar a Democracia na América. Uma tarefa de tal magnitude não pode ser levada a feliz têrmo sòmente pelos sindicatos, menos ainda se consideramos as limitações que padece atualmente o sindicalismo latino-americano. Apenas *uma sólida conjunção de vontades e esforços de todos os* setores sociais latino-americanos, vítimas de uma realidade econômico-social que lhes é momentâneamente adversa, relacionada com suas aspirações de melhoramento, pode salvar a América Latina do caos, prelúdio do seu ingresso no bloco de países dominados pelo comunismo totalitário.

Os operários e camponeses, organizados em sindicatos e cooperativas idôneos, as classes médias e até os grandes empresários de visão esclarecida devem fazer um esfôrço para encontrar os planos de coincidência, de onde se possa em-

---

(*) Nações Unidas, *Economic Survey of Latin América*, New York, 1957, pág. 138.

preender a batalha airosa ao descomunal repto da realidade latino-americana, assinalada pela fome, pela injustiça e pela miséria.

IV

Constituindo um segundo desafio, grupos minoritários privilegiados, que chamamos oligarquias, dominam a cena político-econômica latino-americana há mais de um século. Apoderaram-se da melhor parte da riqueza disponível. Desde começos do século perderam o sentido do momento histórico que vive a América e não se dão conta das transcendências das ameaças que pairam sôbre ela. No violento despertar de nossos povos e em seus reclamos de justiça crêem ver a ação do comunismo russo, ao invés de descobrir a reação contra seus próprios desacertos como classe dirigente. Não entendem que se os comunistas tratam de tirar proveito das circunstâncias, dentro de sua obrigação de servir ao imperialismo russo, isso não invalida, em última instância, a justeza dos anseios populares.

De início, não aceitam as reformas estruturais indispensáveis para conseguir um crescimento econômico sadio e acelerado. Quando se pede Reforma Agrária e o estabelecimento de outros mecanismos que dêem uma mais sólida e democrática base à propriedade privada, põem a bôca no mundo, afirmando que se pretende destruir o direito de propriedade. Um extremista oligarca, com elevadas responsabilidades em seu país, ousou dizer que a industrialização não convinha, porquanto atrairia os peões das propriedades e então seria necessário pagar-lhes muito bem para poder conservá-los. Outros aceitam a industrialização, mas querem pegar o trem da mesma na estação de 1890, obrigando os nossos países a repetir torpemente todos os erros de outros processos industriais, de outros países, em outras épocas. Não concordam com a idéia de possibilitar que mais amplos setores de poupanças pequenas e médias participem da propriedade das

emprêsas; também resistem às medidas protetoras dos interêsses do trabalhador e dos consumidores.

A atitude das oligarquias em face dos programas da Aliança para o Progresso é curiosa e contraditória, porém igualmente nociva. Esperam muito dinheiro de Washington, porque acham errôneamente que o dinheiro por si só acalmará a onda de reivindicações populares na América Latina. Não lhes apetece ouvir falar do fato escandaloso da evasão de capitais para bancos suíços e outras inversões fora da América Latina. Estima-se que, nos últimos 10 anos, as oligarquias latino-americanas subtraíram do processo de produção 10.000 milhões de dólares. Por ironia, é a mesma cifra destinada pela Aliança para o Progresso como ajuda para os próximos dez anos.

Quanto às reformas sociais e econômicas, recomendadas pela Aliança para o Progresso, ou as aceitam despojando-as de seu conteúdo real, ou as combatem — umas vêzes aberta e outras solapadamente — afirmando que são produtos do desconhecimento que os norte-americanos têm das nossas realidades. Durante décadas, fôrças políticas e financeiras norte-americanas apoiaram os privilégios das oligarquias. Aí então, não lhes pareceu que os norte-americanos desconhecessem a realidade latino-americana.

A Aliança para o Progresso aceitou, pelo menos teòricamente, a necessidade de estabilizar a um nível justo os principais produtos de exportação dos países latino-americanos. Sindicatos, patrões, governos e, enfim, todos os setores da América Latina concordam em que não é possível o nosso desenvolvimento acelerado e harmônico, se não se alcançar êsse objetivo. Quer dizer, sôbre êste ponto concreto não existe discrepância. Todavia, logo surge a pergunta incômoda: melhores preços e estabilização para quê e para quem? A justificativa moral para encontrar uma relação de troca mais justa e o melhoramento geral das condições de vida das maio-

rias latino-americanas. Na atualidade, a maior parte da renda proveniente das exportações latino-americanas está dominada por grupos minoritários. De tal sorte que, se não se produzem mudanças substanciais dos mecanismos de distribuição dessa renda, todo esforço estabilizador de preços só aumentará o abismo existente entre os muito pobres e os muito ricos na América Latina, com tôda uma seqüência de tensões negativas.

Estas preocupações ficam amplamente demonstradas pelas seguintes cifras, colhidas na *Revista Internacional do Trabalho*, editada pela O.N.U., Genebra, Suíça:

"Na Venezuela, cêrca da metade da renda total concentra-se nas mãos de 12% das famílias; no Chile, uma terceira parte da renda nacional é atribuída a 5% da população; na Colômbia, as cifras de 1953 mostravam que 41% da renda nacional correspondia a 5% da população; no México, em 1957, 16% da população recebem 56,5 da renda nacional e no Brasil calcula-se que 63% da renda seja obtido por 17% da população".

Tudo quanto foi dito sôbre o desafio das oligarquias às ânsias de superação e liberação latino-americanas, e muito mais que poderia ser dito, evidencia a verdade de que não haverá planos de desenvolvimento econômico sadios e harmoniosos, se não se aniquilam os preconceitos, egoísmos e torpezas oligárquicas. Enquanto não se liquidar a influência das oligarquias nos governos latino-americanos, não será possível o surgimento de um movimento sindical forte em tôda a América Latina, com capacidade para oferecer um concurso eficiente aos programas de desenvolvimento econômico e imunizadc contra as tentações totalitárias e demagógicas. A tentação demagógica e totalitária de alguns setores trabalhistas latino-americanos é resultado da falta de uma sólida educação operária, mas, em última análise e, fundamentalmente, é resultado da desesperança que produz a impotência.

V

A "construção socialista" leninista-stalinista-krucheviana tornou-se um imenso capitalismo de Estado. Êsse tipo de capitalismo não pode ser apartado das regras que Lênine descreveu em seu livro "Imperialismo: etapa superior do capitalismo", quando fêz a crítica do sistema capitalista privado que predominou nas três primeiras décadas do corrente século. Vale dizer que o capitalismo de Estado implantado na U.R.S.S., em sua etapa de superior desenvolvimento, também se tornou fatalmente imperialista. A U.R.S.S. representa hoje um agressivo imperialismo econômico, político e militar. E o imperialismo comunista nem sequer sofreu o desgaste e acomodamento a que, cedo ou tarde, se submeterão os povos onde domina. Os povos fracos da Ásia, da África e da América Latina têm por mais de um século de luta enfrentado as tendências imperialistas que surgiram do seio das potências do Ocidente. Essa luta, entretanto, ainda não conseguiu o objetivo ideal de alcançar um entendimento sôbre bases justas entre "países pobres" e "países ricos", mas, pelo menos, produziu reajustes alentadores e marcou um deslindamento necessário das relações entre fôrças imperiais e fôrças democráticas. A agressividade e brutalidade do imperialismo russo contemporâneo corresponde a etapas superadas nas relações entre fortes e fracos, de áreas fora da dominação do comunismo marxista-leninista. Dessas diferenças entre os dois imperialismos são testemunhas uma Iugoslávia com forte ajuda norte-americana apesar de seu regime comunista; uma Cuba, que para receber ajuda comunista teve que se submeter em têrmos absolutos à dominação russa e chinesa; umas democracias, como as nórdicas e a de Israel, que apesar das suas espetaculares realizações em benefício dos seus respectivos povos, sofrem a permanente hostilidade do comunismo, pelo delito de não se alinharem segundo os ditados de Moscou e Pequim. Outro exemplo e testemunha de exceção oferece uma

Hungria massacrada, por haver intentado libertar-se do férreo imperialismo moscovita.

Pois bem, o imperialismo comunista converteu a América Latina num dos seus principais campos de conquista. Gastam-se bilhões de dólares nesta operação. Até êste momento, e salvo exceções, os meios que estão sendo utilizados para combater essa ameaça são insuficientes ou totalmente inadequados. Confiar a uma propaganda anticomunista histérica a possibilidade de salvar a América Latina das garras dos totalitarismos é um êrro que nos pode lançar no abismo muito antes do que imaginamos. Essa técnica de propaganda foi possìvelmente bem sucedida para obrigar o povo a comprar Coca-Cola. Mas no caso da penetração comunista, a complexidade dos fatôres e muitos imponderáveis políticos e sociais podem produzir enganosos êxitos momentâneos e às vêzes reações contraproducentes à causa democrática.

Ao mesmo tempo em que se fortalece o trabalho educativo sério, especialmente no campo da formação dos líderes políticos e sindicais, deve-se procurar a raiz mesma das enfermidades econômico-sociais que açoitam as maiorias latino-americanas. Algumas dessas enfermidades mais importantes, quisemos sublinhá-las com as cifras apresentadas neste trabalho.

Não deve haver a menor dúvida de que se a luta se delineia entre setores oligárquicos e sindicatos comunistas, êstes ganharão a batalha. Não deve haver a menor dúvida de que se a luta se reduz aos governos oligárquicos e oligarquizantes de um lado, e, às fôrças controladas ou influenciadas pelo comunismo marxista-leninista de outro, a América Latina, em tal caso, não teria salvação.

Com critério realista, devemos aceitar que a miséria e a injustiça social prevalecentes na América Latina jogam a favor da estratégia comunista. Com igual critério realista, devemos aceitar que os movimentos táticos do comunismo têm sido lógicos e em muitos casos bem sucedidos.

Vejamos dois exemplos sòmente. O comunismo deu os seus votos aos grupos oligárquicos, especialmente quando guiados por elementos demagogos. Do mesmo modo, deram sua colaboração a êsses grupos, em sua luta contra os sindicatos e os partidos genuìnamente democráticos. Esta tática parece contraditória, se se leva em conta que existem fortes discrepâncias doutrinárias e estratégicas entre comunistas e oligarcas. Porém, se situamos as coisas no plano onde se trava a luta pelo poder na América Latina, então essa colaboração entre comunistas e oligarcas resulta — ou pelo menos resultava — perfeitamente lógica. As oligarquias, dentro da sua lógica, consideram que os comunistas são grupos minoritários, desajustados à nossa realidade e que não têm possibilidade de lhes arrebatar o poder. O perigo para o poder que detêm reside nos sindicatos e partidos democráticos, que podem, em dado momento, obter suficiente apoio popular para conquistar c poder. Os comunistas consideram, por sua vez, que as oligarquias estão desprestigiadas como classe governante perante as massas. Tanto mais permaneçam detendo o poder político e econômico, tanto mais fácil será provocar a chamada revolução comunista. Conseqüentemente, os comunistas não consideram as oligarquias um obstáculo em sua estratégia para assenhorear-se da América Latina; muito pelo contrário, o desprestígio dessas oligarquias é um elemento que joga a seu favor. Isto explica porque tantas vêzes se têm entendido, tácita ou expressamente, os oligarcas e os comunistas. Talvez que, depois de Cuba cair sob o regime comunista, alguns oligarcas comecem a dar-se conta do caráter perigosamente suicida dessa colaboração criminosa.

Os comunistas propõem insistentemente a unidade sindical com grupos democráticos; e a aliança eleitoral com partidos democráticos. Falam da necessidade de superar diferenças doutrinárias e partidárias, à procura da unidade de ação para libertar os nossos povos. Se os sindicatos e os partidos repelirem essa unidade, os comunistas esperam, pelo menos, impressionar alguns aderentes a êsses organismos e

utilizá-los como fôrça dissidente. Se os sindicatos e os partidos caem na cilada da unidade comunista está demonstrado que dessa coalisão nunca as fôrças democráticas obtiveram vantagem e sempre os comunistas saíram lucrando. O comunismo experimentou em tôdas as latitudes a tática da unidade: se através dela consegue controlar os organismos sindicais e políticos, magnífico; e se tal coisa não é possível, serve para penetração nos ditos organismos, desprestigiando--os assim.

Em face da experiência cubana e das novas circunstâncias que a dominação comunista em Cuba criou, o comunismo lançou-se em cheio a aplicar uma nova tática. Referimo-nos à tática de aproveitar a natureza psicopática e a frustração de alguns líderes.

Os esforços falidos em prol do melhoramento, a sensação de impotência dos que sofrem injustiças, a repressão de anseios que se consideram justos, produziram um estado de frustração em largos círculos das massas latino-americanas. Alguns dirigentes sindicais e políticos não puderam furtar-se a êsse fenômeno e a sua personalidade e a sua atitude são um fiel reflexo dessa frustração das massas. Surgiu um tipo de dirigente frustrado e com definidas características psicopáticas. Apesar dêsses desequilíbrios emocionais — ou talvez precisamente por causa dêsses desequilíbrios mesmos — oferece facêtas muito atraentes para a massa. É megalômano e espetacularmente histriônico. Não conduz, antes se deixa levar pela exaltação das piores paixões que se agitam no subterrâneo da política latino-americana. Êsses líderes são, se se pode usar a expressão, manifestações de uma esquisofrenia política.

Pois bem, o comunismo anda desesperado buscando êsse tipo de dirigente. É o homem que vai servir, magnìficamente, na atual etapa tática do comunismo. Podemos estar certos de que já descobriram pelo menos um dirigente importante dessas características, em cada país. Estão muito satisfeitos

com esta tática em Cuba e não vêem por que não possa ter êxito no Peru, na Venezuela e outros países.

Resumindo o conteúdo do quarto desafio temos que a batalha em face ao desafio do comunismo e dos totalitarismos em geral deve-se dar, simultâneamente, em três frentes:

a) Destruir a resistência oligárquica às reformas estruturais que permitirão uma superação dos estados de miséria e injustiça prevalentes;

b) Uma intensa e sólida formação doutrinária e ética da liderança político-sindical latino-americana e

c) Uma luta cerrada contra as causas da frustração das massas latino-americanas e do isolamento dos líderes que são produto dessa frustração.

VI

Existe uma comunicação espiritual indiscutível entre tôdas as nações que aceitam como essencial à natureza humana o sentido da liberdade e da dignidade. Contudo, êsse nobre sentido não conseguiu evitar que no seio dessas nações se desencadeiem fôrças contrárias à conveniência dentro da justiça e da liberdade.

Aceitando o quarto desafio, não nos devemos enganar, ocultando a existência real de fortes diferenças entre os países subdesenvolvidos ou "países pobres" do Ocidente e os países industrializados ou "países ricos". Há um fio cultural de união, mas cada dia se torna mais débil, em face das contradições que caracterizam a relação entre uns e outros países.

O atual sistema de relações está muito longe de ser justo e eqüitativo. Assinalaremos duas áreas importantes, onde são necessários e urgentes o reajuste e o entendimento.

Os países latino-americanos, para realizar reformas estruturais importantes e alcançar um ritmo acelerado de de-

senvolvimento, necessitam uma taxa de investimento muito mais elevada do que a atual. Os recursos suplementares para conseguir êsse objetivo terão que ser encontrados inevitàvelmente fora da América Latina e especialmente nos Estados Unidos da América.

Até êste momento, pensou-se que os recursos mais apropriados para êsse objetivo são os investimentos privados diretos. Nossa opinião honesta é de que os benefícios dêsse tipo de inversão na etapa de subdesenvolvimento que atravessa a maioria dos países latino-americanos são relativos e em alguns casos inexistentes.

O investimento direto norte-americano na América Latina era de 7.408 milhões de dólares, no ano de 1956. Seria interessante conhecer as somas que saíram da América Latina à guisa de juros e dividendos correspondentes ao dito investimento. Só assim poderíamos saber se êsse investimento foi um bom negócio para os nossos países.

A experiência poderia demonstrar que, dentro das condições em que se operou o investimento direto, êste não se enquadra bem dentro dos planos integrais de um sadio e harmonioso desenvolvimento econômico, e, em medida considerável, significou sucção de riqueza latino-americana.

Urge que se produza uma reforma radical nas relações entre os nossos países e os investidores privados, tanto na ordem das relações trabalhistas, como no que se refere à justa participação no negócio e no geral, pelo que respeita às condições de operação. De outro modo, o investidor privado ao invés de ajudar, como talvez seja sua intenção honesta em alguns casos, prejudicará o nosso desenvolvimento.

Todos os empréstimos, doações e investimentos diretos que possam fazer os países industriais à América Latina não conseguirão jamais compensar os efeitos catastróficos que tem em nossas economias a relação de intercâmbio injusto que prevalece na atualidade. Tôdas as boas idéias da Aliança para o Progresso estão condenadas ao fracasso, se não se

chegar a uma solução dêste problema, resumido na conhecida frase de que "compramos caro e vendemos barato."

Devido à crescente deterioração na relação de preços do intercâmbio, a América Latina recebeu no ano 1959, 1.700 milhões de dólares menos do que teria podido esperar a preços constantes. Que tipo de ajuda pode compensar essa perda anual?

Na suposição muito otimista de que se poderia coroar de êxito operações isoladas para vencer as resistências oligárquicas às reformas estruturais e para liquidar a penetração do imperialismo comunista, não existe possibilidade alguma de desenvolvimento econômico para lograr um crescimento rápido, se não se encontra um plano de relações justas entre países fortes e países fracos. E sòmente nesse plano é que a democracia pode reunir as fôrças necessárias para derrotar o totalitarismo.

VII

Em resumo, repitamos que o crescimento econômico não será possível, se as fôrças sindicais e políticas democráticas não saírem airosamente dos quatro desafios mencionados. E as possibilidades de êxito repousarão em boa parte no tipo de liderança político-sindical que forjemos.

Há responsabilidades nesta guerra de sobrevivência democrática que competem diretamente aos sindicatos e aos partidos. A afirmação de princípios éticos e doutrinários. A eficiência da ação sindical e política. O estabelecimento de relações harmoniosas, porém ao mesmo tempo de respeito estrito, entre sindicato e partido. E a adequada educação política e sindical, são tarefas cuja realização corresponde, em primeiro lugar, aos sindicatos e partidos democráticos responsáveis.

Essas tarefas não têm sido nem estão sendo cumpridas satisfatòriamente. Recuperar o tempo perdido neste terreno

será fundamental para o êxito dos programas de desenvolvimento econômico e para o resgate das instituições democráticas.

Os países sob domínio comunista têm funcionando, desde há muitos anos, instituições suficientes para em conjunto capacitar anualmente centenas de líderes sindicais e políticos latino-americanos. Os democratas, devemos conformar-nos por enquanto, em formar umas poucas dezenas por ano.

Na América Latina, com exceção de alguns esforços isolados de uns poucos partidos e Faculdades universitárias, a formação e habilitação da liderança política têm sido abandonadas. A êste respeito, os trabalhos começados há dois anos pelo Instituto Interamericano de Educação Política, de Costa Rica, sob patrocínio de vários partidos e instituições democráticas marcam um signo alentador.

No campo sindical, as centrais nacionais realizaram meritórios esforços em prol da educação operária. Os organismos operários internacionais também têm mostrado uma crescente atividade educativa. A OIT e a UNESCO têm colaborado igualmente para satisfação desta necessidade, ainda que timidamente. O Instituto de Relações Trabalhistas da Universidade de Pôrto Rico tem dado valiosas contribuições para a formação de dirigentes sindicais na América Latina.

Por mais meritório e elogiável que seja quanto se tenha realizado no campo da educação operária, continuamos pensando que resulta numa "gôta de água no deserto", se se tem presente o volume das necessidades insatisfeitas e acumuladas.

Recentemente iniciaram suas atividades dois institutos que enchem o espírito de esperança. Referimo-nos ao Instituto Interamericano de Altos Estudos Sindicais, que funciona no México sob o patrocínio da OIT e ao Instituto Americano para o Desenvolvimento Sindical Livre, que funciona em Washington D.C., sob o patrocínio do movimento operário norte-americano e a Aliança para o Progresso. Ainda que estas instituições tenham chegado tarde com o seu auxílio

às fôrças sindicais democráticas, bem diz o adágio que "antes tarde do que nunca".

Devemos unir, coordenar e redobrar esforços neste campo vital da educação política e sindical e da formação da liderança latino-americana. Não é uma tarefa fácil a que têm pela frente as fôrças democráticas no Continente Americano. Confiamos em que a sabedoria e vontade dessas fôrças nos permitirão salvar as bandeiras da Justiça, da Liberdade e da Paz. Nenhum problema, por mais grave que seja, nenhum obstáculo por maior que seja nos fará supor que a nossa causa está perdida.

* * *

THE LABOR MOVEMENT AND THE DEVELOPMENT OF ECONOMIC PROGRAMS

To the author, Luiz Alberto Monge, a member of the Legislative Assembly of Costa Rica, Latin-American socio-economic problems center around four major challenges: 1) — the material subhuman conditions under which large segments of the populations are obliged to live; 2) — — the minority groups which feel inclined to act as if such conditions could be fought successfully by maintaining the *statu quo* and, consequently, their privileges; 3) — the false solutions offered to the masses by monority forces, through a violent and totalitarian process, as in the case of communists, for instance; 4) — the imperative necessity of accomplishing a fair understanding between poor and rich countries. Examining in detail each of these items, and referring to a great number of unsolved Latin-American problems, such as shortage of houses, unjust system of taxes, uneconomic function of armies and large properties, it is to the resistance to change, manifested by the so called oligarchies, that the author devotes his special attention; these oligarchies pretend to see in the violent uprisings of the masses and in their bid for social justice, the Russian communism; these minority groups lost, in his opinion, the sense of the historical moment Latin America is going through; but, whether or not the communists try to take advantage of the revolutionary process it is a thing that has nothing to do with the deep causes for the people's revolt. This also explains why these minorities expect all the money from Washington, in the illusion themselves to appease social unrest with these financial resources, while forgetting, at the same time, that a big flow of Latin-American capitals has fled away to the United

States and European countries. Consistent with their previous position, these groups have gone as far as antagonizing the reforms considered necessary by the "Alliance for Progress" or, apparently accepting them but, in reality, emptying them from their real content. And this only contributes to make the picture darker, if taken into consideration that communist imperalism has made Latin America into a formidable basis for operation; it is a tremendous mistake, however, to cope with this impending threat by using a hysterical anticommunist propaganda, by methods more adequate perhaps to ensure the prestige of Coca-Cola in the region. Mr. Luiz Alberto Monge further remarks that the much discussed disagreement between communism and oligarchies will vanish, if carefully studied, giving place to an implicit understanding, in which each part tries to use the other in its respective tactical manoeuvers. And, finally, though pointing out that the benefits derived from American private investments have been much limited in Latin America, the author recongises that to carry out important structural reforms Latin America will need a higher rate of investment from abroad than the prevailing these days and that such capitals will have to be provided especially by the United States.

LE MOUVEMENT OUVRIER ET LES PROGRAMMES DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE.

Pour l'auteur, Luís Alberto Monge, membre de l'Assemblée Législative de Costa Rica, les problèmes social-économiques de l'Amérique Latine, marchent autour de quatre défis; 1) — les conditions matérielles sous-humaines sous lesquelles une grande partie des populations est obligée à vivre; 2) — les groupes minoritaires qui se sentent inclinés à agir comme si telles conditions pouvaient être bannies avec succès en se maintenant le même *statu quo* et, conséquemment, ses prévilèges; 3) — les fausses solutions offertes au peuple par une minorité de forces à travers de proccès violents et totalitaires, comme dans le cas des communistes, por exemple; 4) — la nécessité impérative de l'éxécution d'un entendement impartial entre des pays pauvres et riches. En examinant, minutieusement, chacun de ces items et en se rapportant à un grand nombre de problèmes pas solutionnés de l'Amérique Latine, tels que la déficience d'habitations, le système injuste d'impôts, la fonction anti-économique des Armées et des grandes propriétés, c'est à la résistence au changement manifestée par les oligarchies que l'auteur dispense son espéciale attention; ces oligarchies prétendent voir dans la violente rébélion du peuple et en ses invitations à la justice sociale le communisme russe; ces groupes minoritaires ont perdu, dans son opinion, le sens du moment historique que l'Amérique Latine traverse; cependant, quoique les communistes veuil-

lent tirer des avantages dans le proccès révolutionnaire, c'est une chose qui n'a rien à voir avec les causes profondes de la révolte du peuple. Il explique aussi pour quoi ces minories attendent tout l'argent de Washington dans l'illusion de pacifier l'intranquillité sociale avec ses recours financiers, en oubliant, en même temps, qu'un grand flux de capitaux latin-américains s'en est déjà allé pour les États Unis et les pays européens. D'accord avec leur position antécipée, ces groupes sont allés au point d'antagoniser les réformes considérées nécessaires par "l'Alliance pour le Progrès" ou en les acceptant apparemment, mais dans la réalité les épuisant de leur vrai contenu. Et cela contribue seulement pour rendre le tableau plus sombre si nous prenons en considération que l'impérialisme communiste a fait de l'Amérique Latine une formidable base d'opérations; c'est pourtant une illusion énorme de se mettre face à face à cette imminente ménace en utilisant l'histérique propagande anti-communiste, à travers de méthodes, peut-être plus propres à assurer le prestige de la Coca-Cola dans la région. M. Luís Alberto Monge, dernièrement, observe que le désentendement très discuté entre le communisme et les oligarchies disparaîtra si, soigneusement étudié, en donnant la place à une comprehension logique où chaque partie essaye d'utiliser l'autre en ses respectives manoeuvres tactiques. Et, finalement, en dépit d'observer que les bénéfices dérivés des investissements privés américains ont été très limités dans l'Amérique Latine, l'auteur reconnaît que pour mettre en pratique les importantes réformes d'estructure, l'Amérique Latine aura bésoin d'une plus grande quantité d'investissements étrangers que les actuels, et que tels capitaux devront être fournis espécialement par les États Unis.

DIÁRIO DOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

OUTUBRO—DEZEMBRO

Outubro

7 — Realização no Brasil de eleições para a Câmara dos Deputados, Senado Federal e para Governador, em dez Estados da Federação.

17 — Eleição do Brasil para o Conselho de Segurança da O.N.U., onde ocupará por dois anos a vaga deixada pelo Chile. Os outros países eleitos foram a Noruega, Filipinas e Marrocos, que substituíram, respectivamente, a Irlanda, a Romênia e a República Árabe Unida.

18 — Eleições na França para a Assembléia Nacional.

20 — O Concílio Ecumênico, reunido em Roma, aprova por aclamação uma mensagem dirigida a tôda a Humanidade, em favor da paz mundial e reitera os propósitos da Igreja de trabalhar pela fraternidade entre as nações e os homens.

22 — O Presidente dos Estados Unidos, Senhor John Kennedy, discursa revelando a existência de armas nucleares de poder ofensivo da União Soviética, em Cuba, e comunica a adoção das seguintes medidas pelo Govêrno dos Estados Unidos: bloqueio naval de Cuba; envio de novos contingentes militares à base de Guantânamo; convocação urgente da Organização dos Estados Americanos; denúncia da situação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

23 — O Conselho da Organização dos Estados Americanos, reunido na qualidade de Órgão de Consulta, toma as seguintes deliberações sôbre a situação cubana:

1) — Exige o desmantelamento imediato e a retirada de Cuba de todos os mísseis e outras armas de natureza ofensiva; 2) — Recomenda que todos os Estados Membros, de acôrdo com os Artigos 6 e 8 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, tomem tôdas as medidas, individual e coletivamente,

inclusive a mobilização das Fôrças Armadas, que considerem necessárias para impedir que o Govêrno de Cuba possa continuar a receber dos Governos da União Soviética e da República Popular da China ajuda militar, que represente visível ameaça à paz e à segurança do continente; 3) — Decide informar o Conselho de Segurança das Nações Unidas dessa Resolução de acôrdo com o Artigo 54 da Carta das Nações Unidas, ao mesmo tempo que expressa a esperança de que o Conselho de Segurança, de conformidade com o Projeto de Resolução apresentado pelos Estados Unidos às Nações Unidas, envie observadores ao território cubano, o mais cedo possível; 4) — Continuar funcionando como um órgão provisório de consulta e instar os Estados Membros a manter a Organização devidamente informada sôbre as medidas adotadas de acôrdo com o parágrafo 2 da Resolução.

28 — O Primeiro Ministro da União Soviética, Senhor Nikita Kruschev, dirige carta ao Presidente dos Estados Unidos, Senhor John Kennedy, concordando em desmantelar as bases soviéticas, de caráter ofensivo, instaladas em Cuba, em troca da garantia norte-americana de não invadir Cuba ou permitir que o façam de território norte-americano. A Carta do Primeiro Ministro soviético — que se seguiu a outra em que havia proposto o desmantelamento simultâneo das bases americanas na Turquia e russas em Cuba — teve, desta vez, resposta favorável do Presidente dos Estados Unidos que a classificou de "contribuição importante e construtiva para a paz mundial."

— Em resposta à carta do Secretário-Geral da O.N.U., Senhor U Thant, oferecendo-se como mediador junto aos Estados em conflito, na crise cubana, o Primeiro Ministro de Cuba, Senhor Fidel Castro, admite a possibilidade de negociações, desde que seja interrompido o bloqueio naval contra o seu país, enquanto se processarem as negociações.

— Em declarações à imprensa sôbre a situação cubana, o Primeiro Ministro Hermes Lima afirma que a decisão soviética de desmantelar as bases instaladas em Cuba, pôs fim à crise internacional, abrindo caminhos para futuros acordos, que, além de salvaguardarem a paz no mundo, colocam a salvo a integridade territorial de Cuba.

29 — Viaja para Cuba, em missão especial do Govêrno brasileiro, o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Albino Silva. Objetivo da missão: contribuir para encontrar uma solução pacífica para a crise internacional cubana.

Viaja, no mesmo avião, o Embaixador de Cuba no Brasil, Senhor Hernandez Armas.

— O Primeiro Ministro Hermes Lima presta esclarecimento aos membros da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados sôbre a posição assumida pelo Brasil na crise cubana. O Brasil votou na Organização dos Estados Americanos a favor do bloqueio naval pelos Estados Unidos a Cuba mas continua contrário a qualquer intervenção militar contra o território cubano.

— O Presidente da Iugoslávia, Marechal Josip Broz Tito, envia mensagem ao Presidente do Brasil, Senhor João Goulart, em que manifesta sua preocupação ante a atual crise internacional. Em sua resposta, o Presidente João Goulart reconhece os elevados propósitos do Govêrno iugoslavo de procurar, por meio de negociações diretas, através da O.N.U., a solução para a crise que tantas apreensões causa ao povo brasileiro e pede a atenção do Presidente iugoslavo para a proposta co-patrocinada pelo Brasil, em 1961, e agora por nós renovada de "desamotizamação" da América Latina e da África. Informa, ainda, que o Govêrno brasileiro está pronto a participar de gestões junto aos Governos de Washington, Havana e Moscou para encontrar uma solução construtiva capaz de resguardar a soberania da nação cubana.

30 — Viajando, em avião brasileiro, chega a Havana, Cuba, o Secretário-Geral da O.N.U., Senhor U Thant, para uma estada de quarenta e oito horas, a fim de manter conversações com o Primeiro Ministro Cubano, Senhor Fidel Castro.

— O Govêrno dos Estados Unidos anuncia a suspensão do bloqueio por dois dias, atendendo à sugestão do Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor U Thant, para que as conversações em Havana, entre o Secretário-Geral da O.N.U e o Primeiro Ministro cubano se processem sem constrangimento.

Novembro

4 — O Govêrno dos Estados Unidos distribui comunicado em que anuncia o desmantelamento das bases soviéticas de Cuba.

8 — O Primeiro Ministro da União Soviética, Senhor Nikita Kruschev envia mensagem ao Presidente do Brasil, Senhor João Goulart, em que agradece os esforços realizados pelo Brasil, no sentido de ser encontrada uma solução pacífica para o conflito entre Cuba, os Estados Unidos e a União Soviética.

11 — O Presidente dos Estados Unidos, Senhor John Kennedy, promete todo o apoio possível do Govêrno norte-

-americano à criação do Banco Internacional de Financiamento de Casas Populares, a fim de que a organização canalize para o Brasil e outros países latino-americanos recursos de mais de um bilhão de dólares, a curto prazo. Essa quantia destinar-se-á à expansão do programa de construções de residências, através da "Aliança para o Progresso".

17 — Início da VII Conferência Regional da F.A.O., no Rio de Janeiro, para debater, entre outros, os seguintes principais tópicos: planejamento de desenvolvimento agrícola da região; integração econômica; reforma agrária e Mercado Comum Europeu.

19 — A Comissão Geral do Conselho Interamericano Econômico e Social escolhe por unanimidade, o ex-Presidente do Brasil, Senhor Juscelino Kubitschek e o ex-Presidente da Colômbia, Senhor Alberto Lleras Camargo para integrar a Comissão de Personalidades encarregada de ajustar o sistema interamericano à dinâmica da "Aliança para o Progresso".

— A Comissão Política da O.N.U., atendendo uma solicitação do Brasil, adia, por tempo indefinido, a proposta brasileira de desnuclearização da América Latina.

20 — Chega ao Brasil uma Delegação do Banco da República Popular da China com o objetivo de reiniciar conversações destinadas a incrementar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China Comunista, iniciadas quando da visita do então Vice-Presidente João Goulart à Ásia. Chefia a Delegação chinesa o Senhor Chi Chao Ting, Vice-Presidente do Conselho para a Promoção do Comércio Internacional da República Popular da China.

27 — Discurso do Presidente João Goulart ao dar início às obras de construção da Usina Hidroelétrica de Urubupungá, quando declarou que "os brasileiros não são contra o capital estrangeiro que se vem somar aos esforços dos nacionais, mas são hostis a um certo tipo de capital que vem especular às custas da sua miséria e de seu sofrimento."

28 — O Presidente João Goulart envia mensagem de condolências ao Presidente de Cuba, Senhor Oswaldo Dorticós Torrado, pelo trágico desaparecimento do Ministro da Agricultura daquele país, Senhor Raul Cepero Bonilla, em desastre de avião, quando êste regressava a Cuba, depois de haver participado da VII Conferência Regional da F.A.O., que se realizou no Rio de Janeiro.

Dezembro

1 — Regressa à Polônia o Ministro do Comércio Exterior da República Popular da Polônia, Senhor Witold Trampczynsky que chegou ao Brasil, a 25 de novembro último, a convite do Govêrno brasileiro, com a finalidade de discutir os meios de incrementar o comércio polono-brasileiro.

14 — Falando perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, o Presidente do Chile, Senhor Jorge Alessandri, afirma que os acontecimentos que atualmente se desenrolam na América Latina revestem-se de importância decisiva para tôda a comunidade interamericana. Acentuou, a seguir, ser difícil apreciar a magnitude do processo de recuperação iniciado na América Latina, especialmente graças ao programa da "Aliança para o Progresso", que, no tocante ao desenvolvimento latino-americano, "faz parte de um processo irreversível, de repercussões não sòmente hemisféricas, como universais."

— O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Senhor, Robert MacNamara adverte o Conselho de Ministros da Organização do Atlântico Norte (O.T.A.N.) de que um ataque soviético de surprêsa na Europa poderá ter êxito inicialmente frente às fôrças ocidentais hoje existentes e exorta os aliados a aumentarem as tropas que têm sob o comando da O.N.U.

— A República Popular da China acusa os países do bloco soviético de violarem as normas do Partido Comunista. Referindo-se aos ataques desfechados por estadistas soviéticos e a imprensa russa contra a Albânia, a nota chinesa observa que "uma prática desta espécie não está de acôrdo com a declaração de Moscou."

15 — Em declarações prestadas à imprensa do seu país, o Presidente dos Estados Unidos declara que a situação da América Latina "representa o maior desafio que os Estados Unidos encaram na atualidade, excetuando a questão direta de nossos tratos com a União Soviética." Mais adiante, observou que os Estados Unidos se defrontam com "problemas extraordinàriamente sérios para implantar os princípios da "Aliança para o Progresso."

16 — Afirmando que "em sete anos o Brasil recebeu dos Estados Unidos US$900 milhões mas perdeu US$1 500 milhões em conseqüência da baixa do preço do café", o ex-Presidente Juscelino Kubitschek prestou declarações à imprensa francesa sublinhando a necessidade de uma reformulação da "Aliança

para o Progresso" sem a qual a mesma estaria condenada à inoperância.

21 — O Senhor John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos e o Senhor Harold MacMillan, Primeiro Ministro da Inglaterra, chegam a um acôrdo nas conversações de Nassau, nas Bahamas, sôbre a política militar defensiva do Ocidente e convidam a França a participar da mesma orientação, em carta dirigida ao General Charles De Gaulle, Presidente da França.

22 — O Marechal Josip Broz Tito, regressando de Moscou, desmente rumores divulgados pela imprensa européia de que a Iugoslávia tencionasse reingressar no bloco soviético. O Presidente iugoslavo foi aclamado em Belgrado, na Estação Ferroviária, por cêrca de quarenta mil pessoas, às quais dirigiu a palavra.

23 — Em sua mensagem de Natal dirigida ao mundo, declara o Papa João XXIII que "se vislumbram serenos horizontes de verdadeira paz social e internacional." Acrescenta o Sumo Pontífice que suas exortações a favor da paz, durante a grave crise cubana, aparentemente foram ouvidas. Textualmente, afirma: "Há sinais de que as nossas palavras não foram palavras que o vento levou, mas que estão abrindo mentes e corações, bem como novas perspectivas de confiança fraternal e serenos horizontes de verdadeira paz social e internacional."

26 — O Govêrno tunisino descobre uma conspiração e prende vários oficiais do Exército que pretendiam assassinar o Presidente da República, Senhor Habib Bourguiba.

28 — Entram em choque, em Elizabethville, no Congo, as fôrças das Nações Unidas e grupos armados da província separatista de Catanga. Segundo despachos telegráficos procedentes da capital congolesa, trata-se da luta mais encarniçada que se registra, em Catanga, desde dezembro de 1961.

* * *

DOCUMENTOS

RELATÓRIOS DA CONFERÊNCIA *

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO "A"

Tendo estabelecido como objetivo examinar as Tensões entre os Países, êste Seminário começou as suas atividades pela análise minuciosa do nacionalismo, inclusive uma tentativa para determinar se os seus valores são negativos ou positivos, e um exame das várias espécies de nacionalismo, revelador de um maior número de problemas do que poderiam ser imaginados pelos historiadores que trataram do assunto, exaustivamente. A América Latina é invulgarmente rica em divergências ou nos valores analíticos a que se dedicam os seus intelectuais. Procedeu-se, a seguir, à discussão da "Aliança para o Progresso", seus méritos e dificuldades, e possíveis formas alternativas de organização que se revelassem melhores, e, por fim, com uma discussão sôbre as perspectivas da América Latina em um mundo pluralista — uma frase meio obscura mas que revela clareza, se comparada com o esquema bipolar em que meramente se processam as relações norte-sul.

Dentro dessa ordem de discussão, mostrou-se não sòmente inevitável, como salutar que grande parte dos debates girasse em tôrno das tensões existentes entre a América Latina e os Estados Unidos. Um rápido retrospecto do nacionalismo no Hemisfério Norte e das tensões americano-canadenses deu margem à interessante observação de que, embora o investimento estrangeiro no Canadá proceda, em grande parte, dos Estados Unidos e setenta e cinco a oitenta por cento de certas indústrias no Canadá sejam controladas pelos Estados Unidos, êste fato não preocupou os canadenses, nem cria as tensões que poderiam surgir em outros países, nem se sentem êles por isso subordinados aos seus vizinhos. Ao contrário, o Canadá aceita a responsabilidade de manter essas emprêsas em ordem e sob contrôle, ao mesmo tempo que se beneficiam com a presença das mesmas dentro de suas fronteiras.

Quanto à América Central, afirmou-se, inicialmente, que os cinco países que a constituem, sendo pequenos, não se preocupam muito com o problema da soberania, mas levam muito a sério a integração que estabeleça, de algum modo, uma organização associativa viável e lhes conceda uma personalidade no concêrto mundial. "Nacionalismo", acentuou-se "é mal dos países grandes".

Os exemplos dos pequenos países europeus, Suíça, Bélgica e Dinamarca vieram à baila como prova em contrário. Discutiu-se o nacionalismo latino-americano, contudo, principalmente em têrmos de Brasil, Chile e México, onde pode ser avaliado, mas, em têrmos abstratos, como se existisse um modêlo latino-americano válido para todo o continente. Percebeu-se que as tensões entre os países da América do Sul, que às vêzes se têm tornado agudas, não foram discutidas.

Observou-se que o nacionalismo da América Espanhola tem suas raízes em três períodos característicos — a invasão espanhola do

* Traduzidos do texto inglês pelo I.B.R.I.

continente, que ocorreu quando a Espanha mal se havia refeito das longas guerras mouras e não se encontrava ainda integrada; os princípios do século XIX, quando os novos e independentes colonos viviam mentalmente na Europa, embora residissem na América Espanhola; e, finalmente, o período em que seus líderes fizeram o máximo para alimentar a idéia de que tudo o que era realmente bom estava na Europa. Sòmente após a Primeira Guerra Mundial foi que a América Espanhola, em reação contra esta longa dependência, começou a cultivar seus próprios valores culturais e buscar suas próprias expressões políticas.

Estas considerações tiveram como conseqüência uma declaração brasileira de que as fontes do nacionalismo, neste país, eram muito diferentes, em consonância, aliás, com as diferenças existentes na História das Colônias Portuguêsas e Espanholas e que o nacionalismo no Brasil datava sòmente do século XIX e surgiu como um fenômeno do espírito. Na discussão subseqüente, começou-se a distinguir entre os vários tipos de nacionalismo de vários países sul-americanos e atribuiu-se o fato, em parte, à mutilação geográfica, intervenção armada, à pressão de grupos financeiros e outras evidências de tensões financeiras agudas entre países.

Sublinhou-se o valor de se distinguir entre os diferentes tipos de nacionalismo, tanto em têrmos de compreensão, como de ação. Vários comentários mencionaram o impacto produzido na América Latina pelo nacionalismo fascista, que surgiu após a Primeira Guerra Mundial, o neonacionalismo que se identifica, por vêzes, com as tendências reformistas, um nacionalismo tático que os comunistas exploram e um "nacionalismo fantasmagórico", o qual ostenta um caráter totêmico e mais emotivo do que racional. Todos êstes, como igualmente um nacionalismo, a que se recorre para criar uma imagem histórica, influenciam vários setores da população e podem ser transformados em instrumentos políticos.

Os perigos que poderiam advir da união dos vários tipos de nacionalismo podem ser melhor ilustrados pela afirmação de que, a despeito do grande progresso econômico do México (um progresso que começou a reduzir o seu ritmo em 1956) — a mística da revolução ainda permanece e os estudantes do México clamam por uma nova revolução, que comece tudo novamente, não se sabendo se esta aspiração resulta da redução da taxa de desenvolvimento econômico e a recente queda das exportações ou se tem como origem uma paixão acadêmica pela tradição revolucionária como remédio para todos os males.

A animada discussão do nacionalismo econômico, que se seguiu, deu margem a uma série de acusações usuais contra a política e as atividades dos Estados Unidos ou a ausência das mesmas e patenteou-se o valor psicológico de se utilizar os "ianques" como bodes expiatórios.

Ao mesmo tempo, fatos, assim como emoções, começaram a emergir. Declarou-se, por exemplo, que os investimentos estrangeiros no Brasil começaram a declinar, enormemente, depois da aprovação pela Câmara dos Deputados, em dezembro último, de um projeto de lei limitando as remessas de lucros (se bem que o projeto sofresse modificações substanciais antes da aprovação). A situação continuará a mesma, provàvelmente até 1963 ou 1964, quando terá atingido a sua fase crítica. Observou-se que a América Latina talvez ainda não estivesse apta a receber investimentos estrangeiros ou não constituísse um lugar ideal para êle, mas que continuaria ainda procurando descobrir meios e métodos de controlá-los. Ao mesmo tempo, levan-

taram-se sérias dúvidas sôbre se as nações latino-americanas com suas populações em expansão poderiam encontrar um modo de sobreviver sem êsses investimentos, mesmo mediante pesados sacrifícios.

A discussão terminou com uma proposta em que se assinalava que o ideal seria nacionalismo de objetivos, internacionalização de meios, e supranacionalismo de mercados. Dêste modo, reconhecer-se-ia a necessidade de capital e tecnologia estrangeiros, na aceleração do desenvolvimento sem necessidade da liderança totalitária. O supranacionalismo dos mercados limitar-se-ia a reconhecer que a produção, em larga escala, exige, igualmente, grandes mercados. A viabilidade dessa proposta pareceu incerta e foi posta uma pedra final, nos discutidos valores do nacionalismo, quando se considerou o mesmo anacrônico. Não obstante, ainda que parecendo obsoleto no continente europeu e impraticável nos países menores que necessitam de uma integração regional, reconheceu-se o poderoso apêlo emocional que representa, principalmente nos países maiores menos desenvolvidos.

II. Discutiram-se os problemas decorrentes da "Aliança para o Progresso" com não menos entusiasmo e interêsse, mas com um crescente grau de realidade e de exemplo específico. Não se realizou qualquer votação, mas o consenso de opinião pareceu refletir uma aprovação um tanto cautelosa da Aliança, embora com considerável reserva à sua estrutura e às suas operações.

A "Aliança" estava superada quando proposta em 1961. Surgiu após uma longa pausa no interêsse dos Estados Unidos pela América Latina e é algo do mesmo tipo do que havia sido reclamado muitas vêzes; quando elaborada ela representou uma grande quantidade de boas idéias exploradas por vários escritores mas talvez insuficientemente selecionadas e esclarecidas. Desafortunadamente, a "Aliança" surgiu numa época em que os têrmos de comércio já se haviam começado a deteriorar. Precedeu-a uma preparação insuficiente na América Latina, pelo que a primeira reação foi a expectativa de que os Estados Unidos começariam, de pronto, a distribuir cheques. Um encontro preliminar de Presidentes poderia ter sido um meio de esclarecer de que se tratava, na realidade, do início de um importante programa multilateral, com grandes responsabilidades e igualmente grandes possibilidades, o que não foi feito.

Contudo, a maioria dos países, uma vez conscientes do novo tom, apresentaram planos e projetos. No nível técnico, o êxito vem sendo grande; cêrca de quarenta projetos beneficiando vinte milhões de pessoas, já foram aprovados sòmente pelo Banco Interamericano. Entrementes, a administração dos Governos vem sendo melhorada e reformas, há muito esperadas, começam, pouco a pouco, a ser postas em execução.

Êste relatório otimista inspirou críticas, as quais assumiram três formas:

Primeiro, a queixa filosófica de que os Estados Unidos, sendo por hábito um país pragmático, nunca se deram ao trabalho de definir seus objetivos básicos com relação à América Latina e que desta lacuna resultou uma atmosfera ideal para a suspeita de que a "Aliança" constitui, na realidade, um método sutil e novo que os Estados Unidos utilizam para explorar a América Latina e mantê-la desorganizada e impotente na luta pelo poder mundial.

Segundo, manifestou-se a preferência de que o financiamento seja concedido, não para projetos individuais — um esquema que cria uma espécie de fragmentação de

esforços e efeitos — mas "globalmente" sob a forma de grandes somas, a serem aplicadas pelos Governos como considerarem conveniente, cabendo aos respectivos organismos de planejamento nacional determinar suas próprias prioridades e ao Banco Interamericano a distribuição exclusiva dos fundos desembolsáveis.

Terceiro, que o único meio de salvar a "Aliança" é "latino-americanizá-la", isto é, depositar todos os seus recursos no Banco Interamericano; persuadir os Estados Unidos a tornarem-se humildes e a desistir de utilizar a abordagem de relações públicas no assunto, que está a destruir o aspecto multilateral da "Aliança" e lhe emprestar uma imagem bilateral; fazendo desaparecer o falso otimismo de que a "Aliança" resolverá todos os problemas e sublinhando a necessidade de sacrifícios e trabalho na América Latina; persuadindo os Estados Unidos a aliarem-se aos reformistas dos países latino-americanos, mesmo que sejam nacionalistas. Expressaram-se pontos de vista diferentes sôbre a relação entre nacionalismo e reformismo, mas a opinião dominante foi a de que existem reformistas de todos os matizes políticos. Além disso, algumas contradições internas existentes na maioria dos movimentos nacionalistas poderá prejudicá-los, do ângulo operacional, fazendo-os um tanto inadequados como instrumentos para reformas racionais ou desenvolvimentos estáveis.

Chegou-se à conclusão nas discussões de que a "América rica e a América pobre precisam unir-se", embora não houvesse um entendimento muito claro sôbre os têrmos dessa coexistência. Não se fêz menção à pobreza e riqueza relativas nos diversos países.

Posteriormente, levantou-se o problema de como poderia ser criada uma "mística" que obtivesse apoio popular para a "Aliança". Sem dúvida a cooperação de todos os grupos é essencial, mas como pode ser conseguida?

Esta espécie de *enquête* resultou, primeiramente, na interessante declaração de que qualquer mobilização, visando a criação de uma mística continental deve dirigir-se antes ao povo e, sòmente então, aos Governos, mas que, apesar disso, essa mobilização não pode ser considerada muito difícil. As discussões, a seguir, evoluíram para os precedentes europeus de organização de estruturas econômicas, tais como a Comunidade Econômica Européia, a União Européia de Pagamentos e, principalmente, o Mercado Comum, todos os quais contribuíram para a criação de uma mística de unidade.

Fêz-se referência à Área de Livre Comércio da América do Sul como o primeiro passo para a criação de um sentimento latino-americano de solidariedade e uma personalidade continental; dessa sugestão decorreu outra, mais ousada, propondo a criação de um Parlamento do Hemisfério Ocidental integrado por membros das Américas do Norte e do Sul. Êsse Corpo chegaria a um acôrdo sôbre a necessidade de reformas e sôbre os métodos para alcançá-las. Esta sugestão baseou-se na afirmação de que, enquanto os Governos mantêm conversações, presentemente, nas pessoas dos Chefes de Executivo, os Congressos nacionais ficam à margem; em conseqüência, êstes últimos, muitas vêzes, compreendem mal, desfazem e derrotam os objetivos do Executivo. Acrescentou-se que as reformas fiscais, particularmente, seriam realizadas mais fàcilmente se os Congressos se aproximassem. Alguns Participantes mostraram-se favoráveis a uma concentração de tais esforços, mas sòmente em bases latino-americanas, enquanto outros se voltaram para

o fortalecimento das instituições de âmbito hemisférico.

A sugestão de um Parlamento para êste Hemisfério, se bem que considerada um tanto utópica no momento, teve o efeito de provocar novas sugestões mais positivas do que as precedentes. A determinada altura, o espírito de Bolívar pareceu pairar sôbre o ambiente e a integração continental passou a constituir uma aspiração palpável. Esta aspiração foi amortecida pela frase "idéia desejável" e a acusação de que o temor do imperialismo americano estava disseminado de mais para permitir qualquer organização ampla na base de modelos europeus.

Não obstante, a velha sedução dos padrões europeus reafirmou-se; a discussão da posição da América Latina em um mundo pluralista, o que constituiu o terceiro grande assunto em pauta, tornou-se mais agitado e mais entusiástico à medida que desaparecia o clima propício à continuação das velhas recriminações norte-sul. Às descrições do presente estágio e objetivos futuros da Comunidade Européia, seguiram-se vigorosas afirmações de que esta Comunidade não era exclusiva nem intransponível, de que se não havia liquidado o nacionalismo para se estabelecer novos nacionalismos regionais, de que não pretendia discriminar contra não membros mas que teria satisfação em expandir-se. Estas expressões de intenção, combinadas com a assertiva de que os objetivos da Comunidade não eram egoístas, mas, ao contrário, que a mesma trabalhava pelo bem-estar geral, contribuíram para emprestar maior sedução à imagem.

No curso da discussão, veio à tona o problema da competição entre a África e a América Latina. Houve referência a uma proposta nigério-brasileira. Considerou-se que a proposta nigério-brasileira apresentada visava estimular a entrada livre e eventual de produtos tropicais nos mercados dos países industriais. Enquanto ainda persistirem as discriminações na Comunidade Européia, em favor do café e do cacau africanos, existirão mecanismos intermediários que compensarão os países prejudicados pela discriminação, ao mesmo tempo que será concedida assistência financeira aos países africanos para facilitar o ajustamento à perda de preferência. Previram-se novos problemas, a longo prazo, responsáveis por tensões mais sérias quando emergir uma Comunidade Atlântica e instou-se para que fôssem iniciados, desde logo, os estudos necessários ao estabelecimento da referida Comunidade. Sugeriu-se que seria vantajoso para a América Latina aderir a êsse movimento se os países industrializados aceitassem o princípio da livre entrada de produtos tropicais e o direito dos países em desenvolvimento manterem altas as suas tarifas durante um período estabelecido de industrialização.

À medida que as discussões giraram sôbre o alargamento da base pluralista das relações latino-americanas, manifestou-se a tendência benéfica e promissora de um movimento latino-americano no sentido da Europa e da África, como também dos Estados Unidos. Os membros latino-americanos sentiram-se, òbviamente, livres de um diálogo desagradável e livres para negociar e marchar em muitas direções; mesmo a imagem norte-americana quase esvanecida assumiu novo brilho na proporção em que eram mencionadas as gestões dos Estados Unidos junto às organizações européias, transformando-se o antigo espantalho no intercessor ativo que solicita à Europa que desperte para as necessidades e os problemas latino-americanos.

Ao mesmo tempo, os Participantes foram advertidos para que não tentassem ir demasiado rápido

e sem a preparação adequada. Òbviamente, o valor das conversações com a Europa é grande, mas é lamentável que se não tenham realizado antes. Mais uma vez, a América Latina se defronta com uma situação de fato e poderá deplorar não haver participado das discussões preliminares responsáveis pela presente estrutura européia. Mas, afirmou um Participante, os países em processo de desenvolvimento precisam ser prudentes e procurar trilhar seus próprios caminhos, sem esperar demasiada ajuda da Europa, pois esta tem suas próprias responsabilidades.

A réplica de um delegado europeu trouxe novamente à baila a idéia de uma América Latina organizada e integrada, adequadamente. A existência de vinte países latino-americanos sempre causou confusão na Europa, afirmou êle. Se pudesse ser criada ao menos uma simples organização de Estados latino-americanos, com ou sem os Estados Unidos e o Canadá como membros, a imagem latino-americana ganharia em claridade, racionalidade e apêlo à Europa.

A nova esperança gerada por essas sugestões pluralistas não foi suplantada pela advertência de que já era tarde; as populações latino-americanas encontravam-se cada vez mais impacientes e a possibilidade de um conflito catastrófico entre nações ricas e nações pobres não era inteiramente impossível. Evidentemente, as tensões internas do Brasil estavam sempre presentes no espírito dos Participantes da Conferência; o delegado cuja profecia de despedida foi "Devemos ter um socialismo forte, uma independência forte, um neutralismo forte" não foi o único a espalhar sombras sôbre as imagens mais róseas que haviam sido evocadas. Se, como um delegado explicou, "O que a América Latina quer não é amizade, mas respeito", a revolução é, naturalmente, um meio de tentar obtê-lo. Se constitui o melhor meio de consegui-lo é uma coisa que não foi objeto de discussão.

Já é tradicional destas Conferências realizadas pelo Conselho sôbre Tensões Mundiais expor diferentes pontos de vista, antes do que tentar forçar um consenso de opinião. No presente relatório as valiosas discussões que se verificaram no Seminário "A" foram evidentemente resumidas. Muitos comentários e observações importantes não puderam ser incluídos por falta de espaço, mas constarão de modo mais integral do volume sôbre a Conferência, que será escrito e publicado dentro de alguns meses.

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO "B"

TENSÕES NAS NAÇÕES DO HEMISFÉRIO OCIDENTAL

1. O grupo organizou a discussão de acôrdo com a agenda elaborada pelo Comitê de Organização da Conferência.

2. E levou em consideração a falta de tempo ao selecionar-se o seguinte campo de tensões para análise: implicação social da inflação, as novas classes sociais, o militarismo, o papel da Universidade e as populações estudantis, os problemas das minorias, as migrações rurais-urbanas, a Igreja e sua influência e o papel da classe trabalhadora.

A discussão do grupo girou, inicialmente, sôbre algumas idéias básicas a respeito das tensões sociais sob a forma de reações de

grupos aos obstáculos impostos por uma determinada estrutura social ao processo de mudança. Sublinhou-se a importância das tensões conscientes resultantes da inibição das aspirações individuais para as quais não se encontrou qualquer solução institucional por inexistência de mecanismos adequados. Considerou-se que, sem sombra de dúvida, essas tensões poderiam ser, não sòmente salutares, como sociològicamente normais, principalmente em uma época de transição, de um estágio de desenvolvimento ou um tipo de sociedade para o outro: isto é, exatamente o que está acontecendo na maioria dos países latino-americanos, onde uma sociedade tradicional, estratificada e paternalista se está transformando em urbana, industrial, individualista e democrática. Estabeleceu-se uma distinção entre tensões e conflito, representando êste último uma posição extrema e difícil, mas, pelo menos em teoria, não necessàriamente indesejável.

O Seminário considerou o problema de como determinar pontos e fontes de tensão e que meio utilizar para erradicá-los sem pagar um preço social muito alto. Em certos casos, a tensão não sòmente é desejável, mas deveria ser encorajada como um sinal de vitalidade. Encarou-se tanto a tensão como a libertação de tensão como normais, quando ocorrerem dentro do quadro do sistema social em geral, sem produzir qualquer desequilíbrio. As tensões anormais ou patológicas seriam, assim, as que criassem situações para as quais não existisse possibilidade de alívio dentro do sistema de fôrças existente. O papel do cientista social não é proferir juízos de valor mas indicar as soluções possíveis e seus respectivos custos para a sociedade e para a integração da personalidade humana.

3. Após essas considerações preliminares, o Seminário passou a tratar das principais tensões sociais resultantes da inflação e do modo como as mesmas afetavam uma economia mista. A inflação cria tensões porque desperta aspirações no indivíduo que não podem ser satisfeitas dentro do sistema dominante de distribuição da propriedade e da renda e porque a alta dos preços constitui, na realidade, um confisco disfarçado de riqueza real. A inflação conduz, indiretamente, ao socialismo, atingindo êste por meio de mecanismo ilógico e por razões òbviamente políticas pois destrói a diferença existente na escala dos salários e, a êste último respeito, fere mais diretamente a classe média. A inflação é combatida, geralmente, por reajustamentos tarifários, geralmente já desatualizados ou inferiores à alta geral dos preços. A iniciativa privada em conseqüência, portanto, não se interessa mais pelos serviços de utilidade pública e pelos investimentos, a longo prazo, criando-se uma situação que obriga o Estado a preencher o vácuo dos investimentos.

4. A inflação afeta, adversamente, o mercado monetário e o comércio exportador, embora beneficiando os importadores e certas indústrias recentemente estabelecidas. A inflação causa também distorções no mercado de crédito.

5. O Govêrno passa a ser o único organismo capaz de conceder empréstimos, a longo prazo. Os investimentos e os empréstimos, a curto prazo, revelam uma tendência ascendente. Nestas condições, o Govêrno dispõe de um meio de redistribuir a propriedade em favor de certos grupos privilegiados fazendo empréstimos a taxas de juros mais baixas do que a taxa da inflação. Êstes se apresentam, assim, como subsídios disfarçados.

6. Nesse processo, os setores favorecidos pelo Estado surgem como vencedores: por exemplo, novas atividades industriais, grandes interêsses e firmas agrícolas que

dispõem de boas relações políticas. Os perdedores são aquêles que solicitam crédito mas não mantêm as relações políticas requeridas nem os meios de obtê-las graças à exaustão do mercado: tais são as indústrias tradicionais, a pequena propriedade e as firmas comerciais médias.

7. Os que tiram proveito da inflação passam a constituir a "Nova Classe". A principal característica específica dêsse grupo é a acumulação de riqueza sem a realização de qualquer esfôrço. Nem trabalho, nem capital, nem eficiência técnica justificam as grandes fortunas que os integrantes dêsse grupo fizeram em tão pouco tempo. A Nova Classe é constituída de homens de negócio que conseguiram crédito do Govêrno através de empréstimos, a longo prazo, com juros baixos; de pessoas que especulam com prévio conhecimento da alta dos preços; de intermediários que tiram a maior vantagem possível da demanda máxima recolhendo a diferença entre o que o consumidor pode pagar e o valor real do produto.

8. A Nova Classe corrompe a sociedade diretamente por suas operações e, indiretamente, por seu exemplo e seu consumo conspícuo, transmitindo, desta maneira, às camadas menos afortunadas da população, a atitude oportunista e egoísta do "Fique Rico Depressa" e do lucro sem esfôrço.

9. A Nova Classe representa uma forma burguesa de desenvolvimento, no sentido marxista, e provoca, portanto, uma reação marxista e uma tensão de natureza revolucionária. A irresponsabilidade dos membros dessa Nova Classe dão às massas a impressão de que os negócios públicos são completamente amorais e de que "vale tudo".

10. Há uma relação entre inflação e industrialização. Deve-se dar atenção, aqui, a um fator psicológico muito forte existente nos países subdesenvolvidos: isto é, o "fascínio da industrialização". Êste "fascínio" mantém relação com o nacionalismo que parece preparar o povo para fazer consideráveis sacrifícios em bens de consumo, em favor do novo surto industrial. As correntes nacionalistas mostram-se singularmente alérgicas ao aumento das exportações de produtos primários, especialmente minerais, sob a alegação de que a medida traz ressaibos de política colonialista. Trata-se de uma atitude emocional sem base na realidade econômica.

11. Em anos recentes, uma verdadeira classe média surgiu em muitos países latino-americanos, principalmente nos maiores centros urbanos. Esta classe média interessa-se sensivelmente pelo consumo de bens e serviços mas os presentes sistemas econômicos difìcilmente poderão satisfazer suas aspirações. As únicas soluções de que a classe média se pode valer consistem em sucessivos aumentos salariais e múltiplos empregos, soluções cujos efeitos desaparecem, continuamente, sob a maré montante de preços cada vez mais altos.

12. Utiliza-se a inflação, implícita ou explìcitamente, como uma filosofia de govêrno e um meio para atenuar ou dissipar pressões e conflitos sem alteração da estrutura social básica. Esta é uma "saída fácil" para o Govêrno.

13. Não há dúvida de que a inflação produz alterações e determina novos padrões de comportamento de alto a baixo da pirâmide social. De homem de negócios ao consumidor, todos aprendem a adaptar-se à sociedade inflacionária, ao seu ritmo e seus processos. Todos tentam tirar o máximo da inflação, os devedores dos credores, os que obtêm empréstimos dos que emprestam, os compradores dos vendedores, em uma cadeia que ter-

mina no Govêrno, o qual a acompanha sempre e prossegue estimulando a *espiral inflacionária*.

14. Outra fonte perniciosa de conflito muito velha na América Latina é o colonialismo interno. Certas regiões prevalecem sôbre outras, as cidades sôbre as zonas rurais, certos setores econômicos sôbre outros. Certas áreas dos países latino-americanos, assim como as zonas rurais, estão sujeitas à escassez de capital em benefício de outras áreas que, internamente, exercem uma atração magnética sôbre as áreas vizinhas menos desenvolvidas. *Esta tendência pode* ser combatida por vários métodos de planejamento urbano e regional, por um sistema de tributação mais equitativo e por um programa de descentralização industrial das áreas densamente povoadas.

15. O *papel desempenhado* pelo Exército e pela intervenção militar na América Latina depende, em grande parte, da estrutura de poder da sociedade latino-americana. A ausência ou freqüência dos partidos nacionais, o personalismo na política e a tradição do caudilho — todos fatôres que variam de país a país — tornam a situação altamente complexa. O militarismo pode ser também estimulado do exterior, pelo temor do comunismo e a subversão da ordem estabelecida.

16. Além disso, a ala direita da oligarquia de muitos países utiliza o Exército como uma arma de sobrevivência nos chamados golpes preventivos. Em algumas ocasiões, o Exército poderá tornar-se uma fôrça independente, uma espécie de "Poder Moderador" contra o caos partidário, unido por uma espécie de *esprit de corps* e por ideais mal definidos de manter a ordem e o respeito da Lei. Em outros momentos, o Exército divide-se em duas facções mùtuamente hostis e *utiliza-se das instituições civis como* um poder moderador. Nos casos mais extremos, o Exército desintegra-se e deixa-se substituir por milícias populares, nos países onde a tensão assume as proporções de uma luta aberta. Aliás, enquanto se realiza esta Conferência, três países latino-americanos se encontram sob o contrôle dos militares ou sob a ameaça de golpes militares.

17. A corrida armamentista nos países latino-americanos, estimulada por uma suposta necessidade de defesa hemisférica e de questões pendentes de fronteira, aumentou, de modo considerável, os orçamentos militares, às expensas das necessidades econômicas sociais dos referidos países. Mais do que isso, algo como uma irmandade militar internacional parece existir e procurar influência política através de contactos pessoais em âmbito continental. Por outro lado, deve-se reconhecer que, em alguns países, o Exército desempenha uma função política e econômica. O Exército constitui, freqüentemente, uma válvula escapatória para o desemprêgo crônico, um símbolo do poder e da unidade nacional e de estabilidade interna. Constitui, igualmente, um fato histórico inegável. Com base no princípio de que o Exército deve estar subordinado à autoridade civil e que os golpes militares se tornaram, atualmente, anacrônicos, a solução seria estimular e fortalecer as instituições civis de modo a evitar que o Exército se arrogasse ao desempenho de um papel conferido de direito à autoridade civil. O militarismo deve ser também combatido por meio de reformas básicas estruturais.

18. Na América Latina, a Universidade é, presentemente, uma importante fonte de tensões. A Universidade é o reflexo da sociedade da qual faz parte e encontra-se condicionada por sua estrutura e por seu arcabouço básico. Sua *função cultural está, portanto, de-*

baixo da influência de suas funções políticas e sociais. É mais uma fonte de poder e prestígio do que uma instituição educacional destinada a irradiar cultura. Não chega a ser uma Universidade democrática porque sua autonomia é fictícia. As Universidades dependem do Govêrno Federal — em alguns países, as Universidades estão diretamente vinculadas ao Ministro da Educação. O velho sistema que rege o magistério constitui um obstáculo ao progresso técnico e científico, impede a renovação do corpo docente e fecha as portas a pessoas de valor. A inevitabilidade do tempo parcial limita as oportunidades de professôres e estudantes para o convívio democrático e até mesmo para a transmissão de conhecimentos. Não é de supreender, pois, a posição radical de certos círculos estudantis de Universidades latino-americanas, dada a frustração mútua de professôres e estudantes.

19. Não se pode negar que já se fêz muito para mudar êsse estado de coisas. Algumas Universidades tentam contornar as dificuldades decorrentes dos seus regimentos e estatutos com a criação de institutos autônomos e contribuindo para que os estudantes participem mais ativamente da vida universitária. Essa reforma deveria ter início, progressivamente, no Departamento de Ciências Sociais. As Universidades estão, pouco a pouco, tentando adotar um horário de tempo integral tanto para alunos como para professôres.

20. Ao tratar-se dos problemas das tensões de minorias no Hemisfério Ocidental, os conflitos raciais dos Estados Unidos não deveriam ser esquecidos. A experiência brasileira em harmonia racial deveria, ser, igualmente, levada em consideração, embora sem se esquecer de que a questão racial no Brasil está vinculada ao problema de classe que, em conseqüência, as tensões raciais se transformaram em tensões sociais. As perspectivas futuras apresentam-se, ao que parece, altamente otimistas no que diz respeito ao negro e ao índio, pois ambos são portadores de um alto índice de assimilação da cultura moderna.

21. Outras tensões, consideradas por alguns de maior importância do que a questão racial, são as tensões entre as *elites* e a massa, entre cultura rural e a urbana, entre uma "cultura branca" importada (Européia) e uma cultura índia ou mestiça, entre a cultura escrita e a cultura oral de setores da população de analfabetos ou semi-analfabetos.

22. As tensões entre a Igreja e o povo podem ser observadas onde a Igreja ainda detém poder político ou econômico. Onde a Igreja como instituição absorve as funções de outros grupos, surgem geralmente graves conflitos porque a hierarquia eclesiástica também apresenta as mesmas divergências ideológicas que separam as outras instituições. As populações latino-americanas são católicas, quando *não formalmente católicas*. Não obstante, apesar da tremenda influência moral da Igreja e do papel importante que desempenhou no processo civilizador, particularmente no que se refere aos índios, suas vinculações com o poder político, resultantes do período colonial e do passado ibérico, prejudica sua missão espiritual e a contribuição que empresta à realização das reformas básicas.

23. Um dos estágios de desenvolvimento resulta do aparecimento de uma visão científica caracterizada pela objetividade e pela reflexão crítica. A mente religiosa busca uma relação interpessoal baseada na fé e na confiança. O catolicismo ibérico distingue-se pela combinação de duas atitudes ou pela projeção da perspectiva religiosa no domínio secular, com prejuízo para

ambos. Quando se recorre à Divina Providência para explicar os fenômenos da natureza, o resultado é a mágica. A solução parece, à primeira vista, ser a separação consciente dos dois mundos. A experiência mostraria que o clero pode desempenhar um importante papel na orientação do progresso econômico e social se se mostra capaz de reconhecer êste fato e recebe treinamento adequado nos problemas seculares.

24. Os sindicatos e as associações operárias desempenham um papel cada vez mais importante no desenvolvimento social e econômico. Três tendências predominam. Na primeira, as oligarquias confundem, freqüentemente, e de propósito, os movimentos operários democráticos e livres com o comunismo, recusam qualquer discussão com os líderes sindicais e fazem o que podem para silenciar as organizações operárias. A segunda tendência reflete-se na tentativa empreendida pelos comunistas para se infiltrarem e dominar as posições de comando dentro dos sindicatos com o objetivo de explorá-las em favor do Partido. Líderes sindicais vêm sendo, sistemàticamente, treinados em números crescentes no mundo soviético para exercer atividades em nosso Hemisfério. A terceira tendência, da qual o Brasil representa um bom exemplo, significa o contrôle dos sindicatos pelos Governos. A situação poderá, dêste modo, deteriorar na criação de uma espécie de Estado Corporativo, a estrutura do qual repugna ao pensamento democrático. A modificação do presente estado de coisas para um desenvolvimento democrático implicaria em uma tomada de posição em três setores: os sindicatos operários deveriam ser levados a tomar consciência dos obstáculos criados pelas oligarquias; pelo treinamento de líderes sindicais; pela luta contra os obstáculos que impedem a melhoria de condições das classes trabalhadoras.

CONCLUSÕES:

I. A inflação crônica, qualquer que seja a causa, cria um alto grau de tensão social em muitas áreas. Êste é um dos problemas mais sérios da América Latina.

II. O crescimento de uma classe média e das aspirações materiais e educacionais de tôdas as classes resultou em uma grande pressão sôbre todo o sistema da sociedade latino-americana. Êste evento resulta em frustração dos hábitos reais adquiridos de várias camadas sociais.

III. As Universidades devem, necessàriamente, refletir as sociedades de que fazem parte. A educação latino-americana geralmente não guarda relação com as necessidades latino-americanas. Nas Universidades, atualmente, nem os professôres nem os estudantes estão desempenhando os seus verdadeiros papéis; os professôres não estão ensinando e os alunos não estão estudando. Uma libertação decisiva de tensões envolveria uma reforma da educação universitária.

IV. Tradicionalmente, o Exército representa um fator de equilíbrio em algumas nações latino-americanas. Se tem fornecido os elementos de fôrça das "revoluções palacianas", tem, por outro lado, evitado o caos. O militarismo, contudo, representou um obstáculo ao desenvolvimento da democracia responsável e ainda continua a sê-lo. Os Estados Unidos devem compreender e os países latino-americanos verificar que prosseguir a apoiar o desenvolvimento dos exércitos é contrário ao bem-estar da América Latina.

V. A Igreja é uma instituição tradicional latino-americana, que

desfruta de uma grande influência cultural e filosófica sôbre o povo. Mas se a Igreja precisa desempenhar um papel social, deve fazê-lo em têrmos sociais. O clero, treinado, ideològicamente, em um sistema autoritário de pensamento, deve ser treinado igualmente, para trabalhar em um mundo secular igualitário e democrático.

VI. O desenvolvimento de sindicatos e o treinamento de líderes operários não têm merecido a devida atenção na América Latina. Os Governos tendem a exercer demasiado contrôle sôbre os movimentos sindicais. Por outro lado, as classes conservadoras inclinam-se a encarar todos os movimentos operários como de inspiração comunista. Nestas condições, os movimentos operários tornam-se vulneráveis à infiltração comunista.

VII. Finalmente, a maior parte das tensões existentes nas nações da América Latina resultam das mudanças que se verificam, atualmente, em sua estrutura econômica e social e que têm lugar em todo o continente. Trata-se da passagem de sociedade paternalista, semifeudal, e agrária para um estilo de vida industrial, impessoal, burocrático e até mesmo socializado — e tudo está ocorrendo com a velocidade do século XX.

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO "C"

Concordou-se em examinar os seguintes tópicos: 1) fatôres psicológicos que afetam o desenvolvimento na América Latina; 2) o papel da educação; 3) o planejamento para o desenvolvimento; 4) papel e características da ajuda estrangeira; 5) a organização política e 6) a influência dos conceitos legais sôbre o desenvolvimento e a necessidade de legislação adequada. Sôbre cada um dos tópicos, os dois presidentes fizeram sugestões e orientaram a discussão ou designaram um membro do seminário para iniciá-la.

1. Os Fatôres Psicológicos.

Uma disposição positiva para o desenvolvimento pela liderança e o povo de um país constitui pré-condição essencial para o desenvolvimento econômico e social. Concordou-se no Seminário que, sem esta disposição, a ajuda externa e o planejamento nacional para uma distribuição mais racional dos recursos poderia ter sua eficiência limitada.

A experiência da Índia foi mencionada como uma ilustração de que as condições psicológicas para o desenvolvimento podem ser criadas por uma liderança política devotada ao desenvolvimento como uma estratégia política dominante. A utilização de novos instrumentos como os programas de desenvolvimento de comunidade e o treinamento de liderança democrática compreendendo todos os grupos sociais, inclusive os trabalhadores urbanos e rurais, no planejamento e a implementação do programa pode criar e modificar atitudes com respeito à aceitação das difíceis mudanças econômicas e sociais e sacrifícios necessários ao processo de desenvolvimento. Em particular, uma atitude de "resolver problemas" precisa ser estimulada entre os líderes.

Procurou-se situar as motivações psicológicas utilizadas para encorajar participação plena no programa de desenvolvimento. Assinalou-se que o plano de desenvolvi-

mento precisa considerar os tipos de estimulo que satisfazem as necessidades humanas básicas do povo dentro do seu próprio ambiente cultural. Sublinhou-se, principalmente, participação mais completa, inclusive pelas populações rurais da América Latina.

A significação do "Projeto Catalítico" na demonstração de que o desenvolvimento vem a ser a solução de problemas imediatos e considerados de valor pelo povo revestiu-se de especial importância, visto serem, a longo prazo, os efeitos das partes mais relevantes do plano de desenvolvimento. Destacou-se a necessidade de desenvolver um "sentimento de desenvolvimento", um sentimento de realização durante todos os estágios do processo de desenvolvimento. Em alguns casos, a realização cultural ou científica, que não faz parte do plano de desenvolvimento puramente econômico ou social, pode ser um fator bastante eficiente como meio de conferir êste sentido de progresso. Chamou-se atenção especial para a importância do efeito psicológico na necessidade de manter equilíbrio entre as fases culturais, econômicas e sociais de um planejamento nacional.

"Aliança para o Progresso."

O Seminário examinou, então, as implicações psicológicas e os problemas da "Aliança para o Progresso".

A natureza multilateral da "Aliança" recebeu particular atenção. A "Aliança" tem sido considerada, freqüentemente, um instrumento de ajuda bilateral dos Estados Unidos nos países da América Latina. Na realidade, assinalou-se, a declaração do Presidente Kennedy anunciando a "Aliança para o Progresso" foi uma síntese de velhas e manifestadas aspirações dos países latino-americanos, uma reafirmação de compromissos anteriores das nações latino-americanas com relação aos métodos de considerar o desenvolvimento nacional e regional. A ausência de uma compreensão clara e da natureza multilateral da "Aliança" pelo país doador e pelos recipiendários constitui um obstáculo psicológico considerável para a realização dos objetivos da Aliança, nos têrmos em que foi concebida na Operação Pan-Americana, a Ata de Bogotá e a Carta de Punta del Este.

Assinalou-se que a não ser que tôdas as nações beneficiárias da Aliança levem em consideração, em seus respectivos programas políticos e econômicos de govêrno, as repercussões dêsses mesmos programas em outros países da Aliança, esta última não atingirá o clímax de sua fôrça.

A "Aliança para o Progresso" enfrenta obstáculos mais difíceis do que o Plano Marshal, ao qual é freqüentemente comparada. É significativa a diferença entre a reconstrução de sociedades industriais, após uma guerra e a criação de novas sociedades de base industrial e com agricultura moderna, exigindo esta última particularmente novos métodos de manter o entusiasmo e a paciência, de modo especial durante os primeiros estágios das operações da Aliança.

Considerou-se que a principal causa de tensões parece ser a resistência às mudanças sociais e econômicas acordadas pelos signatários da Aliança. Sugeriu-se que o constante reconhecimento da "Aliança para o Progresso" como um legítimo instrumento multilateral para o desenvolvimento continental é uma condição psicológica essencial para vencer os bolsões de resistência às reformas sociais necessárias. Sublinhou-se que, em última análise, a Aliança representa uma grande experiência destinada a determinar, se o desenvolvimento, em larga escala, pode ser alcançado e promovido por instituições democráticas.

Os participantes dispensaram também atenção aos problemas psi-

colóqicos sugeridos no processo de "concessão de ajuda" e "recebimento de ajuda". Concordou-se em que êste tipo de relações é bastante delicado e resulta em numerosas implicações, as quais exigem, por sua vez, atenção constante de ambos os lados. Os debates giraram em outra ocasião sôbre a atitude do país doador, as condições resultantes da ajuda, o nível das pessoas designadas para administrar e orientar os programas; os efeitos psicológicos da ajuda bilateral e multilateral e a necessidade de latino-americanizar as organizações doadoras. Avaliaram-se, também, as atitudes, expectativas e responsabilidades das nações que recebem ajuda.

Em geral, compreendeu-se que muito precisa ser feito ainda para que as nações doadoras adquiram maior confiança na capacidade das nações recipiendárias para utilizar a ajuda recebida e reduzir os temores destas últimas quanto à ingerência nos seus assuntos internos pelos países doadores.

Finalmente, a relação entre comércio e ajuda, que é tanto psicológica, como real, não foi suficientemente reconhecida na prática, razão pela qual comércio e ajuda foram abordados separadamente. Sentiu-se que a "Aliança para o Progresso" não concede muita atenção aos problemas comerciais, inclusive preços de produtos básicos. Contudo, considerou-se o progresso da Associação Latino-Americana de Comércio como algo encorajador, capaz de gerar um sentimento de realização e conduzir a uma maior consciência política latino-americana em uma escala continental.

2. O Papel da Educação.

Um sistema educacional adequado foi considerado pelo Seminário como uma pré-condição essencial ao desenvolvimento econômico integral. Concordou-se também em que é necessário um esfôrço educacional, em larga escala, na América Latina, nesta próxima década. Êste esfôrço terá um preço, em têrmos de utilização dos recursos disponíveis, isto é, os recursos utilizados para fins educacionais não poderão ser utilizados para outros objetivos. Sugeriu-se que os recursos atualmente utilizados pelas fôrças militares poderiam ser imensamente reduzidos. Sugeriu-se, igualmente, que se considerasse a possibilidade de reduzir o custo, por estudante, da educação latino-americana mediante reorganização do sistema educacional e melhor uso das escolas existentes.

Essencialmente, observou-se que existem dois fatôres básicos que precisam ser levados em conta na estruturação de um sistema educacional adequado: o da quantidade e o da qualidade. Com respeito ao primeiro, pôs-se em relêvo que, com muito poucas exceções, não havia necessidade de estimular a demanda da população por mais facilidades educacionais, visto que essa demanda existe agora. O problema *é antes* o de *construir* prédios escolas e assegurar os professôres necessários para satisfazer a demanda. Sugeriu-se que, em muitos casos, seria mais aconselhável concentrar todos os esforços nacionais no treinamento de professôres, utilizando, freqüentemente, os recursos locais, através da auto-ajuda e os projetos de desenvolvimento de comunidade para construção de escolas, pelo menos de início.

Destacou-se que, no nível médio e superior, o problema educacional era, essencialmente, o de equilibrar a oferta e a procura. Dêste modo, seria igualmente frustrante ter indústrias e outras emprêsas econômicas sem pessoal devidamente capacitado e treinado ou, ao contrário, haver pessoas altamente qualificadas sem oportunidade de emprêgo.

Discutiram-se vários aspectos do problema qualitativo da educação latino-americana. Primeiro, acentuou-se que, tradicionalmente, o sistema educacional da região visou a constituição de uma elite aristocrática, um objetivo que conflita com a necessidade corrente de educar e treinar pessoas para desempenhar funções em uma sociedade em desenvolvimento e em processo de industrialização. Tendo em mente êste objetivo, sublinhou-se a necessidade da educação vocacional, principalmente no nível médio. Um participante observou que na Europa a proporção de formados em escolas técnicas e vocacionais é de seis para cada diplomado por Universidade, enquanto a proporção na América Latina é de menos de um por um.

Observou-se que a pressão para ampliar a rêde escolar bem poderia resultar na utilização de pessoal subtreinado neste nível. Contudo, a impressão dominante foi a de que isto era de menos importância do que a necessidade de fornecer a tôdas as crianças em idade escolar, pelo menos os rudimentos da educação básica.

Dedicou-se alguma atenção ao problema da qualidade da educação universitária. Observou-se também, aqui, que, tradicionalmente, na América Latina, se deu maior relêvo na educação às letras clássicas e Humanidades, enquanto há necessidade crescente de treinamento técnico e científico e chamou-se atenção para o fato de que as Universidades latino-americanas se adaptaram, em geral, lentamente, a essa necessidade. Manifestou-se alguma apreensão a respeito dos efeitos perniciosos da exagerada importância dispensada, nas Universidades da região, sôbre autonomia e participação estudantil na gestão das instituições, que seria responsável pela tendência existente de excessiva atividade política nas Universidades e pela queda de nível intelectual dos diplomados. Assinalou-se na discussão que grande parte do trabalho educacional não precisa ser levado a efeito em estabelecimentos formais de ensino. Sublinhou-se, a êsse respeito, o papel da imprensa, dos partidos políticos, dos sindicatos e outras instituições na ampliação dos horizontes intelectuais de grandes segmentos da população, demonstrando-se alguma preocupação, particularmente sôbre a má qualidade de grande parte do jornalismo da região, que costuma fazer muitas concessões ao sensacionalismo.

A êsse mesmo respeito, discutiu-se a utilização do treinamento em serviço ou no trabalho para a formação de trabalhadores especializados, técnicos, funcionários burocráticos e mesmo os escalões mais modestos da administração de emprêsas particulares e da administração pública, necessários para o funcionamento adequado dos Governos e de novas indústrias. Concordou-se em que êste tipo de treinamento necessita ser bastante ampliado e observaram-se alguns casos de êxito na utilização dessa técnica. A pesquisa também está a exigir maior atenção.

Finalmente, assinalou-se que o próprio processo de educação provoca certos tipos de descontentamento e tensões. Concordou-se em que essas conseqüências não eram más em si; mas antes que o problema básico era saber se êstes fenômenos poderiam ser canalizados para fins construtivos ou se afetariam, bàsicamente, o processo de desenvolvimento econômico, mediante processo democrático. Existe, assim, uma grande necessidade de planejamento educacional e, particularmente, em face da escassez de recursos, para uma cuidadosa avaliação de alternativas e uma vinculação dos diferentes estágios de educação, tendo em mente que os resultados do processo educacional

obtido não se farão sentir senão após vários anos.

3. Desenvolvimento mediante planejamento.

A realização de objetivos, com um maior índice de crescimento e um progresso paralelo no setor social exige a racionalização das decisões. Compreendeu-se que a aceitação dêsse fato constitui a essência do planejamento, sob qualquer sistema, embora a extensão e a profundidade do planejamento possam variar de país para país, de acôrdo com sua maturidade política, suas instituições e sua capacidade para formular e executar seus programas de desenvolvimento.

A despeito da ausência de insuficientes dados estatísticos e conhecimento dos recursos naturais, os problemas econômicos e sociais básicos da América Latina já foram definidos e já se conhece, em linhas gerais, as soluções apontadas; e uma atenção crescente vem sendo dispensada à análise dos fatos e ao treinamento de pessoas especializadas neste tipo de trabalho. O problema fundamental é saber-se porque os planejamentos não passam ao domínio da ação, embora sejam bastante limitados. Em alguns países, talvez não seja possível estabelecer mais do que um plano geral, ao qual a política governamental deve ficar subordinada, enquanto em outros podem ser fixados objetivos específicos para diferentes setores da economia, elaborando-se planos detalhados para cada um, tanto no setor público, como no privado. Mas, em qualquer caso, reconhece-se cada vez mais, à medida que o tempo passa, que o desenvolvimento deve estar sujeito a uma programação racional.

Tomando-se em consideração a experiência de outras regiões, compreendeu-se que uma das principais dificuldades reside no fator político. A não ser que sejam tomadas decisões políticas com objetivos determinados, terá mero interêsse acadêmico o trabalho técnico dos economistas. É, portanto, importante que nas cúpulas exista a convicção de que um plano é desejável e de que, uma vez tomadas as decisões, o plano geral receba a adesão de todos os setores do Govêrno, mantendo apenas a flexibilidade necessária para fazer face às mudanças circunstanciais que se possam verificar, no espaço de cada ano.

A êsse respeito, dispensou-se alguma atenção à organização do planejamento, tendo sido a opinião de vários participantes de que o grupo planejador deveria ficar sob a autoridade direta do Chefe do Executivo. Assinalou-se, contudo, que na maioria dos países existe um conselho de planejamento ou um grupo de gabinete de alto nível e um grupo técnico subordinado àquele, um sistema de organização que parece adequado. Outros participantes entenderam, por outro lado, que o conselho de planejamento deve ser presidido pelos ministros da Fazenda, visto que êsse programa financeiro compreende tributação, receitas das emprêsas estatais, empréstimos internos e externos, canalização das economias das emprêsas particulares nacionais em setores carentes de investimento, melhoramentos das instituições bancárias e financeiras e políticas destinadas a evitar a inflação ou a combater uma inflação existente.

A execução de planos requer, também, uma atenção ainda maior, na área política. A propósito, reconheceu-se que as pressões políticas exigem, freqüentemente, mudanças nos programas de investimento e que estas são inevitáveis, mas que devem ser limitadas ao mínimo pelo exercício de autoridade sôbre a execução do plano, no mais alto nível, com vistas a preservar o absolutamente fundamental. Nos

países onde partidos diferentes participam do Govêrno, faz-se indispensável uma discussão anterior dos critérios a adotar, sem o que poderia advir inação.

Em países de economia mista, como ocorre na maior parte da América Latina, o processo de desenvolvimento requer a adoção de políticas destinadas a estimular o investimento privado, particularmente na área industrial e agrícola, pois o fracasso do setor privado da economia na concretização dos seus objetivos pode resultar em um insucesso geral do plano. É portanto essencial que, no estágio adequado, as classes conservadoras participem da discussão das metas e políticas relativas ao setor econômico, a fim de que possam, posteriormente, cooperar, integralmente, na fase de execução.

Reconheceu-se, igualmente, que a necessidade crescente de empréstimos estrangeiros e outras ajudas para a concretização do desenvolvimento latino-americano, como considerado pela "Aliança para o Progresso", indica a necessidade da adoção de melhores planos, pois a ajuda estrangeira pode-se tornar mais eficiente quando existe uma idéia exata de quais as áreas que devem ser beneficiadas com tal ajuda e de como, em associação com essa idéia, os recursos internos poderão ser utilizados.

Finalmente, compreendeu-se que é urgente educar os grupos políticos, os setores privados, os militares, as organizações sindicais e a comunidade em geral sôbre a natureza exata do planejamento econômico e social, com a finalidade de erradicar idéias preconcebidas que identificam planejamento com estatismo e tornar possível uma participação mais completa nos diferentes estágios do processo.

4. Ajuda Externa.

A discussão dêste assunto teve por temas principais a ajuda bilateral *versus* multilateral, as destinações das diferentes fontes de ajuda a certos aspectos financeiros da "Aliança para o Progresso".

Concordou-se em que a ajuda externa deve suplementar o financiamento interno, que deve assumir a responsabilidade maior no processo de desenvolvimento da América Latina. Aceitou-se, por outro lado, que o país doador contribua com essa ajuda, não sòmente em benefício do país recipiendário, mas em seu próprio interêsse. Existe, de fato, uma interdependência econômica crescente, baseada por sua vez no respeito pela independência política e a soberania de cada Estado.

Foi assinalado, por um certo número de participantes, que o êxito da ajuda estrangeira depende de uma compreensão clara entre as Partes quanto aos objetivos da ajuda em questão. Seria um grande êrro assumir obrigações partindo de falsos pressupostos. Em tal caso, podem surgir sérias tensões. A êste respeito, observou-se que o país doador, freqüentemente, supõe que o seu programa de ajuda representa um meio de angariar amizade e apoio do outro país para seus objetivos estratégicos e políticos. Em geral, os países subdesenvolvidos ressentem-se se são instados a aceitar ajuda sob tais condições.

No caso da Carta de Punta del Este, os propósitos da ajuda estrangeira estão claramente especificados: contribuir para o acelerramento do crescimento econômico e do progresso social, dentro do quadro das instituições democráticas, na base da auto-ajuda e das reformas estruturais tendentes a alcançar melhor distribuição da renda e riqueza. Êstes propósitos foram aceitos por todos os signatários da Carta, mas à luz do primeiro ano de funcionamento da "Aliança para o Progresso", há dúvida sôbre se todos os países

assumiram seus compromissos com o mesmo grau de convicção e com igual determinação de cumpri-los. Assim, mesmo levando em consideração as diferentes condições de cada país da América Latina, o progresso parece estar-se processando um tanto lentamente.

Êsses fatos refletem-se na ajuda externa, pois na América Latina os financiamentos externos são ainda considerados insuficientes, a despeito das novas fontes de empréstimos, a longo prazo. Sentiu-se que, por um lado, é necessário acesso mais fácil a número maior *de fundos, a fim de aumentar* as operações de novas instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento; a êste respeito, emprestou-se grande importância à necessidade de participação da Europa Ocidental como fornecedora de parte dos capitais necessários ao desenvolvimento latino-americano. Além disso, as nações doadoras devem compreender que uma transformação estrutural do tipo previsto, em Punta del Este, e que a nova espécie de cooperação hemisférica que a mesma envolve, não pode ser alcançada da noite para o dia. O *que já se começou* a *fazer,* não deve ser, de modo algum, subestimado.

Os Participantes do Seminário mostraram preferência pela ajuda externa, por intermédio dos programas de ajuda multilateral, antes do que pelos bilaterais. Esta atitude decorre de tensões resultantes do passado, quando eram entabuladas negociações entre nações fracas e fortes, com as últimas exercendo geralmente pressão política e econômica sôbre as primeiras. A Carta de Punta del Este sublinha a importância da ação multilateral e *atribui à Organização dos Estados* Americanos e ao Banco Interamericano um importante papel na avaliação de programas de desenvolvimento, na execução de reformas e na concessão de recursos fi*nanceiros.* O Banco Interamericano tem desempenhado um papel instrumental importante no sentido de fazer com que sejam aceitas mais prontamente muitas das alterações administrativas e institucionais indispensáveis ao êxito das operações de empréstimo e o tem feito despertando muito menos animosidade do que se o mesmo resultado fôsse tentado através de programas bilaterais.

Destacou-se também a vantagem dos programas de ajuda multilateral, em conecção com levantamentos dos recursos nacionais e estudos preliminares de investimentos, principalmente quando se sabe que a imparcialidade dos especialistas das Nações Unidas e de organizações semelhantes nunca foi posta em dúvida. Isto também se aplica à ajuda para o planejamento econômico e social, como também para programas educacionais. Universidades e fundações estrangeiras são também utilizadas para êste tipo de trabalho.

5. As Pré-Condições Políticas do Desenvolvimento.

A instabilidade política é uma *das características fundamentais* das condições latino-americanas atuais, que se refletem, negativamente, no desenvolvimento. O Seminário discutiu, durante algum tempo, a contribuição dos vários elementos da sociedade, para o aumento ou diminuição dessa instabilidade.

Dispensou-se atenção especial ao pepel dos militares como um fator gerador de maior instabilidade. Sugeriu-se que com a enorme diminuição do papel defensivo das Fôrças Armadas, em conseqüência da moderna tecnologia e outros fatôres, os militares perderam o sen*tido de direção e passaram a ser* um fator de perturbação na política nacional da maioria dos países latino-americanos. Além disso, as despesas excessivas com as Fôrças Armadas, que caracterizam a maio-

ria dos países, se apresenta como autodestruidora, mesmo em têrmos militares, porque enfraquecem a economia. Como se considerou utópico pensar na completa abolição dos Exércitos da região, sugeriu-se que o melhor a fazer, a curto prazo, seria reorientar as atividades militares para o desenvolvimento econômico. Observou-se que certo progresso já ocorreu nesse sentido em alguns países.

Grande parte das discussões girou em tôrno da contribuição do papel dos partidos políticos para a estabilidade política e, portanto, para o desenvolvimento econômico. Expressou-se o ponto de vista de que os partidos políticos geralmente falharam, pelo menos no papel tradicional a que foram destinados como meio de alternar grupos no Poder. Em conseqüência, argumentou-se que a idéia da viabilidade da democracia foi posta em dúvida, sugerindo-se que talvez alguma alternativa à concepção tradicional de democracia fôsse mais adaptável às condições latino-americanas.

Assinalou-se, na discussão, que a emergência de partidos políticos modernos, durante a última geração, contribuiu para a estabilidade política de duas maneiras. Primeiro, êles representaram um desafio às Fôrças Armadas detentoras até então, da última palavra na política latino-americana, visto que os partidos haviam demonstrado grande habilidade ao impedir golpes militares em certas ocasiões e sobreviver à perseguição das ditaduras militares. Segundo, os partidos tendem também a limitar o personalismo que constitui sempre um aspecto perturbador e de desequilíbrio da política latino-americana.

Observou-se, também, o papel do movimento operário organizado como gerador de maior estabilidade, em têrmos de utilização do poder econômico, como um meio de conter as aventuras militares. Pôs-se em evidência, igualmente, o papel do movimento operário norte-americano secundando os esforços, a êsse respeito, dos sindicatos latino-americanos.

Declarou-se, que outro pré-requisito institucional do desenvolvimento econômico é a execução de uma reforma agrária. Tal reforma não sòmente amplia o mercado de produtos manufaturados, nas várias nações latino-americanas, como também provoca o aparecimento de novos pequenos proprietários com estímulo suficiente para aumentar e melhorar sua produção. Acentuou-se que, embora a redistribuição, da terra constitua o ingrediente básico de uma reforma agrária, havia muito mais coisas necessárias, inclusive crédito adequado, assistência técnica e algumas vêzes, mesmo fazendo nascer a demanda por produtos industriais entre os camponeses, como meio de acelerar a produção. Observou-se, igualmente, que a reforma agrária deve ter sua aplicação adequada às condições de cada país. Finalmente, a reforma agrária contribui, imensamente, para a concretização de uma subseqüente estabilidade política, servindo, dêste modo, também, para estimular o desenvolvimento econômico.

Por último, levantou-se o problema de se o desenvolvimento institucional do Hemisfério Ocidental, em têrmos de criação de mercados comuns e áreas de livre comércio, e da "Aliança para o Progresso" não estaria tendendo ao estabelecimento de sistema econômico e político fechado no Novo Mundo, e levando, assim, a um enfraquecimento, senão a uma ruptura dos laços tradicionais com a Europa. Êste problema provocou muita discussão. Em resposta, vários participantes observaram que tal não era a intenção, nem dos latino-americanos nem dos norte-americanos, mas que, ao contrário, ambas as partes do Hemisfério abrigavam o desejo de uma maior ajuda européia para

os programas de desenvolvimento econômico da América Latina. Assinalou-se, contudo, que estas novas reestruturações institucionais na América apresentava um certo aspecto defensivo, resultante do temor dos efeitos negativos, nesta parte do mundo, do Mercado Comum Europeu, e, particularmente, da inclusão dentro dêsse Mercado, das áreas tropicais da África, que são concorrentes da América Latina.

6. Conceitos legais e Legislação para o Desenvolvimento.

Observou-se que uma estrutura legal adequada é essencial para a execução de programas de desenvolvimento, pois que constitui um meio de assegurar continuidade e previsibilidade, assim como impessoalidade e de evitar o exercício arbitrário do Poder. A legislação, contudo, deve ser adaptada à realidade e não vice-versa. A legislação colonial herdada e a incorporação posterior de idéias liberais, nas constituições da maioria dos países latino-americanos, nem sempre produziu uma base definida para o tipo de legislação que o desenvolvimento econômico requer hoje em dia; é comparativamente recente a adoção de dispositivos legais capacitando o Estado a realizar planejamento, reforma agrária, e, em geral, orientar a atividade econômica para objetivos específicos. Não obstante, o excesso de legislação torna-se prejudicial ou vem a constituir um conjunto bastante complexo de regulamentações, cujo objetivo ainda não foi definido claramente. Isto é particularmente exato no caso da legislação fiscal. Uma das primeiras iniciativas deveria ser, pois, a de reexaminar a legislação econômica existente com a intenção de determinar a sua adequação.

Entretanto, êste reexame e a adoção de nova legislação deveria ser uma decorrência da elaboração de políticas adequadas de desenvolvimento econômico. Se um país é capaz de adotar tais políticas, deve complementá-las com a legislação adequada. Algumas das áreas, onde esta se faz necessária são: a organização do processo de planejamento, inclusive relações entre os Governos Federal e estaduais; estímulos para a indústria privada e os investimentos agrícolas; tratamento do capital estrangeiro; tarifas dos serviços de utilidade pública; instituições financeiras e bancárias; reforma agrária; trabalho e emprêgo; educação; previdência social; tributação; administração pública. Alguns conferencistas emprestaram especial relêvo ao último aspecto mencionado, particularmente à necessidade de se assegurar maior integridade no exercício das funções públicas.

RESUMOS DE CONFERÊNCIAS

OS PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO VISTOS DA EUROPA — Dr. A. de Smaele, Presidente do Conselho Econômico Belga — 9 págs.

Como todos os problemas regionais, os da América Latina apresentam peculiaridades e características que os distinguem dos da Europa, Ásia e África. O conhecimento dessas condições especiais, embora indispensável à solução dêsses mesmos problemas, não chega a atingir o grau de suficiência necessária para resolvê-los; a simples consciência da situação latino-americana, com suas *nuances* e suas dificuldades típicas, não enseja uma resposta adequada aos seus desafios econômicos e sociais. A solução de problemas regionais exige, além dessa consciência, uma profunda identificação com o meio, com a organização social na qual se procura intervir e com as instituições e tradições sob as quais se pretende operar.

Comentando a presente prosperidade européia e o bem-estar social resultante, a seguir, A. de Smaele, observa que seria incidir em engano supor que "o comportamento popular é determinado sòmente pelo estado objetivo de confôrto". Correspondesse essa impressão aos fatos e a Europa de hoje seria socialmente tranqüila. Na realidade, "a consciência de que é possível viver melhor" resulta em novas reivindicações aos Governos e nova luta por um padrão de vida superior ao até então usufruído. Acredita, porém, o autor que a existência de organizações políticas, patronais e sindicais, tôdas conscientes da complexidade do problema do desenvolvimento, se não eliminou os conflitos de classe na Europa Ocidental, fêz com que êstes se verificassem, pelo menos "em outro nível".

A seguir, o conferencista sublinhou os três pressupostos indispensáveis a uma política de desenvolvimento. É necessário que haja: 1) — um esfôrço de antecipação ou seja um cálculo adequado das necessidades a enfrentar e do meios com que se conta para cumprir os objetivos colimados; 2) — um julgamento de valor sôbre os resultados da evolução econômica. Em outras palavras, combinarão os objetivos a alcançar com as

aspirações e as reivindicações da coletividade?; 3) — "desta comparação entre acontecimentos prováveis e acontecimentos desejados" surge a necessidade de uma "intervenção marginal" para orientar o curso dos objetivos preestabelecidos.

E, como orientar um desenvolvimento, significa, necessàriamente, intervir em seu processo, o último e terceiro pressuposto, anteriormente mencionado, induz a pensar em têrmos de planificação. Em se tratando da Europa Ocidental, de uma planificação que inicia os seus passos, em uma economia de mercado e que, em conseqüência, não poderia deixar de trazer a marca nacional dos países que a utilizam. Nos países europeus favorecidos pelo Mercado Comum, não se poderia deixar de levar em conta o seu papel catalítico fundamental para o desenvolvimento econômico, e, igualmente, para uma planificação supranacional. Tècnicamente encarada, porém, a abordagem da planificação faz-se sob dois ângulos complementares: o técnico e o psicológico, o primeiro sob direção dos economistas e o segundo, dos sociólogos.

Transpondo o problema do âmbito europeu para uma esfera mais geral, o autor acentua com relação às particularidades regionais, que se estas constituem um fato inegável, não o são menos a verificação de que todos os problemas reencontram o seu caráter universal no plano da ciência. Cientìficamente, atinge-se sempre o ponto em que os problemas nacionais ultrapassam suas fronteiras e passam a pertencer à comunidade mundial. Por outro lado, a estreita interligação entre o desenvolvimento e a situação externa, por uma cadeia sucessiva de fatos e acontecimentos inelutáveis, aproxima os interêsses das nações e deveria levá-las, a trabalhar, conjuntamente, em favor de "uma só paz e de uma só economia".

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA LIÇÃO E UM DESAFIO — David Rockfeller, Presidente do "The Chase Manhattan Bank".

Os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países pobres são, para o autor, de três espécies: a) — instabilidade dos preços dos produtos e dos lucros resultantes das exportações; b) — o crescente surto populacional ; c) — a atitude e a responsabilidade das próprias áreas em desenvolvimento. Entre êsses fatôres, o trabalho situa outros de menor importância, como, por exemplo, na América Latina, um nacionalismo sentimental

arraigado, a hostilidade ao lucro e a equiparação do colonialismo aos investimentos de capitais.

Ao analisar, em linhas gerais, o subdesenvolvimento latino-americano, Davi Rockfeller oferece uma crítica conservadora a algumas soluções reformistas propostas pela "Aliança para o Progresso", mormente quando esta encarece "a necessidade de movimentos de reformas que não podem ser empreendidas, aceleradamente, sem acarretar intranqüilidade social e incerteza política... "Mais adiante afirma que "seria êrro crasso alterar as tarifas tributárias a ponto de restringir aquêles mesmos incentivos comerciais indispensáveis para atrair a economia privada e o investimento de capital. Para que a América Latina não venha a adotar doutrinas que confiram aos Governos centralizados autoridade sôbre a maioria dos recursos nacionais e que reduzem a liberdade individual, torna-se, então, ineludìvelmente flagrante que os incentivos a que nos referimos assumam um papel preponderante".

Após destacar o papel "preponderante" que o capital privado deveria assumir no desenvolvimento econômico latino-americano, dentro do contexto geral da "Aliança para o Progresso", o autor formula uma série de sugestões que deveriam orientar o esfôrço de superar a barreira do subdesenvolvimento. Assim, visando adaptar-se à nova tecnologia moderna, os países subdesenvolvidos teriam escolhido o caminho adequado, se realizassem programas de educação e aprimoramento social, abrangendo a população como um todo. Por outro lado, a ajuda econômica estrangeira deveria ser utilizada de modo a melhor estimular e arregimentar os recursos locais; os planejamentos, a longo prazo, deveriam merecer, de parte dos Governos interessados, a mais alta prioridade.

UMA EDUCAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA — Luis Beltrán Prieto, Técnico em Educação, Presidente da Câmara do Senado da Venezuela — 13 págs.

A Escola Primária, no campo ou na cidade, não pode deixar de levar em consideração o meio ambiente, suas caracteristicas, suas exigências particulares. Não se deve, contudo, compreender *a escola rural e a escola urbana como formas diferentes* de educação, pois ambas se destinam, evidentemente, a servir o mesmo objetivo; formar cidadãos aptos a participar da vida democrática nacional, capazes de cumprir as tarefas especificas que *as suas regiões exigem* e *conscientes dos seus próprios*

direitos. Esta formação requer uma escola flexível em sua organização, adaptável às circunstâncias, industrial na cidade, agrícola no campo, que não seja apenas um lugar, onde se aprende a ler e escrever, mas a capacitar-se para o trabalho e a desenvolver, com base na realidade, possíveis aspirações espirituais. Ao mesmo tempo, sob o ângulo social, a escola primária precisa perder o seu caráter de classe em favor de uma escola nacional para as massas.

Por outro lado, a Escola Média mostra-se inadequada, por seu excessivo intelectualismo e seu apêgo às Humanidades clássicas, a corresponder às solicitações do desenvolvimento econômico e social da região. Acredita o autor que a reforma dêste nível de ensino é a mais premente e a mais difícil de realizar porque a rotina criou hábitos que amortecem o desejo de progresso. Consagradas as suas verdadeiras finalidades, através de reforma, a Escola Média contribuiria para o que se denomina no trabalho de "humanismo democrático". Em outras palavras, trataria de formar "um homem que não fôsse nem um produto do humanismo clássico, isto é, um ser de olhos fixos no passado, cheio de teorias, de princípios que não se aplicam às circunstâncias atuais, nem um técnico desumanizado, incapaz de compreender o vínculo de solidariedade social, que une os homens, quando trabalham para o bem-estar coletivo".

Por outro lado, não conseguiram as Universidades latino-americanas acompanhar o desenvolvimento social e econômico da região. Fiéis aos interêsses das classes dominantes, permaneceram inacessíveis ao povo. Verificou-se, então, que era necessário realizar reformas. Mas, nas reformas elaboradas, os objetivos políticos predominaram sôbre os de ordem técnica e administrativa. Permaneceram, portanto, as Universidades distantes da realidade, sem conseguir, sequer, captar a atenção dos estudantes para especialidades mais essenciais ao desenvolvimento, mas de menor prestígio tradicional, como Engenharia Mecânica, Eletricidade, Engenharia Química, Agronomia e Veterinária.

Ora, as Universidades devem estar situadas, ao contrário, dentro da vida nacional, voltadas e atentas para as necessidades, os desajustamentos e os anseios de progresso dos países a que pertencem. Não se podem apartar do esfôrço de desenvolvimento, a pretexto, pura e simplesmente, de um ideal de autonomia. "A chamada autonomia absoluta da Universidade deixou de ser uma idéia revolucionária e progressista para se tornar um obstáculo e conspira contra a reforma universitária porque tende a desligar a Universidade dos problemas fundamentais da época". Ademais,

essa autonomia contribui para o surgimento de camarilhas e castas, que passam a constituir a nota dominante nos meios universitários.

A educação de adultos não deve compreender, apenas, a aprendizagem das primeiras letras, mas igualmente, a alfabetização técnica, indispensável à melhoria das condições de vida e ao aumento da produtividade no trabalho. Não deveria ser subestimada, do mesmo modo, a mudança de atitudes e de hábitos que essa educação opera, propiciando uma atmosfera mais favorável à solução dos problemas de comunidade, de cultivo agrícola e aproveitamento de recursos minerais. O treinamento em serviço, em países onde não existe tradição de ensino técnico, como na América Latina, está desempenhando um relevante papel educacional, como complemento da operação alfabetizadora de adultos empreendida na região.

TENSÕES NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS — Mário Henrique Simonsen, Economista brasileiro — 16 págs.

Quais as principais fontes de tensões nos países subdesenvolvidos? Situando essas tensões dentro do quadro geral de desequilíbrio dos referidos países, o autor faz menção a três: tensões econômicas, tensões inflacionárias e tensões nacionalistas. As primeiras resultam da incompatibilidade das aspirações coletivas com relação à distribuição da propriedade e da renda; as segundas, de um comportamento inadequado dos Governos face às reivindicações dos diversos grupos sociais; as terceiras, da atitude emocional, ou lógica mas exagerada, de ponderáveis parcelas dos setores politizados nacionais sôbre determinados problemas como capitais estrangeiros, exportações de matérias-primas, reformas sociais e alterações na distribuição da renda.

As tensões econômicas atingem, sobremaneira, os países de economia de mercado, principalmente os menos desenvolvidos, em decorrência de uma série de fatôres, sendo os principais: a expansão do desejo de progredir pela intercomunicação das diversas áreas urbanas e rurais; o crescimento das unidades de decisão com o aparecimento de grandes organizações, associações e sindicatos; a ausência de fronteiras lógicas para a interferência da unidade principal de decisões, ou seja, o Govêrno.

Sôbre a marcha do processo inflacionário, o economista Mário Henrique Simonsen faz várias observações: a) — entre os empregados assalariados, certos grupos de alta arregimentação

política levam nítida vantagem sôbre os que se encontram menos organizados; b) — os Governos procuram, freqüentemente, combater a inflação, atacando os seus efeitos. Esta política encontra apoio na incompreensão popular das causas verdadeiras do processo inflacionário e tem por instrumento o contrôle dos preços; c) — as conseqüências negativas da inflação refletem-se no comportamento do mercado de câmbio. Dentro do sistema de contrôle de preços, é comum o emprêgo de taxas de câmbio supervalorizadas, sustentadas por um certo contrôle do volume das importações; evidentemente é impossível manter o câmbio constante durante um período inflacionário muito longo, mas constitui sempre uma possibilidade reajustá-lo com atraso, se se diminuem as despesas em moedas estrangeiras; d) — é claro que a inflação produz severas complicações no mercado de créditos; e) — a inflação é a eterna fonte de ilusões de rentabilidade; f) — um dos principais elementos da subversão da ordem econômica pela inflação é o desaparecimento progressivo da correlação entre o esfôrço produtor e o enriquecimento.

O autor distingue oito tipos de nacionalismo: o autêntico, o único capaz de dar ânimo à população para suportar os sacrifícios do crescimento; o fantasmagórico, o xenófobo, ambos subprodutos espúrios do primeiro; o monopolista, ou seja, o endossado pelos chamados "industriais progressistas", de motivos não ideológicos mas materiais e imediatos; o oportunista, que o utilizam polìticamente; o socialista e o marxista que o entendem *como um meio tático para realizar seus objetivos.*

O nacionalismo espúrio teria como conseqüências nefastas: 1) — a rejeição da colaboração dos capitais estrangeiros; 2) — a falta de aproveitamento total das possibilidades de exportação de matérias-primas; 3) — a atitude incoerente perante o problema consumo-desenvolvimento econômico; 4) — a aceitação e, às vêzes, até a defesa dos processos inflacionários crônicos. De onde conclui o autor que, em geral, não há dúvida de que o nacionalismo, nos países em crescimento, constitui uma das grandes fontes de preservação das fôrças inflacionárias crônicas.

Assinala o trabalho, finalmente, que canalizar essas tensões para um esfôrço construtivo constitui um dos maiores desafios aos políticos e sociólogos do mundo livre. Os países em crescimento têm contra si, não sòmente a baixa capacidade de investimento e sua freqüente dissolução pela explosão demográfica, como também certos padrões irracionais de conduta. Os preconceitos dogmáticos, a inflação e as ilusões políticas representam feridas permanentes pelas quais sangra e se perde a oportunidade

de desenvolvimento. Um sentimento real de união nacional, livre de visões fantasmagóricas, de complexos xenófobos ajudará o povo a suportar com paciência os sacrifícios que o desenvolvimento exige.

LIVROS RECENTES SÔBRE PROBLEMAS POLÍTICOS REGIONAIS E INTERNACIONAIS

1. POLÍTICA GERAL

AFRICA E BRASIL: OUTRO HORIZONTE — *José Honório Rodrigues* — Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961 — 359 p.
COMMON SENSE ABOUT DEMOCRACY OR THE PREDICAMENT OF DEMOCRATIC MAN — *Edmond Cahn* — London,, Gollancz, 1962 — 190 p., 12s. 6d.
THE EGYPTIAN ARMY IN POLITICS: PATTERN FOR NEW NATIONS? — *P. J. Vatikiotis* — Bloomington, Indiana Univ. press, 1961 — 300 p., $7.95
GOVERNMENTS AND POLITICS OF THE MIDDLE EAST IN THE TWENTIETH CENTURY — *H. B. Sharabi* — Princeton, Van Nostrand, 1962 — 296 p., $6.50
AMERICA AND THE WORLD REVOLUTION — *Arnold J. Toynbee* — London/etc/Oxford Univ. press, 1962 — 77 p., 12s. 6d.
AMERICAN FOREIGN POLICY AND THE COLD WAR — *H. Aptheker* — New York, New Century Publishèrs, 1962 — 416 p.
THE AMERICA MYTH AND THE EUROPEAN MIND — AMERICAN STUDIES IN EUROPE 1776-1960 — *Sigmund Skard* — Philadelphia, Pennsylvania Univ. press, 1961 — 112 p., 36s.
AMERICAN SCIENTISTS AND NUCLEAR WEAPONS POLICY — *Robert Gilpin* — Princeton, Princeton University Press, 1962 — 352 p., $6.95
APPEASEMENT: ROAD TO WAR — *William Henry Chamberlin* — New York, Rolton House, 1962 — 211 p., $4.50
BERLIN: HOSTAGE FOR THE WEST — *John Mander* — Harmondsworth, Penguin books, 1962 — 124 p., 2s. 6d.
THE CHANGING PATTERNS OF THE MIDDLE EAST — *Pierre Rondot* — Translated, by Mary Dilke — N. Y., Praeger, 1961 — 196 p., $5.00
LA COEXISTENCE PACIFIQUE — *Victor Leduc* — Paris, Julliard, 1962 — 178 p., NF 8.70
COLD WAR AND COMMON SENSE — *Thomas U. Wilson, Jr.* — Greenwich (Conn.), New York Graphic Society, 1962 — 211 p., $4.95
THE COLD WAR AND ITS ORIGINS, 1917-1960 — *Denna Frank Fleming* — Garden City, Doubleday and co., inc., 1961 — 2 vs., $15.
COMMUNIST CHINA'S STRATEGY IN THE NUCLEAR ERA — *Alice Langley Hsiech* — Englewood Cliffs (N. Y.) Prentice-Hall, 1962 — 204 p., $4.50
A DEMOCRACIA NA AMÉRICA — *Alexis de Tocqueville* — Belo Horizonte, Editôra Itatiaia Limitada, 1962 — 620 p.
DIMENSIONS OF FREEDOM — *Felix E. Oppenhein* — N. Y., St. Martin's press, 1061 — 242 p., $6.50

DISCORD AND COLLABORATION: ESSAYS ON INTERNATIONAL POLITICS — *Arnold Wolfers* — Baltimore, The John Hopkins University Press, 1962 — 283 p., $6.00

THE DYNAMICS OF INTERNATIONAL POLITICS — *Norman J. Padelford* and *George A. Lincoln* — N. Y., The Macmillan co., 1962 — 634 p.

EUROPEAN POLITICS AND GOVERNMENT: A COMPARATIVE APPROACH — *C. A. L. Rich* and *others* (eds) — N. Y., The Ronald press, 1962 — 780 p., $8.

THE ETERNAL TRIANGLE? COMMUNIST CHINA, THE UNITED STATES AND THE UNITED NATIONS — *Sheldon Appleton* — East Lansing. Michigan State Univ. press, 1961 — 274 p., $5.95

EUROPA: DOKUMENTE ZUR FRAGE DER EUROPÄISCHEN EINIGUNG — Munich, Oldenbourg, 1962 — 3v.

L'EUROPE DES EUROPÉENS — *Georges Elgozy* — Paris, Flammarion, 1962 — 332 p., NF. 8.50

DER EUROPÄISCHE BEAMTE UND SEIN DISZIPLINARRECHT — *Hans Furler* — Leiden, A. W. Sythoff, 1962 — 392 p., Fl. 32.25

FOREIGN AID AND THE DEFENSE OF SOUTHEAST AISA — *Amos A. Jordan, Jr.* — New York, Praeger, 1962 — 272 p., $6.50

INDEPENDENT EASTERN EUROPE: A HISTORY — *C. A. Macartney* and *A. W. Palmer* — London — N. Y., Macmillan, 1962 — 499 p., 50s.

INDONESIA AND THE DUTCH — *Leslie H. Palmier* — London, Oxford Univ. pres, 1962 — 194 p., 18s.

THE INTERNATIONAL SYSTEM: THEORETICAL ESSAYS — *Klaus Knorr* and *Sidney Verba* (eds) Princeton, Princeton University Press, 1961 — 237 p., $5.00

THE MIDDLE EAST IN WORLD AFFAIRS — 3 rd ed. — *George Lenczowski* — Ithaca, N. Y. Cornell University Press, 1962 — 749 p., $8.95

NATIONALISM AND INTERNATIONAL PROGRESS — *Urban G. Whitaker Jr.* — San Francisco, Chandler Publishing co., 1961 — 218 p.

NATIONS IN ALLIANCE: THE LIMITS OF INTERDEPENDENCE — *George Liska* — Baltimore, Johns Hopkins Press, 1962 — 301 p., $6.00

LATIN AMERICA BETWEEN THE EAGLE AND THE BEAR — *Salvador de Madariaga* — New York, Praeger 1962 — 187 p., $4.50

LATIN AMERICA: THE ELEVENTH HOUR — New York, *P. J. Kennedy* and *Sons*, 1962 — 224 p., $4.50

LENINS ANLEITUNG ZUM HANDELN: THEORIE UND PRAXIS SOWJETISCHER AUSSENPOLITIK — *Walter Grottian* — Köln-Opladen, Westdeutscher Verlag, 1962 — DM 34, 50

THE LONELY AFRICAN — *Colin M. Turnbull* — New York, Simon and Schuster, 1962 — 251 p. $4.50

MEN AND NATIONS — *Louis J. Halle* — Princeton, Princeton University Pres, 1962 — 228 p., $4.75

THE MIGHT OF NATIONS: WORLD POLITICS IN OUR TIME — *John G. Stoessinger* — N. Y., Randon House, 1961 — 475 p.

MODERN WORLD POLITICS — *Thorsten V. Kalijarvi* — N. Y., Thomas Y. Crowell, 1961 — 660 p.

THE MOULDING OF COMMUNISTS (THE TRAINING OF THE COMMUNIST CADREO) — *Frank S. Meyer* — N. Y., Harcourt, Brace and co., 1961 — 214 p., $5.00

NEUTRALITÄT UND VÖLKERGEMEIN SCHAFT — *Hans Haug* — Zürich, Polygraphischer Verlag, 1962 — 191 p., DM 22.

NEVILLE CHAMBERLAIN — *Iaim Macleod* — N. Y. Atheneum, 1962 — 319 p., $5.75

THE NEW FRONTIER OF WAR — *William R. Kintner* with *Joseph Z. Kornfeder* — Chicago, Regenery, 1962 — 362 p., $7.50

NO SUBSTITUTE FOR VICTORY — *Frank J. Johnson* — Chicago, Regenery, 1962 — 230 p., $5.00

OUTER SPACE: PROSPECTS FOR MAN AND SOCIETY — *Lincoln P. Bloomfield* — Englewood Clifs, Spectrum paperbacks, 1962 — 224 p.

THE OVERSEAS AMERICANS — *Harlan Cleveland* /etc/ — N. Y. /etc/ *McGraw-Hill Book* co., 1962 — 316 p., 46s.

THE PARADOXES OF FREEDOM — *Sidney Hook* — Berkeley, Univ. of California press — $4.95

PEACE AND OPINION — *Evan Luard* — New York, Oxford University Press, 1962 — 170 p., $4.00

PEKING UND MOSKAO — *Klaus Mehnert* — Stuttgart, Deutsche Verl.-Ant., 1962 — 605 p. — DM 19.80

PENSAMENTO E AÇÃO DO PRESIDENTE KENNEDY — *John Fitzgerald Kennedy* — Rio de Janeiro, Distribuidora Récord, 1962 — 229 p.

POLITICAL ADVANCEMENT IN THE SOUTH PACIFIC: A COMPARATIVE STUDY OF COLONIAL PRACTICE IN FIJI, TAHITI AND AMERICAN SAMOA — *F. J. West* — Melbourne /etc/Oxford Univ. Press, 1961 — 188 p., 35s.

POLITICAL CHANGE IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES: NATIONALISM AND COMMUNISM — *John H. Kautsky* (ed.) — New York, *John Wiley* and *Sons*, 1962 — 347 p., $3.95

THE POLITICAL WORLD OF AMERICAN ZIONISM — *Samuel Halperin* — Detroit, Wayne State Univ. press, 1961 — 431 p., $8.

THE POLITICS OF AFRICAN NATIONALISM — *George W. Shepherd, Jr.* — New York, Praeger, 1962 — 244 p., $5.00

THE POLITICS OF FREEDOM — *C. W. Cassinelli* — Washington, University of Washington Press, 1962 — 219 p., $4.75

THE POLITICS OF WESTERN DEFENSE — *F. W. Mulley* — New York, Praeger, 1962 — 282 p., $6.75

POLITIK IN DER REICHSKANZLE — AUFZEICHNUNGEN AUS DEN JAHREN 1929-1932 — *Hermann Pünder* — Stuttgart, Thilo Vogelsang, 1961 — 179 p., DM 7.80.

POPULATION AND WORLD POWER — *Katherine Organski* and *A. F. K. Organski* — N. Y., A. Knopf, 1961 — 263 p., $5.00

POWER AND DEMOCRACY IN AMERICA — *William V. D'Antonio* and *Howard J. Ehrlich* — Notre Dame, Univ. of Notre Dame press, 1961 — $4.50

POWER AND INTERNATIONAL RELATIONS — *Inis L. Claude* — N. Y., Randon House, 1962 — 600 p.

A PREFACE TO DEMOCRATIC THEORY — *Robert A. Dahl* — New Brunswick, Rutgers Univ. press, 1961 — 112 p.

PUBLIC PAPERS OF THE PRESIDENTS OF THE UNITED STATES: JOHN F. KENNEDY, 1961 — Washington, Government Printing Office, 1962 — 908 p., $6.00

RADOCHEE DVIZHENIE V KAPITALISTICHESKI — (1959-1961) — *A. A. Arzumanyan* (ed.) — Moscow, Gospolitizdat, 1961 — 548 p., 1 ruble, 5 kopeks.

DER ROTE HANDSCHUH — *Fritz Max Cahén* — Frankfurt/nain, Atheneaum Verlag, 1961 — 300 p.. DM 18,

SECRECY AND PUBLICITY: DILEMMAS OF DEMOCRACY — *Francis E. Rourke* — Baltimore, The Johns Hopkins Press, 1961 — 230 p., 40s.

SCIENCE AND THE NATION: POLICY AND POLITICS — *J. Stefan Dupré* and *A. Lakoff* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1962 — $3.95

SOVIET FOREIGN POLICY AFTER STALIN — *David J. Dallin* — London, Methuen, 1962 — 553 p., 50s.

THE SOVIET UNION AT THE UNITED NATIONS: AN INQUIRY INTO SOVIET MOTIVES AND OBJECTIVES — *Alexander Dallin* — N. Y., Praeger, 1962 — 250 p.

SOWJETRUSSISCHE ORIENTPOLITIK AN BEISPIEL TURKESTAN. BAND II — *Baumirza Hayit* — Cologne, Kiepenheuer & Witsch, 1962 — 289 p.

STALIN AND THE FRENCH COMMUNIST PARTY, 1941-1947 — *Alfred J. Rieber* — New York, Columbia University Press, 1962 — 395 p., $7.50

STRATEGY AND TACTICS OF SOVIET FOREIGN POLICY — *J. M. Mackintosh* — N. Y., Oxford Univ. press, — $8.00

THE STRUGGLE FOR DEMOCRACY IN LATIN AMERICA — *Charles O. Porter* and *Robert J. Alexander* — New York, Macmillan, 1961 — 215 p.

LA TABLE RONDE BELGO-CONGOLAISE, V.I — *Georges H. Dumont* — Paris, Éditions Universitaires, 1961 — 308 p., Bel. Frs. 300

THE U.N. IN THE CONGO: A QUEST FOR PEACE — *King Gordon* — Washington, the Carnegie Endowment for International Peace, 1962 — 176 p., $1.95

UNCONDITIONAL SURRENDER: THE IMPACT OF THE CASABLANCA POLICY UPON WORLD WAR II — *Anne Armstrong* — New Brunswich, Rutgers Univ. press, 1961 — 304 p., $6.50

WAR AND PEACE AND GERMANY — *Fred Warner Neal* — New York, Norton, 1962 — 166 p., $3.95

YUGOSLAVIA AND THE NEW COMMUNISM — *George W. Hoffman* and *Fred Warner Neal* — New York, Twentieth Century Fund, 1962 — 546 p., $8.00

DIE INTERNATIONALE POLITIK 1956-1957: DIE BEGEGNUNG MIT DEM ATOMZEITALTER — *Wilhelm Cornides et al* (ed.) — Munich, Verlag R. Oldenbourg, 1961 — 800 p.

LATIM AMERICA: DIPLOMACY AND REALITY — *Adolf A. Berle, Jr.* — New York, Harper and Row (for the Council on Foreign Relations) 1962, 144 p., $2.95

AN APPROACH TO PEACE, AND OTHER ESSAYS — *H. Stuart Hughes* — New York, Atheneum, 1962 — 204 p., $4.50

2. ASSUNTOS JURÍDICOS E DIPLOMACIA

AN ATLAS OF WORLD AFFAIRS — *Andrew Boyd* — London, Methuen, 1962 — 160 p., 7s. 6d.

L'APLICATION ET L'INTERPRÉTATION DU DROIT INTERNE PAR LES JURIDICTIONS INTERNATIONALES — *Jean-Aimé Stoll* — Bruxelles, Intitut de sociologie, 1962 —

DAS ARBEITSRECHT ALS GEGENSTAND INTERNATIONALER RECHTSETZUNG — *Gerhard Schnorr* — Munich — Berlin, C. H. Beck, 1960 — V.10, 342 p., DM 30

A COMPARATIVE STUDY OF THE INDIAN CONSTITUTION. V.I. — *Sirdar D. K. Sen.* — Bombay/etc/ Orient Longmans, 1961 — 382 p., 42s.

DICIONÁRIO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO — *Rubens Ferreira de Melo* — Rio de Janeiro, Iguaçu 1962 — 360 p.

DIPLOMATIC PROTEST IN FOREIGN POLICY: ANALYSIS AND CASE STUDIES — *Joseph C. Mckenna* — Chicago, Loyola University Press, 1962 — 222 p., $6.00

DIPLOMATS IN INTERNATIONAL COOPERATION — *Michael H. Cardozo* — Ithaca, N. Y., Cornell University Press, 1962

DOCUMENTS ON AMERICAN FOREIGN RELATIONS, 1961 — *Richard P. Stebbins* (ed.) — New York, Harper and Row, 1962 — 555 p., $6.95

DOCUMENTS ON CANADIAN FOREIGN POLICY — 1917-1939 — *Walter A. Riddell* — N. Y., Oxford Unive. press — $13.50

EUROPEAN ORGANIZATIONS AND FOREIGN RELATIONS OF STATES: A COMPARATIVE ANALYSIS OF DECISION-MAKING — *F. A. M. Alting von Geusau* — Leiden, A. W. Sijthoff, 1962 — 290 p.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES (DIPLOMATIC PAPERS) — Washington, Government printing office, 1960 — 2 vs., $12.50

INTERNATIONAL POLITICS AND FOREIGN POLICY: A READER IN RESEARCH AND THEORY — N. Y., The Free press of Glencoe, 1961 — 511 p.

INTERNATIONAL RELATIONS: COOPERATION AND CONFLICT — *Charles P. Schleicher* — Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1962 — 608 p.

INTERNATIONAL RESPONSABILITY FOR HOSTILE ACTS OF PRIVATE PERSONS AGAINST FOREIGN STATES — *Manuel R. Garcia-Mora* — The Hague, Martinus Nijhoff, 1962 — 207 p.

THE INTERNATIONAL RULE OF LAW — A REPORT TO THE COMMITTEE ON RESEARCH FOR PEACE — *Arthur Larson* — N. Y., The Institute for international order, 1961 — 111 p., $1.00

INTERNATIONALRECHTLICHE UND STAATSRECHTLICHE ABHANDLUNGEN: FESTSCHRIFT FÜR WALTER SCHATZEL ZU SEINEM 70. GEBURTSTAG — Düsseldorf, Gebrüder Hermes, 1960.

THE LAW OF INTERNATIONAL AIR TRANSPORT — *Bin Cheng* — London, Stevens, 1962 — 726 p., 210s.

NATIONALISATION OF FOREIGN PROPERTY — *Gillian White* — New York, Praeger (for the London Institute of World Afairs) 1962 — 283 p., $13.75

THE POLITICAL FOUNDATIONS OF INTERNATIONAL LAW — *Morton A. Kaplan* — N. Y., John Wiley and sons, 1961 — 372 p.

LA PRIMERA UNIÓN DEL SUR: ORIGENES DE LA FRONTERA AUSTRAL ARGENTINO-CHILENA — *Diego Luis Molinari* — Buenos Aires, Edit. Devenir, 1961 — 135 p. $2.50

PRINCIPLES AND PRACTICE OF FOREIGN POLICY — *M. Ruthnaswamy* — Bombay, Popular Book Depot. 1961 — 384. p., Rs 20.

PRINCIPLES, POLITICS, AND FUNDAMENTAL LAW — *Herbert Wechsler* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — 171 p., $4.25

LE RÉGIME DE LA PROPRIETÉ EN URSS — *K. Stoyanovitch* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1962 — 312 p., 32 NF

SOME NEWLY ESTABLISHED ASIAN STUDIES AND THE DEVELOPMENT OF INTERNATIONAL LAW — *J. J. G. Syatauw* — The Hague, M. Nijhoff, 1961 — 249 p., Fi. 19

THE ST. LAWRENCE WATERWAY; A STUDY IN POLITICS AND DIPLOMACY — *William R. Willoughby* — Madison, Univ. of Wisconsin press, 1961 — 381 p., $6.00

A THEORY OF FOREIGN POLICY — *George Modelski* — N. Y., Princeton Univ., 1962 — 152 p., $5.00

3. ASSUNTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

AGENDA FOR INTERNATIONAL TRAINING: THE PROCEEDINGS OF A SEMINAR ON THE TRAINING OF PERSONNEL FROM DEVELOPING COUNTRIES — *Albert Lepawsky* (ed.) — Canadá, Univ. of Britsh Colombia, 1962 — 44 p., $1.50

A ALIANÇA PARA O PROGRESSO: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS — Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura, 1962 — 186 p.
THE ALLIANCE FOR PROGRESS: PROBLEMS AND PERSPECTIVES — *John C. Dreier* (ed.) — Baltimore, Johns Hopkins Press, 1962 — 146 p., $3.95
CAPITAL IN THE AMERICAN ECONOMY: ITS FORMATION AND FINACING — *Simon Kuznets* — Princeton, Princeton University Press, 1961 — 664 p., $12.00
CASE STUDIES IN EUROPEAN ECONOMIC UNION — *J. E. Meade* and *others* — N. Y., Oxford Univ. press — $6.10
LA COMMUNAUTÉ FRANCO-AFRO-MALGACHE — *F. Dumon* — Bruxelles, Université libre de Bruxelles, 1962 — 294 p., 220 FB
O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL E A INFLAÇÃO — *Dorival Teixeira Vieira* — São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1962 —144p.
ESTABILIDAD INFLACIÓN Y DESARROLLO — *Samuel Lurie* — México, Centro de Estudios Monetários Latinoamericanos, 1962 — 158 p. — 25.00 (méx.)
FORMACIÓN ECONÓMICA DEL BRASIL — *Celso Furtado* — Trad. Demetrio Aguilera Malta — México, Buenos Aires, Fondo de Cultura Econômica, 1962 — 260 p.
THE FOUNDATIONS OF FREEDOM: WITH SPECIAL TO SOUTHERN AFRICA — *D. V. Cowen* — Cape Town /etc/ Oxford Univ. press, 1961 — 258 p.
FREEDOM AND CATHOLIC POWER IN SPAIN AND PORTUGAL: AN AMERICAN INTERPRETATION — *Paul Blanshard* — Boston, Beacon Press, 1962 — 300 p., $3.95
FREEDOM OF ASSOCIATION: A STUDY OF THE ROLE OF INTERNATIONAL NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS IN THE DEVELOPMENT PROCESS OF EMERGING COUNTRIES — *James E. Knott Jr.* — Bruxelles, Union des Associations Internationales, 1962 — 93 p.
GERMAN MARXISM AND RUSSIAN COMMUNISM — *John Plamenatz* — London, Longmans, 1961 — 355 p. 15s.
THE GRAND DESIGN: FROM COOMON MARKET TO ATLANTIC PARTNERSHIP — *Joseph Kraft* — New York, Harper and Row, 1962 — 122 p., $2.95
HISTORIA DE LAS DOCTRINAS ECONÓMICAS — *Robert Lekachman* — Buenos Aires, Edit. V. Lerú, 1962 — 419 p., 240.00 (arg.)
THE HUMAN FACTOR IN CHANGING AFRICA — *Melville J. Herskovits* — London, Routledge & Kegan Paul, 1962 — 50s.
IN ASIEN UND AFRIKA: SOZIALE UND SOZIOLOGISCHE WANDLUNGEN — *Gabriele Wülker* — Stuttgart Kreuz — Verl. 1962 — 119 p. DM 7.80
INFLATION IN A DEVELOPING ECONOMY — INDIAN MERCHANTS Chamber Economic Research and Training Foundation, 1961 — 121 p.
LABOR RELATIONS IN ARGENTINA, BRAZIL AND CHILE — *Robert J. Alexander* — New York, Mcgraw-Hill, 1962 — 411 p., $8.95
LANGUAGE AND AREA STUDY PROGRAMS IN AMERICAN UNIVERSITIES — U.S. Department of State — Washington, Government Printing Office, 1962 — 143 p.
LATIN AMERICAN POPULATION STUDIES — *T. Lynn Smith* — Gainesville, Univ. of Florida press, 1961 — 83 p.

A MEDIDA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA — *João Pires Chaves* e *Rui Ferreira Leite* — Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1962 — 145 p.

MOBILISIERUNG DES ASIATISCHEN UND AFRIKANISCHEN ARBEITSKRÄFTTEPOTENTIALS — *Karl Billerbeck* — Hamburg, Verlag Weltarchiv, 1961 — 105 p., DM 18

THE MODERN JAPANESE BANKING SYSTEM — *Hubert F. Schiffer* — New York, University Publishers, 1962 — 240 p., $7.50

MORAL Y DESARROLLO ECONÔMICO: LA AYUDA A LOS PAISES SUBDESARROLADOS — *Fernando Storni* — Buenos Aires, Edit. Sudamericana, 1962 — 131 p.,

NATIONALISM IN LATIN AMERICA, PAST AND PRESENT — *Arthur P. Whitaker* — Gainville, University of Florida Press, 1962 — 91 p., $3.50

THE NEW SOCIETIES OF TROPICAL AFRICA: A SELECTIVE STUDY — *Guy Hunter* — London/etc/Oxford Univ. press, 1962 — 376 p.

O PETRÓLEO EM CRISE — *Harvey O'Connor* — Trad. de Waltensir Dutra — Rio de Janeiro, Zahar Editôres, 1962 — 457 p.

LA POLITICA DEL DESENVOLVIMIENTO ECONÓMICO — *Eugene R. Black* — México, Libreros Mexicanos Unidos, 1962 — 118 p.,

THE POLITICS OF FOREIGN AID: AMERICAN EXPERIENCE IN SOUTHEAST ASIA — *John D. Montgomery* — New York,, Praeger for the Council on Foreign Relations, 1962 — 336 p., $6.50

LA PREMIÈRE ÉTAPE DU MARCHÉ COMMUM: RAPPORT SUR L'EXÉCUTION DU TRAITÉ (janvier 1958 — janvier 1962) — Communauté Économique Européene — Bruxelles, 1962 — 128 p., $0.80.

PRICING POWER AND THE PUBLIC INTEREST: A STUDY BASED ON STEEL — New York, Harper & Brothers, 1962 — 359 p., $7.50

THE PROBLEM OF FOREIGN TRADE PRICE RELATIONS BETWEEN COUNTRIES WITH DIFFERENT LEVELS OF ECONOMIC DEVELOPMENT — *M. Tesic* — Rome, Stabilimento A. Staderini, 1962 — 48 p.

O PROGRESSO PELA ALIANÇA — *Lincoln Gordon* — Rio de Janeiro, Distribuidora Récord, 1962 — 126 p.

LA RÉFORME AGRAIRE DES PAYS EN VOIE DE DÉVELOPPEMENT — Bruxeles, Infor, 1962 — 44 p., bel. frs. 50.

REGIONAL DEVELOPMENT IN THE ECONOMIC COMMUNITY — Political and economic planning — London, Allen and Unwin, 1962 — 95 p., 9s 6d

SAVING, CREDIT & INSURANCE IN BRAZIL: THEIR CONTRIBUTION TO ECONOMIC DEVELOPMENT — *Ralph von Gersdorff* — Barbados, Government Printing Office, 1962 — 280 p., $5.00

SITUAÇÃO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA — Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais — Rio de Janeiro, 1961 — 179 p.

SITUACIÓN DE LA IGLESIA EN YUGOSLAVIA — *Rastko Vidió* — Trad. de Valentin Rodriguez — Beograd. Publicisticko-Izdavački Zavod "Yugoslavija" 1962 — 143 p.

SOCIOLOGIE ET POLITIQUE SOCIALE DANS LE PAYS OCCIDENTAUX — *Henri Janne* et *Jean Morsa* — Bruxelles, Institut de Sociologie, 1962 — 105 p., 120 FB

SPEARHEADS OF DEMOCRACY: LABOR IN THE DEVELOPING COUNTRIES — *George C. Lodge* — New York, Harper and Row (for the Council on Foreign Relations) 1962 — 249 p., $4.50

THE STRUCTURE OF THE EAST GERMANY ECONOMY — *Wolfgan F. Stolper, Karl W. Roskamp* — Cambridge, Harvard University Press, 1960 — 80 p., $1.75

SYSTÉMES FISCAUX ET MARCHÉ COMMUM — *Louis Reboud* — Paris, Sviey, 1961 — 374 p., NF.24
TECHNIQUE OF PLANNING FOR ACCELERATED ECONOMIC GROWTH OF UNDERDEVELOPED COUNTRIES — *S. S. Wagle* — Bombay, Vora & Co., 1961 — 296 p., Rs.12.
THE THEORY OF ECONOMIC INTEGRATION — *Bela Balassa* — Homewood (ill.) Irwin, 1961 — 304 p., $7.35
LA TRAGEDIA DEL *APARTHEID*: EL RACISMO EN SUDAFRICA — *Norman Philips* — México, Ediciones Era, 1962 — 164 p., 23.00 (mex.)
TRATADOS SÔBRE LOS CICLOS ECONÓMICOS — 4 ed. — *James Arthur Estey* — México, Fondo de Cultura Económica, 1962 — 564 p., 39.00 (méx.)
VIABILIDAD ECONÓMICA DE AMÉRICA LATINA — *Victor L. Urquidi* — México, Fondo de Cultura Económica, 1962 — 205 p.
RACIAL THEMES IN SOUTHERN RODESIA — *Cyril A. Rogers* and *C. Frantz* — New Haven, Yale University Press, 1962 — 427 p., $6.75
THE WORLD ROLE OF UNIVERSITIES — *Edward W. Weidner* — N. Y. /etc/McGraw-Hill, 1962 — 366 p., $6.95

4. ESTRATÉGIA E DESARMAMENTO

L'ALLIANCE ATLANTIQUE — *Claude Delmas* — Paris, Payot, 1962 — 280 p., 20 NF
LA C.I.A., CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY — *Andrew Tully* — Paris, Stock, 1962 — 256 p., NF. 15
COUNTER-REVOLUTIONARY AGENT — *Hans Tanner* — London, Foulis, 1962 — 161 p., 22/6.
CHANGING PATTERNS OF MILITARY POLITICS — *Samuel P. Huntington* (ed.) — N. Y., Free press of Glencoe, 1962 — 272 p., $7.50
DEFENSA COLECTIVA EN AMÉRICA Y EUROPA: EL TRATADO DE RIO Y EL PACTO DEL ATLANTICO — *Ardo Armando Cocca* — Buenos Aires, Abeledo-Perrot, 1961 — 106 p., 100.00 Pa
DETERRENCE AND DEFENSE: TOWARD A THEORY OF NATIONAL SECURITY — *Glenn H. Snyder* — Princeton, Univ. press, 1961 — 294 p., $6.50
LA FORCE INTERNATIONALE D'URGENCE — *Pierre Poirier* — Paris, Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1962 — 388 p., 40 NF.
LA GUERRE DES SERVICES SECRETS SOVIÉTIQUES — *Geoffrey Bailey* — Paris, Plon, 1962 — 280 p., 13,90 NF
LA GUERRE SECRÈTE — *Sanche de Gramont* — Paris, Robert Laffont, 1962 — 644 p., 19,50 NF
THE LIMITS OF DEFENSE — *Arthur I. Waskow* — Garden City, Doubleday, 1962 — 119 p., 22.95
LIVING WITH THE ATOM — *Ritchie Calder* — Chicago, University of Chicago Press, 1962 — 275 p., $5.95
100 MILLION LIVES: MAXIMUM SURVIVAL IN A NUCLEAR WAR — *Richard Fryklund* — New York, Macmillan, 1962 — 175 p.
PEACE THEORY: PRECONDITIONS OF DISARMAMENT — *John W. Burton* — New York, Knopf, 1962 — 201 p., $5.50
POSTWAR NEGOTIATIONS FOR ARMY CONTROL — *Bernard G. Bechhoefer* — Washington, The Brookings Institutions, 1961 — 641 p.
PROBLEMAS DEL DESARME — *Zadit Baez Castro* — s/.1., s.e./1960.
THE STRATEGY OF TRUTH: THE STORY OF THE U.S. INFORMATION SERVICE — *Wilson P. Dizard* — Washington, Public affairs press, 1961 — $4.50

SICHERUNG VOR ÜBERRASCHUNGSAN-GRIFEN IN ATOMZITALTER: AUSGEWÄHLTE DOKUMENTE ZUR GENFER EXPERTENKONFERENZ (10 Nov. — 10 Dez. 1958) — *Hermann Volle* und *Helga Haftendorn* — Frankfurt/M, Alfred Metzner, 1962 — 184 p.
A HISTORY OF SOVIET AIR POWER — *Robert A. Kilmarx* — London, Faber & Faber, 1962 — 359 p., 42s.

5. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

FACTS ABOUT THE NORTH TREATY ORGANIZATION — Paris, North Atlantic Treaty Organization, 1962 — 320 p.
INTERNATIONAL ORGANIZATIONS — London, Allen & Unwin, 1961 — 99 p.
INTERNATIONALE ORGANISATIONEN UND REGIONAL PAKTE (OHNE EUROPA-ORGANISATION) — *Fritz Münch* und *Gert von Eunern* — Köln, Westdeutscher Verlag, 1962 — 269 p.
HISTOIRE DU COOMONWEALTH BRITANNIQUE — *Henri Grimal* — Paris, Presses universitaires des France, 1962 — 128 p., 2,50 NF.
THE ORGANIZATION OF AMERICAN STATES AND THE HEMISPHERE CRISIS — *John C. Dreier* — New York, Harper and Row (for the Council on Foreign Relations) 1962 — 147 p., $2.95
ORGANISATIONS INTERNATIONALES ET SOUVERAINETÉ DES ÉTATS MEMBRES — *Marc-Stanislas Korowicz* — Paris, A. Pedone, 1961 — 349 p.

6. ASSUNTOS REGIONAIS

ADOLF HITLER: A SHORT BIOGRAPHY — *Helmut Heiber* — Lawrence Wilson — London, Wolff, 1961 — 192 p., 18s.
AFRICA SOUTH — *Harm J. de Bly* — Evanston, Northwestern University Press, 1962 — 399 p. $5.95
AMERICAN PERSPECTIVES — *Robert E. Spiller* and *Eric Larrabee* (eds) Cambridge, Harvard University Press, 1961 — 216 p., $4.75
ANGOLA: A SYMPOSIUM, VIEWS OF A REVOLT — *Philip Mason* (introduction) — London-Oxford, Univ. press, 1962 — 160 p., 9s 6d
ANGOLA IN FERMENT — *Thomas Okuma* — Boston, Beacon Press, 1962 — 137 p., $3.50
AN INTRODUCTION TO THE ECONOMIC HISTORY OF ETHIOPIA — *Richard Pankhurst* — London, Sidgwick & Jackson, 1961 — 454 p., 25s.
THE ACTION FRANÇAISE: DIE-HARD REACTIONAIRES IN TWENTIETH-CENTURY FRANCE — *Edward R. Tannenbaum* — New York, Wiley, 1962 — 316 p., $7.50
ASIA IN THE BALANCE — *Michael Edwardes* — Harmandsworth, Penguin books, 1962 — 201 p., 3s 6d.
AFRICA: THE POLITICAL PATTERN — *Milar Maclure* and *Dougles G. Anglin* — Toronto, Univ. of Toronto press, 1961 — 124 p.
ARAB NATIONALISM — *Sylvia G. Haim* (ed.) — Berkeley, University of California Press, 1962 — 255 p., $6.00
ASIA IN THE EUROPEAN AGE 1498-1955 — *Michael Edwardes* — London, Thames & Hudson, 1961 — 351 p., 35s.
THE ASIAN CENTURY: A HISTORY OF MODERN ASIAN NATIONALISM — *Jan Romein* — Berkeley, Univ. of California press, $7.50
THE AWAKENING OF SOUTHERN ITALY — *Margaret Carlyle* — New York, Oxford University Press, 1962 — 147 p., $3.40

EL FIN DEL IMPERIO — *John Strachey* — México, Fondo de cultura económica, 1962 — 406 p.

THE TWO FACES OF TASS — *Theodore E. Kruglak* — Minneapolis, University of Minnesota Press, 1962 — 263 p., $5.00

THE BELOVED LAND — *Vladimir Dedijer* — London, MacGibbon & Kee, 1961 — 374 p., 30s.

CABINET GOVERNMENT IN AUSTRALIA — *S. Encel* — New York, Cambridge University Press, 1962 — 367 p., $11.50

BRITISH FOREIGN POLICY SINCE THE SECOND WORLD WAR — *C. M. Woodhouse* — New York, Praeger, 1962 — 255 p., $6.50

BRITISH GUIANA — *Raymond T. Smith* — New York, Oxford University Press, 1962 — 218 p. $4.00

THE BRITISH PARLIAMENT — *Roland Young* — Evanston, Northwestern University Press, 1962 — 259 p., $6.50

CHANGEMENTS SOCIAUX EN CÔTE D'IVOIRE — *B. Holas* — Paris, Press, Universitaires, 1961 — 117 p., NF.8

THE CHINESE COMMUNES — *Richard Hughes* — London, The Bodley head, 1960 — 90 p. 10s. 6d.

COLOMBIA: A CONTEMPORARY POLITICAL SURVEY — *John D. Martz* — Chapel Hill, Univer. of North Carolina press, 1962 — 384 p., $7.50

THE COMMUNE SYSTEM IN MAINLAND CHINA — *Peter S. H. Tang* — Washington, Research Institute on the sino-soviet bloc, 1961 — 39 p., $0.65

CONGO 1961 — *Benoit Verhaegan* (ed.) — Bruxelles, Centre de Recherche et d'information socio-politiques, 1962 — 691 p.

LE CONGO, TERRE D'AVENIR, EST-IL MENACÉ? — *Patrice Lumumba*, 1961 — 217 p. bel. fr. 180

CRY ANGOLA! — *Len Addicott* — London, SCM press, 1962 — 144 p., 6s

CUBA BETRAYED — *Fulgencio Batista* — New York, Vantage Press, 1962 — 332p., $3.95

CUBA: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *Wyatt Mac Gaffey* and *Clifford R. Barnett* — New Haven, Human Relations Area Files Press, 1962 — 392 p., $8.75

THE CUBAN INVASION: THE CHRONICLE OF A DISASTER — *Karl E. Meyer* and *Tad Szulc* — New York, Praeger, 1962 — 160 p., $3.95

DAS DEUTSCHE PARLAMENT — *Ferdinand Siebert* und *Kurt G. Wernicke* — Franfurt Am Main — Bonn, Athenaeun, 1962 — 212 p., DM 24, —

DEUTSCHER ZOLLVEREIN — HISTORISCHES VORBILD FUR EWG ODER EFTA? — *Lothar Hilbert* — Luxembourg, Faculté internationale de droit comparé, 1961 — 28 p.

DIE SOWJETISCHE GESCHICHTE DES GROSSEN VATTERLÄNDISCHEN KRIEGES 1941-1945 — *B. S. Telpuchowski* — Frankfurt am Main, Bernard & Graefe Verlag, 1961 — 576 p., DM 29.50

DILEMMAS OF PROGRESS IN TSARIST RUSSIA: LEGAL MARXISM AND LEGAL POPULISM — *Arthur Mendel* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — $7.00

IL DUCE: THE LIFE OF BENITO MUSSOLINI — *Christopher Hillert* — Boston, Litle, Brown, 1962 — 367 p., $6.00

EAST ASIA IN DANGER — *Lorenz Stucki* — New York, Walker, 1961 — 207 p., $5.00

EAST CENTRAL EUROPE AND THE WORLD: DEVELOPMENTS IN THE POST-STALIN ERA — *Stephen D. Kertesz* (ed.) Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1962 — 386 p. $6.50

ECONOMIC DEVELOPMENT AND SOCIAL CHANGE IN SOUTH INDIA — *T. Scarlett Epstein* — Manchester, Univ. press, 1962 — 353 p., 42s.

ECONOMIC GROWTH IN THE UNITED STATES: ITS HISTORY PROBLEMS, AND PROSPECTS — *Summer H. Slichter* — Baton Rouge, John T. Dunlop, 1961 196 p., $5

ETHIOPIA: ITS PEOPLE, ITS SOCIETY, ITS CULTURE — *George A. Lipsky* and *others* — New Haven, Human Relations Area Files Press, 1962 — 376 p., $8.75

ESSAYS ON THE SOVIET ECONOMY — *Maum Jasny* — New York, Praeger (for the Institute for the Study of the USSR, Munick) 1962 — 297 p., $6.00

EVOLUTIONS POLITIQUE DE L'AFRIQUE DU NORD MUSULMANE 1920-1961 — *Roger le Tourneau* — Paris, A. Colin, 1962 — 503 p., NF 26

THE FAITHFUL CITY: THE SIEGE OF JERUSALEM 1948 — *Dov Joseph* — London, Hogarth press, 1962 — 344 p., 35s.

FALANGE: A HISTORY OF SPANISH FASCISM — *Stanley G. Payne* — Stanford, Univ. press, 1961 — 316 p., $6.00

FAUT-IL — PARTAGER L'ALGÉRIE — *Alain Peurefitt* — Paris, Plon, 1962 — 362 p., NF 13.90

FIRST-AND REPORT: THE INSIDE STORY OF THE EISENHOWER ADMINISTRATION — *Sherman Adams* — London, Hutchinson, 1962 — 342 p.

FRANCE IN MODERN TIMES: 1760 TO THE PRESENT — *Gordon Wright* — Chicago, Rand McNally, 1961 — $8.

FUNDAMENTAL LEGAL DOCUMENTS OF COMMUNIST CHINA — *Albert P. Blaustein* (ed.) — South Hackensack (NY), Rothman, 1962 — 603 p., $14.00

GERMAN CATHOLICS AND HITLER'S WARS — *Gordon C. Zahn* — New York, Sheed, 1962 — 232 p., $4.75

GOVERNMENT AND POLITICS IN ISRAEL — *Oscar Kraines* — London, Allen & Unwin, 1961 — 246 p., 25s.

GUERRE ET REVOLUTION D'ALGÉRIE. T.I. — LA NUIT COLONIALE — *Ferhat Abbas* — Paris, Julliard, 1962 — 240 p., 10,80 NF

HISTOIRE DE L'AFRIQUE — *I. Robert Cornevin* — Paris, Payot, 1962 — 456 p., 30 NF

HISTOIRE DE L'AFRIQUE OCCIDENTALE — *Djiril Tamsir Niane* et *Jean Suret-Canale* — Paris, Présence africaine, 1961 — 224 p., 12 NF

A HISTORY OF MALAYA — *J. Kennedy* — New York, St. Martin's Press, 1962 — 311 p. $6.75

A HISTORY OF MEXICO — *H. Bamford Parker* — London, Eyre & Spottiswoode, 1962 — 392 p., 42s.

THE IDEA OF THE JEWISH STATE — *Ben Halpern* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1961 — 492 p., $10.00 (Israel)

INDIA'S CHINA POLICY — *P. C. Chakravart* — Bloomington, Indiana University Press, 1962 — 180 p., $4.95

INDIA'S FOREIGN POLICY: SELECTED SPEECHES, SEPTEMBER 1946 — APRIL 1961 — *Jawaharlal Nehru* — Delhi, The Publications division, Ministry of information and broadcasting, 1961 — 612 p., 40s.

ISLAM: ITS MEANING FOR MODERN MAN — *Muhammad Zafrulla Khan* — London, Routledge & Kegan Paul, 1962 — 21s.

THE KREMLIN SINCE STALIN — *Wolfgang Leonaard* — Translated by *Elizabeth Wiskemann and Marian Jackson* — London /etc/Oxford Univ. press, 1962 — 403 p., 42s.
THE LATIN AMERICAN REPUBLICS: A HISTORY — *Dana Gardner Munro* — London /etc/Harrap, 1961 — 547 p., 40s.
THE MAKING OF BURMA — *Dorothy Woodman* — London, Gresset press, 1962 — 594 p., 63s.
MEXICO. REVOLUTION TO EVOLUTION, 1940-1960 — *Howard F. Cline* — N. Y., Oxford Univ. press — $6.75
MOBUTU, L'HOMME SEUL — Francis Monhein — Bruxelles, Éditions actuelles, 1962 — 254 p., (Congo)
MODERN ISLAM; THE SEARCH FOR CULTURAL IDENTITY — *G. E. von Grunebaum* — Berkeley, Univ. of California press — $7.50
MODERN SWEDISH GOVERNMENT — *Nils Andren* — Stockholm, Göteborg, Uppsala Almqvist & Wiksell, 1961 — 252 p., Sw kr. 19.50
MUSSOLINI'S ENEMIES: THE ITALIAN ANTI-FASCIST RESISTANCE — *Charles F. Delzell* — Princeton, Univ. press, 1961 — 620 p., $12.50
NEPAL — *Giuseppe Tucci* — London, Allen & Unwin, 1962 — 96 p., 25s.
THE NEW FRANCE — *E. R. Tannenaum* — Chicago, Univ. press, 1961 — 252 p., $5.
A NEW RUSSIA? — *Harrison E. Salisbury* — New York, Harper and Row, 1962 — 143 p., $3.50
THE NIGERIAN LEGAL SYSTEM — *T. O. Elias* — London, Routledge & Kegan Paul, 1962 — 40s.
NORTHERN MOROCCO: A CULTURAL GEOGRAPHY — *Marvin W. Mikesell* — Berkeley — Los Angeles, Univ. of California press, 1961 — 122 p.
NOUVELLES ÉTUDES SUR LES GROUPES DE PRESSION EN FRANCE — *Jean Meynaud* — Paris, Armand Colin, 1962 — 448 p., NF.23.
O NOVO ISRAEL — *Agustin Souchy* — Rio de Janeiro, Germinal, 1962 — $500,00
ORDER AND REBELLION IN TRIBAL AFRICA — *Max Gluckman* — London, Routledge & Kegal Paul, 1962 — 32s.
PAKISTAN: THE FORMATIVE PHASE — *Khalid B. Sayeed* — Canadá, Univ. of British Columbia, 1962 — 492 p., $8.00
THE PERSIAN GULF IN THE TWENTIETH CENTURY — *John Marlowe* — London, Cresset press, 1962 — 280 p., 30s.
PORTRAIT OF A REVOLUTIONARY: MAO TSE-TUNG — *Robert Payne* — N. Y., Aberlard Schuman, 1961 — $5.00
POWER RELATIONS WITHIN THE CHINESE COMMUNIST MOVEMENT, 1930-1934 — *Tso-Liang Hsiao* — Seattle, University of Washington Press, 1962 — 404 p., $7.50
A PRÉ-REVOLUÇÃO BRASILEIRA — *Celso Furtado* — Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura, 1962 — 116 p.
LA PRINCIPAUTÉ DE MONACO — *Gabriel Ollivier* — Paris, Hachette, 1961 — 64 p.
PROBLEMS OF FREEDOM: SOUTH VIETNAM SINCE INDEPENDENCE — *Wesley R. Fishel* (ed) — N. Y., Free press of Glencoe, 1961 — 233 p., $6.95
PROCESS OF INDEPENDENCE — *Fatma Mansur* — London, Routledge & Kegan Paul, 1962 — 25s. (Africa)
RAIBOW IN THE ROCK: THE PEOPLE OF RURAL GREECE — *Iewin T. Sanders* — Cambridge, Harvard Univ. press, 1962 — $7.50

RELIGION IN THE SOVIET UNION — *Walter Kolarz* — New York, St. Martin's Press, 1961 — 517 p., $12.50

LA REPUBLIQUE DEMOCRATIQUE ALLEMANDE — *Georges Castellan* — Paris, presses universitaires de France, 1961 — 126 p., NF 2.50

A REVOLUÇÃO DE FIDEL CASTRO: MITOS E REALIDADES — *Theodore Draper* — Trad. de Romeu Crusoé — Rio de Janeiro, Edições GRD, 1962 — 242 p.

RUSSIA ENTERS THE 1960s — *Harry Schwartz* (ed.) Philadelfia, Lippincott, 1962 — 278 p., $6.50

SENEGAL: A STUDY IN FRENCH ASSIMILATION POLICY — *Michael Crowder* — London, Oxford University Press, 1962 — 104 p., $1.75

SENEGAL, PORTE DE L'AFRIQUE — *Christine Garnier* — Paris, Hachette, 1962 — 223 p. 10 NF

A SHORT HISTORY OF TIBET — *H. E. Richardson* — New York, Dutton, 1962 — 308 p., $5.95

THE SOMALI PENINSULA. A NEW LIGHT ON IMPERIAL MOTIVES — Information servives of the Somali government — Somali, informations services, 1962 — 137 p., 20s.

SOUTHEAST ASIA TODAY — AND TOMORROW — *Richard Butwell* — London, Pall Mall press, 1962 — 182 p., 22s. 6d.

SOVIET INDUSTRIALIZATION, 1928-1952 — *Naum Jasny* — Chicago, University of Chicago Press, 1961 — 467 p., $10.00

SOVIET MAN AND HIS WORLD — *Klaus Mehnert* — New York, Praeger, 1962 — 310 p., $5.95

STORM OVER LAOS: A CONTEMPORARY HISTORY — *Sisouk Na Champassak* — N. Y., Praeger, 1961 — $5.00

STUDIES ON THE CIVILIZATION OF ISLAM — *Hamilton A. R. Gibb* — London, Routledge & Kegan Paul, 1962 — 25s.

TANGANYIKA: SAIL IN THE WILDERNESS — *Kathleen M. Stahl* — The Hague, Mouton, 1961 — 160 p., gldrs. 14

TILAK AND GOKHALE: REVOLUTION AND REFORM IN THE MAKING OF MODERN INDIA — *Stanley A. Wolpert* — Berkeley — Los Angeles, Univ. of California press, 1962 — $7.50

TOM MBOYA: YOUNG MAN OF NEW AFRICA — *Alan Rake* — New York, Doubleday, 1962 — 264 p., $4.50

TRET'ANNI DI STORIA ITALIANA (1915-1945) — *Franco Antonicelli* — Turin, Einaudi, 1961 — 387 p., L.2000

IRAN: POLITICAL DEVELOPMENT IN A CHANGING SOCIETY — *Leonard Binder* — Berkeley, Univ. of California press, $7.50

TUFÃO SÔBRE PORTUGAL — *Humberto Delgado* — Rio de Janeiro, Germinal, 1962 — $500,00

LA TUNISIE D'AUJOURD'HUI ET DE DEMAIN — *G. Ardant* — Paris, Calmann-Lévym 1961 — 222 p., NF 7

LE VIET-MINH — *Bernard Fall* — Paris, Colin, 1960 — 376 p., NF.19

LATIN AMERICA: A BIBLIOGRAPHICAL GUIDE TO ECONOMY, HISTORY, LAW, POLITICS AND SOCIETY — *S. A. Bayitch* — Florida, Univ. of Miami press, 1961 — 335 p., $12.50

FREEDOM OF THE PRESS IN INDIA — *Joseph Minattur* — The Hague, Martinus Nijhoff, 1961 — 136 p., Fl. 15

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS



CONSELHO DE DIREÇÃO

Prof. *Lourival Gomes Machado*, da Universidade de São Paulo
Prof. *Milton Soares Campos*, da Universidade de Minas Gerais
Prof. *Nélson de Sousa Sampaio*, da Universidade da Bahia
Prof. *Victor Nunes Leal*, da Universidade do Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL

Prof. *Orlando M. Carvalho*, da Universidade de Minas Gerais



ASSINATURA ANUAL .... Cr$ 400,00
PREÇO DE CADA NÚMERO ...... Cr$ 200,00



PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS * BELO HORIZONTE * MINAS GERAIS * BRASIL